

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCVII • Nº 157

Poder Legislativo

Recife, sábado, 05 de setembro de 2020

Editais

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: AGLAILSON VICTOR (PSB), ANTONIO COELHO (DEM), ANTÔNIO MORAES (PP), DIOGO MORAES (PSB), GUSTAVO GOUVEIA (DEM), HENRIQUE QUEIROZ FILHO (PL), JOÃO PAULO COSTA (AVANTE) e JOSÉ QUEIROZ (PDT), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes: ÁLVARO PORTO (PTB), CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), DORIEL BARROS (PT), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), JOÃO PAULO (PC do B), PRISCILA KRAUSE (DEM), ROGÉRIO LEÃO (PL), ROMÁRIO DIAS (PSD) e TONY GEL (MDB), para participarem da reunião de deliberação remota a ser realizada às 10h 30min (dez horas e trinta minutos) do dia 09 (nove) de setembro, quarta-feira, do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1469/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a proibição da concessão, pelo Estado de Pernambuco, de isenção ou benefício fiscal a pessoa física ou jurídica envolvida em corrupção ou ato de improbidade administrativa.)

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1475/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Revigora o Inciso X do art. 5º da Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, a fim de isentar a propriedade de veículos de uso terrestre com mais de 10 (dez) anos de fabricação.)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1484/2020, de autoria do Deputado Álvaro Porto (Ementa: Obriga as empresas concessionárias de rodovias em atividade no Estado de Pernambuco de realizar o resgate e a assistência de emergência de animais acidentados ou de animais que coloquem em risco a circulação de veículos nas rodovias e estradas por ela administradas, e dá outras providências.)

DISCUSSÃO:

I) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

1. Projeto de Lei Complementar nº 1445/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Estado de Pernambuco.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Tony Gel.

1.1 Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Modifica o art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 1445/2020.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Tony Gel.

2. Projeto de Lei Complementar nº 1446/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 9 de dezembro de 2011, que reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Isaltino Nascimento.

II) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1425/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC/PE, previsto no art. 5º da Lei nº 15.429, de 22 de dezembro de 2014.)
Regime de Urgência
Relator: Deputado Tony Gel.

Recife, 04 de setembro de 2020.

DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do inciso I do art. 118, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados: DELEGADO ERICK LESSA (PP), GUILHERME UCHÔA (PSC), GUSTAVO GOUVEIA (DEM), JOÃO PAULO COSTA (AVANTE), JOAQUIM LIRA (PSD), ROMERO SALES FILHO (PTB), membros titulares, e os Deputados: DELEGADA GLEIDE ÂNGELO (PSB), DIOGO MORAES (PSB), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), ROMÁRIO DIAS (PSD), SIMONE SANTANA (PSB), TERESA LEITÃO (PT) e TONY GEL (MDB), membros suplentes, para participarem da reunião de deliberação remota a ser realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 09 (nove) de setembro, quarta-feira, do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1448/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (EMENTA: Institui o Código de Patronato Oficial do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que indicam as personalidades e suas respectivas áreas de atuação e dá outras providências.)

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1449/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (EMENTA: Adota José Lopes da Silva - Mestre Zé Lopes - como Patrono dos Mamulengos de Pernambuco.)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1450/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (EMENTA: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Garçom.)

4. Projeto de Lei Ordinária nº 1451/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, princípios e diretrizes para realização de investimentos e negócios de impacto, bem como dos empreendimentos afetados pela pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus.)

5. Projeto de Lei Ordinária nº 1452/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (EMENTA: Obriga a paralisação das atividades comerciais até a chegada do Instituto de Medicina Legal, na hipótese de morte em espaços privados de uso público.)

6. Projeto de Lei Ordinária nº 1453/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre os planos de assistência à saúde animal ou seguro de animais.)

7. Projeto de Lei Ordinária nº 1454/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (EMENTA: Institui o Programa de Incentivo Tecnológico à Terceira Idade, e dá outras providências.)

8. Projeto de Lei Ordinária nº 1455/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Denomina de Rodovia Dom Henrique Soares da Costa a PE-096, que liga os municípios de Palmares e Barreiros.)

9. Projeto de Lei Ordinária nº 1456/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (EMENTA: Institui a Política Estadual de Enfrentamento ao Mal de Alzheimer e dá outras providências.)

Projeto de Lei Ordinária nº 1457/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Altera a Lei nº 13.338, de 23 de novembro de 2007, que estabelece a proibição da utilização de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela administração pública estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos, a fim de incluir empresas que se utilizaram de mão de obra infantil, diretamente ou em alguma etapa da produção, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

11. Projeto de Lei Ordinária nº 1458/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 13.977, de 16 de dezembro de 2009, que institui o serviço de abrigo, atendimento e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá providências correlatas, a fim de assegurar às usuárias do serviço de abrigo o direito à inscrição em programas habitacionais do Estado de Pernambuco.)

12. Projeto de Lei Ordinária nº 1459/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Dispõe sobre a liberdade religiosa e dá outras providências.)

13. Projeto de Lei Ordinária nº 1460/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que se associarem ao tráfico ilícito de drogas.)

14. Projeto de Lei Ordinária nº 1461/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 14.104, de 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre a realização de ações, campanhas e divulgação de mensagens de conscientização e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, ao turismo sexual e ao tráfico de pessoas.)

15. Projeto de Lei Ordinária nº 1462/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que praticarem ou permitirem a prática de atos de discriminação contra a mulher no ambiente de trabalho ou na relação de prestação de serviço, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

16. Projeto de Lei Ordinária nº 1463/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (EMENTA: Adota Marco Camarotti como Patrono do Teatro Infantojuvenil no Estado de Pernambuco.)

17. Projeto de Lei Ordinária nº 1464/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (EMENTA: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivo sobre prazo de devolução de pagamento.)

18. Projeto de Lei Ordinária nº 1465/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que se associarem ao tráfico de pessoas.)

19. Projeto de Lei Ordinária nº 1466/2020, de autoria do Deputado Tony Gel (EMENTA: Dispõe sobre a realização de prova de vida por meio eletrônico ou virtual no âmbito do Estado de Pernambuco, dos aposentados e pensionistas, cujos benefícios previdenciários são geridos pela Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE.)

20. Projeto de Lei Ordinária nº 1467/2020, de autoria do Deputado William Brígido (EMENTA: Dispõe sobre a hemodiálise em trânsito para pacientes portadores de doenças renais crônicas e dá outras providências.)

21. Projeto de Lei Ordinária nº 1468/2020, de autoria do Deputado William Brígido (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de testagem periódica para detecção do vírus SARS-COV- 2 em empresas com mais de vinte trabalhadores no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

22. Projeto de Lei Ordinária nº 1469/2020, de autoria do Deputado William Brígido (EMENTA: Dispõe sobre a proibição da concessão, pelo Estado de Pernambuco, de isenção ou benefício fiscal a pessoa física ou jurídica envolvida em corrupção ou ato de improbidade administrativa.)

23. Projeto de Lei Ordinária nº 1470/2020, de autoria do Deputado William Brígido (EMENTA: Estabelece normas sobre controle de resíduos de navios, embarcações, oleodutos e instalações costeiras, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

24. Projeto de Lei Ordinária nº 1471/2020, de autoria do Deputado William Brígido (EMENTA: Reafirma o direito à saúde mental dos agentes de atividades penitenciárias e policiais civis e militares do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

25. Projeto de Lei Ordinária nº 1472/2020, de autoria do Deputado José Queiroz (EMENTA: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para o candidato que for doador de plaquetas.)

26. Projeto de Lei Ordinária nº 1473/2020, de autoria do Deputado José Queiroz (EMENTA: Altera a Lei nº 16.724, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artísticos culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de estender o benefício a doadores de plaquetas.)

CERTIFICADO DIGITALMENTE

27. Projeto de Lei Ordinária Nº 1474/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**EMENTA**: Institui o programa de denúncia de violência contra a Pessoa Idosa por meio de aplicativo e dá outras providências.)

28. Projeto de Lei Ordinária Nº 1475/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (**EMENTA**: Revigora o Inciso X do art. 5º da Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, a fim de isentar a propriedade de veículos de uso terrestre com mais de 10 (dez) anos de fabricação.)

29. Projeto de Lei Ordinária Nº 1477/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Rádio.)

30. Projeto de Lei Ordinária Nº 1478/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (**EMENTA**: Altera a Lei nº 14.379, de 2 de setembro de 2011, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de Esporte e Lazer desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em parques, praças e outros locais públicos, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Oscar Paes Barreto, a fim de criar regras adicionais para construção de parques adaptados.)

31. Projeto de Lei Ordinária Nº 1479/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (**EMENTA**: Dispõe sobre a instalação de espaços de convivência de animais domésticos em espaços públicos.)

32. Projeto de Lei Ordinária Nº 1480/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA**: Impõe aos estabelecimentos de saúde localizados no Estado de Pernambuco, o dever de disponibilizarem equipamentos médicoassistenciais adequados ao atendimento da pessoa obesa.)

33. Projeto de Lei Ordinária Nº 1481/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Enfrentamento à Gordofobia.)

34. Projeto de Lei Ordinária Nº 1483/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de regulamentar a exposição de preço em meios digitais.)

35. Projeto de Lei Ordinária Nº 1484/2020, de autoria do Deputado Álvaro Porto (**EMENTA**: Obriga as empresas concessionárias de rodovias em atividade no Estado de Pernambuco de realizar o resgate e a assistência de emergência de animais acidentados ou de animais que coloquem em risco a circulação de veículos nas rodovias e estradas por ela administradas, e dá outras providências.)

36. Projeto de Lei Ordinária Nº 1485/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA**: Impõe sanções administrativas a quem praticar atos discriminatórios ou assédio moral e sexual em veículos que prestem serviço de transporte coletivo, de táxi ou transporte por aplicativos.)

37. Projeto de Lei Ordinária Nº 1486/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivo exigindo a transparência sobre política de preços no comércio digital.)

38. Projeto de Lei Ordinária Nº 1487/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**EMENTA**: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais, industriais e depósitos que comercializam pneus, implantarem dispositivo que indica e dá outras providências.)

39. Projeto de Lei Ordinária Nº 1488/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (**EMENTA**: Altera a Lei nº 13.693, de 18 de dezembro de 2008, que institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Pernambuco, a fim de estabelecer critérios mínimos relativos à triagem neonatal, e dá outras providências.)

40. Projeto de Lei Ordinária Nº 1489/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**EMENTA**: Institui o Programa Estadual Jovem Empreendedor Rural e dá outras providências.)

II) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

1. Projeto de Resolução Nº 1482/2020, de autoria do Deputado Álvaro Porto (**EMENTA**: Confere ao Município de Canhotinho o Título Honorífico de Capital do Boi de Corte de Pernambuco)

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária Nº 1389/2020, de autoria do Deputado Antonio Coelho (**EMENTA**: Declara Ana Leopoldina Santos, Ana das Carrancas, como Patrona da Arte Ceramista de Pernambuco.)
RELATOR DEPUTADO JOAQUIM LIRA

2. Projeto de Lei Ordinária Nº 1393/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, **Alterado pela Emenda Modificativa Nº 01/2020**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia estadual em memória das pessoas que faleceram em virtude à COVID-19 no Estado de Pernambuco.)
RELATOR DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO

3. Projeto de Lei Ordinária Nº 1402/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual de Conscientização sobre o Combate às Pandemias.)
RELATOR DEPUTADO JOAQUIM LIRA

4. Projeto de Lei Ordinária Nº 1404/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Conscientização da Pneumonia Silenciosa.)
RELATORA DEPUTADA SIMONE SANTANA

5. Projeto de Lei Ordinária Nº 1407/2020, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA**: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente na área que especifica.)
RELATOR DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA

6. Projeto de Lei Ordinária Nº 1413/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir a Semana Estadual da Cerveja Artesanal Pernambucana.)
RELATOR DEPUTADO TONY GEL

Sala da Comissão de Administração Pública
Recife 04 de setembro de 2020

DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
PRESIDENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS

Convoco, nos termos do art. 118, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados **ALESSANDRA VIEIRA (PSDB)**, **DELEGADO ERICK LESSA (PP)**, **FABRÍZIO FERRAZ (PHS)** e **PRISCILA KRAUSE (DEM)**, membros titulares, e os suplentes, Deputados **ALÓISIO LESSA (PSB)**, **CLOVIS PAIVA (PP)**, **DULCI AMORIM (PT)**, **JOÃO PAULO (PC do B)** e **ROBERTA ARRAES (PP)**, para comparecer à Reunião Ordinária de Deliberação Remota deste colegiado técnico, a ser realizada às 14:00h (catorze horas), do dia 09 de setembro de 2020, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

DISTRIBUIÇÃO:

I - PROJETOS:

a) Projeto de Lei Ordinária nº 1434/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção e combate ao roubo, furto e recepção de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas em Pernambuco e dá outras providências.);

b) Projeto de Lei Complementar nº 1445/2020, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Estado de Pernambuco.), em conjunto com sua **Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho** (Ementa: Modifica o art. 2º do Projeto de Lei Complementar 1445/2020);

c) Projeto de Lei Ordinária nº 1474/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Institui o programa de denúncia de violência contra a Pessoa Idosa por meio de aplicativo e dá outras providências.);

d) Projeto de Lei Ordinária nº 1479/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre a instalação de espaços de convivência de animais domésticos em espaços públicos.);

e) Projeto de Lei Ordinária nº 1484/2020, de autoria do Deputado Álvaro Porto (Ementa: Obriga as empresas concessionárias de rodovias em atividade no Estado de Pernambuco de realizar o resgate e assistência de emergência de animais acidentados ou de animais que coloquem em risco a circulação de veículos nas rodovias e estradas por ela administradas, e dá outras providências.).

DISCUSSÃO:

I - PROJETOS:

a) Projeto de Lei Complementar nº 1445/2020, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Estado de Pernambuco.), em conjunto com sua **Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho** (Ementa: Modifica o art. 2º do Projeto de Lei Complementar 1445/2020);
RELATOR(A): Projeto em distribuição.

Recife, 04 de setembro de 2020.
Sala da Comissão de Negócios Municipais

DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os/as Deputados/as: **PROFESSOR PAULO DUTRA (PSB)**, **CLARISSA TÉRCIO (PSC)**, **TERESA LEITÃO (PT)**, **WILLIAM BRÍGIDO (PRB)**, membros titulares, e, na ausência destes, os deputados suplentes: **JOÃO PAULO COSTA (AVANTE)**, **DULCI AMORIM (PT)**, **ALESSANDRA VIEIRA (PSDB)**, **JOÃO PAULO (PC DO B)**, **JUNTAS (PSOL)**, para comparecerem da reunião de deliberação remota a ser realizada às 16h30 do dia 09 de setembro de 2020, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

II) DISTRIBUIÇÃO

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária Nº 1425/2020, de autoria do Governador do Estado (**Ementa**: Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Conselho Estadual de Política Cultural- CEPC/PE, previsto no art. 5º da Lei nº 15.429, de 22 de dezembro de 2014);

2. Projeto de Lei Ordinária Nº 1433/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa**: Altera a Lei nº 12.068, de 25 de setembro de 2001, que determina a inclusão de conteúdo programático sobre a formação histórica pernambucana nos currículos de ensino fundamental e médio dos estabelecimentos escolares de Pernambuco, de autoria do Deputado José Queiroz, a fim de incluir conteúdo relativo à Data Magna);

3. Projeto de Lei Ordinária Nº 1435/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P));

4. Projeto de Lei Ordinária Nº 1437/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**Ementa**: Obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Educação, de material informativo e/ou educativo, com orientações para a Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes no Contexto Escolar, com o objetivo de impedir a violência e o abuso infanto-juvenil.);

5. Projeto de Lei Ordinária Nº 1442/2020, de autoria do Deputado José Queiroz (**Ementa**: Dispõe sobre o estabelecimento de fila de espera para vagas nas escolas da rede pública estadual de ensino);

6. Projeto de Lei Ordinária Nº 1447/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**Ementa**: Submete a indicação da Oficina Cerâmica Francisco Brennand, em Recife, para concessão do Registro do Patrimônio de Pernambuco, nos termos do art. 278-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa);

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2º Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3º Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Suplente**, Deputado Romero; **5º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **6º Suplente**, Deputado Gustavo Gouveia; **7º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enocino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Sílvio Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Tito Lívio de Moraes Araújo Pinto; **Superintendente de Inteligência Legislativa** - Delegado Esp. José Oliveira Silvestre Júnior; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Cláudia Lucena; **Subeditora** - Helena Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia**: Roberto Soares (**Gerente de Fotografia**), Breno Laprovitera (**Edição de Fotografia**), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alcécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scm@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

7. Projeto de Lei Ordinária Nº 1448/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa:** Institui o Código de Patronato Oficial do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que indicam as personalidades e suas respectivas áreas de atuação e dá outras providências);

8. Projeto de Lei Ordinária Nº 1449/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa:** Adota José Lopes da Silva - Mestre Zé Lopes - como Patrono dos Mamulengos de Pernambuco);

9. Projeto de Lei Ordinária Nº 1450/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Garçom).

10. Projeto de Lei Ordinária Nº 1451/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, princípios e diretrizes para realização de investimentos e negócios de impacto, bem como dos empreendimentos afetados pela pandemia de Covid19, causada pelo novo coronavírus);

11. Projeto de Lei Ordinária Nº 1454/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (**Ementa:** Institui o Programa de Incentivo Tecnológico à Terceira Idade, e dá outras providências);

12. Projeto de Lei Ordinária Nº 1455/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Denomina de Rodovia Dom Henrique Soares da Costa a PE-096, que liga os municípios de Palmares e Barreiros);

13. Projeto de Lei Ordinária Nº 1459/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Dispõe sobre a liberdade religiosa e dá outras providências);

14. Projeto de Lei Ordinária Nº 1463/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (**Ementa:** Adota Marco Camarotti como Patrono do Teatro Infantojuvenil no Estado de Pernambuco);

15. Projeto de Lei Ordinária Nº 1477/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Rádio);

16. Projeto de Lei Ordinária Nº 1481/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Enfrentamento à Gordofobia).

17. Projeto de Lei Ordinária Nº 1482/2020, de autoria do Deputado Álvaro Porto (**Ementa:** Confere ao Município de Canhotinho o Título Honorífico de Capital do Boi de Corte de Pernambuco).

18. Projeto de Lei Ordinária Nº 1489/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**Ementa:** Institui o Programa Estadual Jovem Empreendedor Rural e dá outras providências).

II) DISCUSSÃO:

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária Nº 1280/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Prevenção à Pré-eclâmpsia).

Relator: Deputado William Brígido

2. Projeto de Lei Ordinária Nº 1335/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (**Ementa:** Declara Anita Paes Barreto como Patrona da Psicologia em Pernambuco).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

3. Projeto de Lei Ordinária Nº 1339/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (**Ementa:** Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Respeito ao Contribuinte).

Relator: William Brígido

4. Projeto de Lei Ordinária Nº 1354/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Declara o cantor Reginaldo Rossi como Patrono do Brega).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

5. Projeto de Lei Ordinária Nº 1359/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Declara o Escritor João Cabral de Melo Neto como Patrono da Poesia no Estado de Pernambuco).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

6. Projeto de Lei Ordinária Nº 1364/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz filho (**Ementa:** Declara Abelardo Germano da Hora como Patrono das Artes Plásticas de Pernambuco).

Relator: Deputado William Brígido

7. Projeto de Lei Ordinária Nº 1365/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz filho (**Ementa:** Declara o pintor Cícero Dias como Patrono da Estética do Modernismo de Pernambuco).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

8. Projeto de Lei Ordinária Nº 1366/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz filho (**Ementa:** Declara Juvenal de Holanda Vasconcelos, Naná Vasconcelos, como Patrono da Percussão de Pernambuco).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

9. Projeto de Lei Ordinária Nº 1367/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz filho (**Ementa:** Declara Osman da Costa Lins como Patrono da Dramaturgia de Pernambuco).

Relator: Deputado William Brígido

10. Projeto de Lei Ordinária Nº 1389/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho (**Ementa:** Declara Ana Leopoldina Santos, Ana das Carrancas, como Patrona da Arte Ceramista de Pernambuco).

Relator: Deputado William Brígido

11. Projeto de Lei Ordinária Nº 1402/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual de Conscientização sobre o Combate às Pandemias).

Relator: Deputado Romário Dias

12. Projeto de Lei Ordinária Nº 1404/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Conscientização da Pneumonia Silenciosa.).

Relator: Deputado William Brígido

13. Projeto de Lei Ordinária Nº 1413/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir a Semana Estadual da Cerveja Artesanal Pernambucana);

Relatora: Deputada Teresa Leitão

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

1. Projeto de Resolução Nº 1337/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (**Ementa:** Submete a indicação da Capela e do Cemitério de Monte Alegre, para concessão do Registro do Patrimônio de Pernambuco, nos termos do art. 278-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

2. Projeto de Resolução Nº 1344/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Submete a indicação do Bolo Barra Branca para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco).

Relator: Deputado William Brígido

3. Projeto de Resolução Nº 1405/2020, de autoria do Deputado Álvaro Porto (**Ementa:** Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Cultural Gilberto Freyre, ao poeta, compositor e cantor Valdir Rodrigues Teles (post mortem)).

Relator: Deputado Romário Dias

SUBSTITUTIVOS

1. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Comissão de Administração Pública, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 557/2020**, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (**Ementa:** Submete a indicação do Parque Natural Municipal Professor João Vasconcelos Sobrinho, localizado no município de Caruaru, para concessão do Registro do Patrimônio de Pernambuco, nos termos do art. 278-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa).

Relator: Deputado João Paulo

2. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Comissão de Administração Pública, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 913/2020**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior, a fim de incluir a reserva de Bolsas para mulher vítima de violência doméstica e familiar, pessoa com deficiência e pessoa com doença grave ou rara);

Relator: Deputado Professor Paulo Dutra

3. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1291/2020**, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual de Combate à Intolerância Religiosa e ao Vilipêndio Religioso).

Relator: Deputado William Brígido

4. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Comissão de Administração Pública, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1309/2020**, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**Ementa:** Institui a obrigatoriedade da disponibilização, no sítio eletrônico da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, de material informativo e/ou educativo, com o objetivo de prevenir e combater crimes cibernéticos).

Relator: Deputado Professor Paulo Dutra

5. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1334/2020**, de autoria do Deputado Sivaldo Albino (**Ementa:** Declara o sanfoneiro, cantor e compositor José Domingos de Moraes, Dominguinhos, Patrono dos Sanfoneiros do Estado de Pernambuco).

Relator: Deputado Romário Dias

6. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Resolução nº 1408/2020**, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (**Ementa:** Submete a indicação do Engenho Massangana para concessão do Registro do Patrimônio de Pernambuco, nos termos do art. 278-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa).

Relatora: Deputada Teresa Leitão

PROJETOS ALTERADOS POR EMENDA MODIFICATIVA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1285/2020, alterado pela Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, (**Ementa:** altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana de divulgação e valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2020).

Relator: Deputado Professor Paulo Dutra

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1358/2020, alterado pela Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, (**Ementa:** Declara o ex-deputado Federal Osvaldo de Souza Coelho como Patrono dos Projetos de Irrigação no Estado de Pernambuco. Recebeu a Emenda Modificativa Nº 01/2020).

Relator: Deputado William Brígido

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2020, alterado pela Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, (**Ementa:** altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia estadual em memória aos cidadãos que faleceram em virtude da COVID-19 no Estado de Pernambuco).

Relator: Deputado William Brígido

Recife, 04 de setembro de 2020

DEPUTADO ROMÁRIO DIAS
PRESIDENTE

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do Art. 118 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, deputada Alessandra Vieira (PSDB), deputado Alberto Feitosa (PSC), deputado Isaltino Nascimento (PSB) e deputada Simone Santana (PSB), membros titulares, e na ausência destes, os suplentes: deputado Antônio Fernando (PSC), deputada Clarissa Tércio (PSC), deputada Fabíola Cabral (PP), deputado João Paulo (PC do B) e deputado Sivaldo Albino (PSB), para participarem da reunião ordinária de deliberação remota a ser realizada às **14h30min**, do dia 09 (nove) de setembro, quarta-feira, do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

1) Projeto de Lei Ordinária nº 1467/2020, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 9 de dezembro de 2011, que reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica;

2) Projeto de Lei Ordinária nº 1468/2020, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de testagem periódica para detecção do vírus SARS-COV- 2 em empresas com mais de vinte trabalhadores no Estado de Pernambuco e dá outras providências;

3) Projeto de Lei Ordinária nº 1471/2020, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Reafirma o direito à saúde mental dos agentes de atividades penitenciárias e policiais civis e militares do Estado de Pernambuco, e dá outras providências;

4) Projeto de Lei Ordinária nº 1472/2020, de autoria do Deputado José Queiroz. Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para o candidato que for doador de plaquetas;

5) Projeto de Lei Ordinária nº 1473/2020, de autoria do Deputado José Queiroz. Ementa: Altera a Lei nº 16.724, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artístico-culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de estender o benefício a doadores de plaquetas;

6) Projeto de Lei Ordinária nº 1474/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho. Ementa: Institui o programa de denúncia de violência contra a Pessoa Idosa por meio de aplicativo e dá outras providências;

7) Projeto de Lei Ordinária nº 1478/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio. Ementa: Altera a Lei nº 14.379, de 2 de setembro de 2011, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de Esporte e Lazer desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em parques, praças e outros locais públicos, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Oscar Paes Barreto, a fim de criar regras adicionais para construção de parques adaptados;

8) Projeto de Lei Ordinária nº 1480/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Ementa: Impõe aos estabelecimentos de saúde localizados no Estado de Pernambuco, o dever de disponibilizarem equipamentos médico-assistenciais adequados ao atendimento da pessoa obesa;

9) Projeto de Lei Ordinária nº 1488/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes. Ementa: Altera a Lei nº 13.693, de 18 de dezembro de 2008, que institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Pernambuco, a fim de estabelecer critérios mínimos relativos à triagem neonatal, e dá outras providências.

Sala da Comissão de Saúde e Assistência Social
Recife, 04 de Setembro de 2020.

Deputada Roberta Arraes
Presidente

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA REUNIÃO ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, os Deputados William Brígido do PR, Joel da Harpa do PP, Professor Paulo Dutra do PSB e Sivaldo Albino do PSB, membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes Deputados Antônio Fernando do PSC, Adalto Santos do PSB, Joaquim Lira do PSD, Romero Albuquerque do PP e a Deputada Teresa Leitão do PT, para participar da Reunião Ordinária pelo Sistema de Deliberação Remota, a ser realizada às 11h30min (onze horas e trinta minutos) do dia 09 (nove) de setembro (quarta-feira), nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, para deliberar sobre a pauta a seguir:

EM DISTRIBUIÇÃO:

01) Projeto de Lei Ordinária nº 1353/2020. Autor: Deputado Clodoaldo Magalhães. Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir requisito adicional de informação ao consumidor.

02) Projeto de Lei Ordinária nº 1363/2020. Autora: Deputada Alessandra Vieira. Ementa: Dispõe sobre o Programa Estadual de Transparência da Qualidade do Ensino das Escolas Públicas da Rede Estadual e dá outras providências.

03) Projeto de Lei Ordinária nº 1372/2020. Autora: Deputada Fabíola Cabral. Ementa: Institui a obrigatoriedade de inclusão de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nos telejornais, propagandas e programações locais transmitidos nas emissoras televisivas no âmbito do Estado de Pernambuco, na forma que especifica.

04) Projeto de Lei Ordinária nº 1377/2020. Autora: Deputada Fabíola Cabral. Ementa: Dispõe sobre a prioridade de contratação de mão de obra pernambucana, com reserva de 15% das vagas para as mulheres, pelas empresas da construção civil prestadoras de serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

05) Projeto de Lei Ordinária nº 1380/2020. Autora: Deputada Fabíola Cabral. Ementa: Dispõe sobre a obrigação das empresas prestadoras de serviços de TV a cabo, telefonia móvel e fixa, instituições financeiras, administradoras de cartão de crédito, provedores de internet, ou quaisquer outras que comercializem serviços de natureza contínua e periódica, a disponibilizar serviço de atendimento telefônico gratuito, através do prefixo 0800, bem como dispõe sobre o tempo máximo de atendimento que não deverá ultrapassar 30 minutos, incluído o tempo de eventual espera, sob pena de multa.

06) Projeto de Lei Ordinária nº 1382/2020. Autora: Deputada Fabíola Cabral. Ementa: Dispõe que as instituições da rede privada de ensino em Pernambuco, que estejam desenvolvendo atividades curriculares e extracurriculares não presenciais, ficam obrigadas a capacitar os seus professores com cursos sobre tecnologias digitais para ensino remoto.

07) Projeto de Lei Ordinária nº 1387/2020. Autora: Deputada Alessandra Vieira. Ementa: Institui o programa de denúncia de violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de aplicativo e dá outras providências.

08) Projeto de Lei Ordinária nº 1411/2020. Autor: Deputado Isaltino Nascimento. Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre informação de normas da ABNT atinentes a segurança de redes de proteção para edificações.

09) Projeto de Lei Ordinária nº 1415/2020. Autor: Deputado Romero Sales Filho. Ementa: Dispõe sobre a transparência dos relatórios de vistorias técnicas realizadas em barragens, viadutos, pontes, túneis e passarelas no âmbito do Estado de Pernambuco.

10) Projeto de Lei Ordinária nº 1426/2020. Autor: Deputado Romero Sales Filho. Ementa: Dispõe sobre medidas de transparência ativa e divulgação de informações pela Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências.

11) Projeto de Lei Ordinária nº 1436/2020. Autor: Deputado Joel da Harpa. Ementa: Dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado de Pernambuco.

EM DISCUSSÃO:

1)) Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2020, de autoria do deputado Romero Sales Filho, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Ordinária nº 1313/2020 de autoria do deputado Pastor Cleiton Collins. Ementa: Altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que define normas de transparência na gestão dos recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de tornar obrigatória a divulgação de informações sobre obras públicas em sítio eletrônico do órgão ou entidade da Administração Pública responsável por sua execução e fiscalização.

Relator: Deputado Joaquim Lira

2)) Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1271/2020 de autoria do deputado Romero Sales Filho, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Ordinária nº 1313/2020 de autoria do deputado Pastor Cleiton Collins. Ementa: Altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que define normas de transparência na gestão dos recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de tornar obrigatória a divulgação de informações sobre obras públicas em sítio eletrônico do órgão ou entidade da Administração Pública responsável por sua execução e fiscalização.

Relator: Deputado Sivaldo Albino

Recife, 04 de setembro de 2020.

**Deputada Fabíola Cabral
Presidente**

Projetos

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001474/2020

Institui o programa de denúncia de violência contra a Pessoa Idosa por meio de aplicativo e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Obriga o Poder Executivo instituir o programa permanente do canal de denúncia de violência contra a Pessoa Idosa por meio do aplicativo gratuito e popular de mensagens instantâneas denominado WhatsApp, para receber denúncias referentes à essa violência no Estado de Pernambuco.

§ 1º O número telefônico para denúncias será o mesmo número que é utilizado atualmente como canal de denúncias coordenado pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.

§ 2º O serviço de que trata o *caput* deste artigo será denominado de forma compatível com as diretrizes da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.

Art. 2º O serviço de denúncia de violência contra a Pessoa Idosa por meio de aplicativo, funcionará com foco nas ações fiscalizadoras e nas denúncias feitas pela própria vítima de violência ou por qualquer outro cidadão que perceber indícios de violência ou testemunhar atos dessa natureza.

§ 1º O serviço de denúncia de que trata esta Lei não estará disponível para receber ligações, apenas para receber mensagens, áudios, vídeos e fotos referentes à denúncia.

§ 2º A identidade do denunciante será mantida em sigilo.

§ 3º Esse canal funcionará 24 horas por dia, de domingo a domingo, inclusive em feriados nacionais, estaduais e municipais.

Art. 3º A Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco promoverá ações de publicidade sobre a existência desse canal, utilizando todos os meios disponíveis, como forma de popularizar o nome do programa e respectivo número desse canal de denúncias.

Art. 4º As denúncias feitas por meio do serviço de denúncia de violência contra a pessoa Idosa via número telefônico devem ter prioridade de atendimento, inclusive durante períodos de calamidade pública, em que sejam necessários o distanciamento e/ou o isolamento social onde as famílias devam permanecer maior tempo em suas residências.

Art. 5º O Poder Executivo pode celebrar convênios com os municípios, a fim de instituir ações conjuntas para apurar as denúncias de violência contra a Pessoa Idosa recebidas pelo canal de comunicação instituído na Lei em tela, e encaminhar essas denúncias a Polícia Militar, a Polícia Civil, as Guardas Municipais, Patrulhas de Defesa da Mulher, ao MPPE e aos órgãos competentes e as redes de atenção locais e regionais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei indicando os mecanismos necessários à sua aplicabilidade.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O uso da tecnologia é fundamental aliado no combate e enfrentamento a violência sofrida pela Pessoa Idosa. Nosso projeto obriga que o telefone de denúncias da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco seja também um canal permanente 24 horas por dia, de domingo a domingo, inclusive em feriados nacionais, estaduais e municipais, com o aplicativo WhatsApp ou outro aplicativo gratuito. O combate a violência que faz vítimas diárias é dever de todos. E em tempos de pandemia, em que as pessoas estão concentradas a maior parte do tempo em seus lares, em razão do isolamento preventivo, muitas vezes infelizmente, existem pessoas em situação de vulnerabilidade.

Diversos estados criaram ou ampliaram canais para atender as vítimas de violência doméstica durante a quarentena. Muitos órgãos como a Polícia Civil, a Defensoria Pública, a Polícia Militar, as Guardas Municipais de alguns municípios, o MPPE e a Secretaria Estadual da Mulher ampliaram ou disponibilizaram novos meios para registrar ocorrências e receber denúncias. A ideia é que o uso desses canais digitais, em especial o que apresentamos nesta proposta, possa, em todo tempo, fazer valer a proteção à Pessoa Idosa.

Diante do exposto, solicitamos dos Nobres Pares a aprovação desse Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 31 de Agosto de 2020.

**Claudiano Martins Filho
Deputado**

Às 1ª, 3ª, 4ª, 10ª, 11ª, 15ª, 9ª comissões.

(REPUBLICADO)

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001478/2020

Altera a Lei nº 14.379, de 2 de setembro de 2011, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de Esporte e Lazer desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em parques, praças e outros locais públicos, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Oscar Paes Barreto, a fim de criar regras adicionais para construção de parques adaptados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.379, de 2 de setembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. Nos locais referidos no caput, ao menos um dos brinquedos e equipamentos de esporte ou lazer existentes deve ser adaptado e identificado, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual ou com mobilidade reduzida, não podendo o percentual de brinquedos ou equipamentos nesta condição ser inferior a 10% (dez por cento) do total.” (NR)

“Art. 4º Os novos projetos de parques, praças e outros locais públicos, custeado total ou parcialmente pelo Governo do Estado, inclusive mediante convênios ou instrumentos assemelhados, destinados à prática de atividades de esporte e lazer, deverão ter acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (NR)

§ 1º Ao menos 10% (dez por cento) dos equipamentos de lazer em cada espaço público deve ser adaptado, sempre que possível, para possibilitar a utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. (AC)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos já aprovados antes da publicação da presente Lei.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Trata-se de Projeto de Lei que intenta modificar a Lei nº 14.379/2011, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de Esporte e Lazer desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em parques, praças e outros locais públicos.

A Convenção de Nova York, incorporada ao país por meio do Decreto nº 6.949/2009, trata da obrigação dos Estados signatários em promover uma vida digna, com plena inclusão social, às pessoas com deficiência.

Nesse sentido, diversas melhorias já foram implementadas no Brasil, por meio de diversas normas conferindo direitos a esse público, inclusive no estado de Pernambuco, por exemplo, com a Lei nº 14.379/2011.

Contudo, entendemos por bem a possibilidade de aprimorar a referida norma que, atualmente, traz foco nos projetos de parques adaptados realizados mediante convênios com municípios.

Em nosso entendimento, a elaboração de projetos de espaços públicos adaptados a pessoas com deficiência deve ser uma regra independentemente da forma de custeio da obra. Nesse sentido, realizamos ampliação do escopo da Lei nº 14.379/2011. Da mesma maneira, estabelecemos o percentual mínimo de 10% de equipamentos adaptados, a fim de estabelecer um parâmetro passível de execução pelo Governo do Estado e que contemple as pessoas com deficiência.

Evidentemente, do ponto de vista constitucional, a proposição não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade uma vez que se trata de alteração em lei já aprovada por esta casa sobre a mesma matéria e não há, ademais, qualquer criação de despesas ao Poder Executivo, uma vez que as novas regras aplicar-se-ão apenas aos novos projetos.

Em face do exposto, solicito a colaboração de todos os membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa, dada a sua relevância e interesse público.

Sala das Reuniões, em 02 de Setembro de 2020.

**Wanderson Florêncio
Deputado**

Às 1ª, 3ª, 6ª, 11ª, 9ª comissões.

(REPUBLICADO)

Mensagem

MENSAGEM Nº 49/2020

Recife, 04 de setembro de 2020.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que promove alterações na Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC no âmbito do Estado de Pernambuco, para promover a atualização da legislação estadual, de modo a permitir o aprimoramento da execução de ações de política ambiental nas unidades de conservação de nosso Estado.

A modificação proposta adequa a legislação ambiental estadual à disciplina federal e quando aprovada permitirá a recepção de recursos da compensação ambiental para apoio à manutenção de unidade de conservação do grupo de Uso Sustentável, desde que de posse e domínio públicos. A proposição guarda inteira conformidade com o disposto no §1º do art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, na redação que lhe foi conferida pela Lei Federal nº 13.668, 28 de maio de 2018.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa egrégia Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado JOSÉ ERIBERTO MEDEIROS DE OLIVEIRA
DD, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001490/2020

Altera a Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC, no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47.
.....”

§ 6º A obrigação de que trata o caput poderá, em virtude do interesse público, ser cumprida em unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável. (AC)
.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 04 de Setembro de 2020.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 7ª comissões.

Indicações

Indicação Nº 004442/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, no sentido de que seja elaborado um projeto de lei que determine que a defesa em processos administrativos disciplinares seja promovida através de advogado legalmente habilitado, e altere a Lei Ordinária Estadual nº 6.123/68.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Bruno Baptista, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional de Pernambuco.

Justificativa

A presente proposição tem por objetivo fazer um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, de que seja elaborado um projeto de lei, que determine que a defesa em processos administrativos disciplinares seja promovida através de advogado legalmente habilitado, e altere a Lei Ordinária Estadual nº 6.123/68.
A Constituição Federal de 1988, prevê no artigo 133, que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, como também a Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em seu artigo 7º, inciso I, descreve que são direitos do advogado, exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional.
É de suma importância a referida proposição que visa ajustar a legislação em vigor instituindo que a defesa em processos administrativos disciplinares será promovida através de advogado legalmente habilitado, e alterando a Lei Ordinária Estadual nº 6.123/68, matéria que trata do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado, merecendo uma reflexão e análise ponderada, baseada nos princípios da legalidade e da razoabilidade.
Esclarecendo por fim, que de acordo com o artigo 4º da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.
Diante do exposto, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, minuta de anteprojeto de lei ordinária estadual, por ser uma questão de competência, a proposição deverá ser de iniciativa do Poder Executivo:

“ANTEPROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____/2019

Ementa: Determina que a defesa em processos administrativos disciplinares seja promovida através de advogado legalmente habilitado, e altera a Lei Ordinária Estadual nº 6.123/68.

Art. 1º A Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 238. É obrigatória a defesa do servidor público através de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar que puder ensejar a penalidade de suspensão, demissão ou cassação de aposentadoria, sob pena de nulidade.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Por essas razões solicito aos meus ilustres pares aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 01 de Setembro de 2020.

Antônio Moraes

Indicação Nº 004443/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, no sentido de que seja elaborado um projeto de lei que determine a contagem dos prazos dos processos administrativos disciplinares, sindicâncias e processos administrativos em geral, em dias úteis, suspenda os referidos prazos durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, e altere as Leis Ordinárias Estaduais nº 6.123/68 e 11.781/00.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Bruno Baptista, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional de Pernambuco.

Justificativa

A presente proposição tem por objetivo fazer um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, de que seja elaborado um projeto de lei, que determine a contagem dos prazos dos processos administrativos disciplinares, sindicâncias e processos administrativos em geral em dias úteis, suspenda os referidos prazos durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, e altere as Leis Ordinárias Estaduais nº 6.123/68 e 11.781/00.
É de suma importância a referida proposição que visa atualizar a legislação em vigor que versa sobre os procedimentos da contagem dos prazos dos processos administrativos disciplinares, sindicâncias e processos administrativos em geral em dias úteis, pois a Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, em seus artigos 219 e 220, já se refere a contagem de prazo em dias úteis, estabelecido por lei ou pelo juiz, e a suspensão do curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
Vale ressaltar que vários servidores estaduais que estão respondendo por Processos Administrativos Disciplinar – PAD, não estão dispondo do seu direito legal à ampla defesa e contraditório, princípios assegurados na Constituição Federal de 1988, pois a matéria que trata do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado, é a Lei Ordinária Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968, subsidiada pela Lei Estadual nº 11.781, de 6 de junho de 2000, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, legislações infraconstitucionais em desacordo com o Código de Processo Civil Brasileiro.
Diante do exposto, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, minuta de anteprojeto de lei ordinária estadual, por ser uma questão de competência, a proposição deverá ser de iniciativa do Poder Executivo:

“ANTEPROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____/2019

Ementa: Determina a contagem dos prazos dos processos administrativos disciplinares, sindicâncias e processos administrativos em geral em dias úteis, suspende os referidos prazos durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, e altera as Leis nºs 6.123/68 e 11.781/00.

Art. 1º A Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 232. Cumprido o disposto no artigo anterior, o presidente da comissão determinará a citação do indiciado, para no prazo de dez dias úteis, apresentar defesa, sendo-lhe facultada vista do processo na repartição.

§ 1º No caso de dois ou mais indiciados, o prazo será comum de vinte dias úteis.

§ 2º Achando-se o indiciado em lugar incerto, será chamado por edital, com prazo de quinze dias úteis.
.....” (NR)

Art. 2º Fica acrescido na Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, o seguinte dispositivo:

“Art. 239-A. Suspende-se o curso do prazo dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.”.

Art. 3º A Lei nº 11.781, de 06 de junho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Por essas razões solicito aos meus ilustres pares aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 01 de Setembro de 2020.

Antônio Moraes

Pareceres

PARECER Nº 003934/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1393/2020
AUTORIA: DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INSTITUIR O DIA ESTADUAL EM MEMÓRIA AOS CIDADÃOS QUE FALECERAM EM VIRTUDE À COVID-19 NO ESTADO DE PERNAMBUCO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS (ART. 25, §1º, DA CF/88). INICIATIVA PARLAMENTAR NOS TERMOS DO ART. 19, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. PELA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DA EMENDA MODIFICATIVA PROPOSTA.

1. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 1393/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

A proposição tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco o Dia Estadual em Memória dos cidadãos que faleceram em virtude à COVID-19 no Estado de Pernambuco (dia 25 de março).

O PLO em cotejo tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário, conforme o art. 223, III, do Regimento Interno (RI). É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 94, I, do RI desta Assembleia Legislativa, compete a esta Comissão Técnica dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições.

Do ponto de vista formal, a matéria está inserida na competência legislativa remanescente dos Estados-membros, conforme a dicção do art. 25, § 1º, da Constituição Federal (CF/88):

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela sobre a qual o Texto Constitucional manteve-se silente. Assim, quando a competência para legislar sobre determinado assunto não for expressamente conferida aos outros entes, e não afrontar os demais preceitos constitucionais, esta deverá ser exercida pelos Estados.

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva:

“Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I).” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

De outra parte, o PLO encontra fundamento no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual, e no art. 194, I, do RI desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias. O assunto não consta no rol de matérias afetas à iniciativa privada do Governador do Estado.

No entanto, com o objetivo único de proceder a ajustes em sua redação original, visto que o dispositivo do art. 65-A proposto já consta da Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, é sugerida a Emenda Modificativa, a fim de criar o art. 65-B, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1393/2020

Altera a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

Art. 1º. A Ementa do Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2020, passa a ter a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual em Memória das pessoas que faleceram em decorrência da COVID-19 no Estado de Pernambuco.”

Art. 2º. O art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2020 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

‘Art. 65-B. Dia 25 de março: Dia Estadual em Memória das pessoas que faleceram em decorrência da COVID-19 no Estado de Pernambuco. (AC)

Parágrafo único. A celebração em memória das pessoas que faleceram em decorrência da COVID-19 deverá ocorrer anualmente.” (AC)

Destarte, após as alterações sugeridas, ficam ausentes vícios de **inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade e o parecer do relator é pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, nos termos da emenda acima proposta. É o Parecer.**

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, a CCLJ, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, nos termos da emenda modificativa proposta.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 31 de Agosto de 2020

Teresa Leitão
Deputado(a) relator(a)

Waldemar Borges

Favoráveis

Tony Gel
João Paulo
Antônio Moraes
Simone Santana

Isaltino Nascimento
Priscila Krause
Teresa Leitão

(REPUBLICADO)

PARECER Nº 003962/2020

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 2 aos Projetos de Leis Ordinárias nº 394/2019 e 439/2019, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Altera a Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, que institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a fim de regulamentar o ressarcimento das despesas realizadas com a utilização dos equipamentos de monitoramento.

Art. 1º A Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 110 - A. O preso deverá ressarcir o Estado das despesas realizadas com a utilização e manutenção do equipamento de rastreamento eletrônico, de forma proporcional ao tempo de utilização. (AC)

§ 1º Se não possuir recursos próprios para realizar o ressarcimento, o preso deverá valer-se do trabalho, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984. (AC)

§ 2º Os valores decorrentes das despesas de manutenção do preso provisório serão descontados da remuneração ou pagos com recursos próprios e depositados judicialmente, devendo ser: (AC)

I - convertidos em renda, no caso de condenação transitada em julgado; ou, (AC)

II - restituídos, no caso de absolvição. (AC)

§ 3º O valor cobrado a título de ressarcimento será destinado ao Fundo Penitenciário do Estado de Pernambuco – FUNPEPE, de que trata a Lei nº 15.689, de 18 de dezembro de 2015. (AC)

Art. 110-B. Caberá ao preso ou apenado conservar o equipamento de rastreamento eletrônico em plenas condições de uso, durante o período em que estiver como usuário, sendo responsabilizado em caso de dano ou avaria. (AC)

§ 1º Ao final do cumprimento da medida restritiva de direito, o preso ou apenado restituirá o equipamento ao Estado, em perfeitas condições de uso. (AC)

§ 2º A responsabilização pelo uso irregular ou inadequado do equipamento de rastreamento eletrônico, bem como por danos e avarias, será verificada por ocasião da restituição ou substituição do equipamento.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissão de redação final, em 03 de Setembro de 2020

Francismar Pontes

Favoráveis

Francismar Pontes
Alessandra Vieira

Aglailson Victor (Relator)
Fabiola Cabral

(REPUBLICADO)

Atas de Comissões**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO E COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO 2020**

Às dez horas do dia 24 (vinte e quatro) do mês de março do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, do Deputado Lucas Ramos na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação e do Deputado Antônio Moraes na Comissão de Administração Pública, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Coelho, Antônio Moraes, Diogo Moraes, Joaquim Lira, José Queiroz, Lucas Ramos, Teresa Leitão, membros suplentes. Então, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1006/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel e Lucas Ramos; Emenda Modificativa nº 1/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica o Projeto de Lei Complementar nº 1006/2020 o Dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel e Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1007/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Fundo Estadual de Enfrentamento ao Coronavírus – FEEC), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel e José Queiroz; Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel e Lucas Ramos; Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município do Recife), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel e Lucas Ramos; Projeto de Resolução nº 1008/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Sistema de Deliberação Remota (SDR)), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel e Lucas Ramos. Não havendo mais nada a tratar, os Presidentes encerraram a reunião, momento em que o Deputado Waldemar Borges convocou a próxima reunião da CCLJ para o dia 31 (trinta e um) de março do corrente ano, de forma remota, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 31 (trinta e um) do mês de março do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Isaltino Nascimento, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, José Queiroz, Lucas Ramos, Teresa Leitão, membros suplentes. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projetos de Decreto Legislativo nºs 4/2020 ao 67/2020, de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Barra de Guabiraba, Camocim de São Félix, Amaraji, Taquaritinga do Norte, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Vertente do Lério, São Vicente Férrer, Ibimirim, Vicência, Custódia, Cortês, São Benedito do Sul, Pesqueira, São Lourenço da Mata, Lagoa de Itaenga, São Bento do Una, Poção, Limoeiro, Aliança, Tacaimbó, Sairé, Itambé, Tracunhaém, Cumaru, Petrolina, Machados, Ribeirão, Dormentes, Carneabeira da Penha, Gameleira, Bodocó, Terezinha, Belém de Maria, Flores, Panelas, Joaquim Nabuco, Condado, Paudalho, Santa Cruz, Jurema, Vertentes, Macaparana, Ingazeira, Cedro, Betânia, Olinda, Bezerras, Água Preta, Lagoa dos Gatos, Serra Talhada, Verdejante, Triunfo, Cabrobó, Camaragibe, Itapissuma, Cupira, Surubim, Moreno, Paulista, Rio Formoso, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Cruz da Baixa Verde, Afogados da Ingazeira, distribuídos ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 959/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual de Incentivo a Prática do Tênis), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 960/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir medidas de acessibilidade), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 961/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Veda a nomeação de pessoas condenadas pela Lei Federal nº 13.834, de 4 de junho de 2019, lei que tipifica o crime de denúncia caluniosa com a finalidade eleitoral (fake news)), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 962/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a transparência na distribuição de medicamentos pela rede estadual de saúde.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 963/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir “Junho Laranja”, mês dedicado à prevenção e luta pelos direitos dos queimados.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 964/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 965/2020, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a utilização e inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular, nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências),

distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 966/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002, que institui a meia-entrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer e entretenimento, de autoria do Deputado Gilvan Costa, a fim de assegurar o direito à meia-entrada aos professores da rede privada de ensino, inclusive em situação de desemprego.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 967/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Determina que o protocolo de combate ao feminicídio e a de enfrentamento da violência contra a mulher seja distribuído ou disponibilizado para todas as escolas públicas do Estado na forma que especifica.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 968/2020, de autoria da Deputada Fabiula Cabral (Ementa: Dispõe sobre aplicação de multa administrativa aos agressores de vítimas de violência doméstica e familiar definidas na Lei federal nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, no Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 969/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 13.463, de 9 de junho de 2008, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE.), em regime de urgência, distribuído à Deputada Teresa Leitão;)Projeto de Lei Ordinária nº 970/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Abre Crédito Especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2020, em favor do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPREV.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 971/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Cria a obrigatoriedade da solicitação de exames laboratoriais para acompanhamento dietoterápico pelo nutricionista no Estado.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 972/2020, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em dependências de todos os órgãos jurisdicionais, carcerários e policiais, no âmbito do Estado de Pernambuco, exibindo o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 13.869/2019.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 976/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Dispõe sobre o Percentual de Permissão de Entrada Gratuita para Servidores de Segurança Pública do Estado de Pernambuco – PPEG em shows, festas, cinemas e eventos de qualquer natureza, públicos ou privados.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 978/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre o prazo para divulgação da lista de material didático pedagógico de uso individual do aluno, exigida pelas instituições privadas de ensino do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 979/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui diretrizes para o combate ao assédio e a violência sexual contra as mulheres nos estádios de futebol do Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 981/2020, de autoria dos Deputados Clodoaldo Magalhães, Antônio Moraes, Alberto Feitosa e Delegado Erick Lessa (Ementa: Estabelece condições de acesso de menores aos estádios de futebol e locais de apresentações de espetáculos culturais e assemblhados no Estado de Pernambuco; cria o Cadastro de Torcedores Infratores e dá providências.), distribuído ao Deputado Rogério Leão; Projeto de Lei Ordinária nº 982/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Dispõe sobre a difusão de informações, apoio e suporte técnico institucional para pacientes, seus responsáveis e associações de pacientes que utilizam a cannabis medicinal com finalidades terapêuticas e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 983/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização mensal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas na rede pública estadual de saúde dá outras providências.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 984/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Determina o fornecimento de alimentação especial, para os alunos com restrições alimentares, pelas instituições da rede privada de ensino do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 986/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Obriga os candidatos aos cargos de Concursos e empregos públicos serem submetidos a exames toxicológicos.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 987/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativamente à apropriação dos créditos fiscais decorrentes de operações com energia elétrica, prestações de serviço de comunicação e mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento adquirente, bem como à fixação de alíquota do imposto para operações com cerveja que contenha fécula de mandioca em sua composição e a Lei nº Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, que institui sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com tecidos, artigos de armarinho e confecções, para retificação de remissão do dispositivo legal.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 994/2020 de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui diretrizes de sanitização de ambientes do Estado de Pernambuco, a fim de evitar a transmissão de doenças infectocontagiosas.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1009/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a proibição dos cortes de fornecimento de água, energia elétrica, gás canalizado e de serviços de telefonia, no âmbito do Estado de Pernambuco, no prazo que especifica, em virtude da pandemia do novo coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1010/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Dispõe sobre medida emergencial de prevenção à propagação da infecção pelo novo Coronavírus (Covid-19) por meio da suspensão por tempo indeterminado do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais ou mesmo extra-judiciais no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1011/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina que o Poder Público Estadual deverá implementar medidas de prevenção aos profissionais da saúde em relação à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1012/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Institui o Fundo Emergencial de Saúde para a Prevenção do Coronavírus e Auxílio à População Afetada, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1013/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, a fornecer gratuitamente álcool em gel para as famílias de baixa renda do Estado, de modo a prevenir a disseminação do coronavírus e outros microrganismos patogênicos, causadores de epidemias respiratórias.), distribuído ao Deputado Rogério Leão; Projeto de Lei Ordinária nº 1014/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentício na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do coronavírus (COVID-19).), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Suspende os prazos de validade de concursos públicos estaduais e municipais pelo período em que perdurar situação anormal caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo estadual ou municipal.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Resolução nº 985/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Cria procedimentos preventivos à contaminação pelo novo coronavírus (2019-nCoV) no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco), distribuído ao Deputado Joaquim Lira. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projetos de Decreto Legislativo nºs 4 /2020 ao 67/2020, de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Barra de Guabiraba, Camocim de São Félix, Amaraji, Taquaritinga do Norte, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Vertente do Lério, São Vicente Férrer, Ibimirim, Vicência, Custódia, Cortês, São Benedito do Sul, Pesqueira, São Lourenço da Mata, Lagoa de Itaenga, São Bento do Una, Poçoão, Limoeiro, Aliança, Tacaimbó, Sairé, Itambé, Tracunhaém, Cumaru, Petrolina, Machados, Ribeirão, Dormentes, Carnaubeira da Penha, Gameleira, Bodocó, Terezinha, Belém de Maria, Flores, Panelas, Joaquim Nabuco, Condado, Paudalho, Santa Cruz, Jurema, Vertentes, Macaparana, Ingazeira, Cedro, Betânia, Olinda, Bezerros, Água Preta, Lagoa dos Gatos, Serra Talhada, Verdejante, Triunfo, Cabrobó, Camaragibe, Itapissuma, Cupira, Surubim, Moreno, Paulista, Rio Formoso, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Cruz da Baixa Verde, Afogados da Ingazeira, relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Priscila Krause, João Paulo, Tony Gel, Lucas Ramos e Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 995/2020 de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispensadores de álcool em gel nos estabelecimentos que especifica e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados Isaltino Nascimento Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, João Paulo, Tony Gel, Lucas Ramos e Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1014/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentício na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do coronavírus (COVID-19).), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi concedido pedido de vista. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que avisou que outra reunião pode ser convocada a qualquer momento, de forma remota, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 7 (sete) do mês de abril do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Coelho, Antônio Moraes, Teresa Leitão, membros suplentes. Também estavam presentes os Deputados Joel da Harpa, Delegada Gleide Ângelo, Adalto Santos, Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projetos de Decreto Legislativo nºs 68/2020 ao 144/2020, de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Casinhas, Canhotinho, Pedra, Itaíba, Chã de Alegria, Bom Jardim, Ferreiros, Águas Belas, Tamandaré, Gravatá, João Alfredo, Vitória de Santo Antão, Bom Conselho, Cedro, Solidão, Brejo da Madre de Deus, São João, Afrânio, Nazaré da Mata, Carpina, Toritama, Joaquim do Monte, Caruaru, Arcoverde, Dormentes, Feira Nova, Granito, Salgadinho, Belo Jardim, Jaboatão dos Guararapes, Orobó, São Caetano, Ibirajuba, Sanharó, Riacho das Almas, Araçoiaba, Palmares, Frei Miguelinho, Jaqueira, Altinho, Caetés, Jucati, Araripna, Goiana, Tabira, Terra Nova, Quipapá, Capoeiras, Santa Maria do Cambucá, Exu, Bonito, Lagoa do Ouro, Paranatama, Brejão, Primavera, Xexéu, Jatobá, Calumbi, Jupí, Itacuruba, São José da Coroa Grande, Ipubi, Alagoinha, Moreilândia, Venturosa, Garanhuns, Santa Maria da Boa Vista, Santa Terezinha, Calçado, Pamamirim, Igarassu, Passira, Sirinhaém, Buique, Pombos, Agrestina e Glória de Goitá, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1016/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar o aumento arbitrário de preços, notadamente em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de coação social.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1017/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Ficam prorrogadas as validades de alvarás, documentos e certidões de âmbito estadual cujo vencimento coincida com o período em que estiverem vigentes as situações de Estado de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1018/2020, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a suspensão do cumprimento de obrigações financeiras referentes a empréstimos consignados contraídos por servidores públicos estaduais, no âmbito do Estado de Pernambuco, durante o período de 90 dias e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1019/2020, de autoria do Deputado João Paulo

Costa (Ementa: Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado de Pernambuco em razão da doença COVID-19 causada pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).), distribuído ao Deputado Antônio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1020/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Fica vedado, no Estado de Pernambuco, o corte do fornecimento de água tratada e energia elétrica, por inadimplência, durante o período de calamidade imposto pelo Governo do Estado de Pernambuco, em razão da pandemia do COVID-19.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1021/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens em razão do coronavírus (COVID-19)), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1022/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Garante aos usuários dos serviços públicos de saúde estadual e municipal, o direito à remarcação automática de consultas, exames e cirurgias que forem canceladas ou adiadas; e à suspensão dos prazos de validade das requisições e solicitações médicas emitidas e não agendadas; em virtude de decretação de situação anormal caracterizada como "Estado de Calamidade Pública".), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1023/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Obriga as Empresas Concessionárias de Transporte Público a disponibilizar álcool gel nas estações e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1024/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a vedação de alteração de preços para comercialização de produtos que especifica enquanto perdurar o estado de emergência decretado em virtude da Pandemia do novo Coronavírus.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1025/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) em situações de endemia, epidemia e pandemia, na forma que menciona, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1026/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar hospitais de campanha, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1027/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Autoriza o Poder Executivo Estadual a firmar convênio com instituições religiosas para a distribuição de cestas básicas, durante a vigência do estado de calamidade, decretado no Estado de Pernambuco, nos termos que se segue.), distribuído à Deputada Priscila Krause ; Projeto de Lei Ordinária nº 1028/2020, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da Rede Privada de Ensino durante a suspensão das aulas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1029/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Dispõe sobre a possibilidade da formalização de empréstimo, total ou parcial, dos recursos arrecadados e não utilizados provenientes dos depósitos referentes a penas alternativas e fianças de ocorrências de menor potencial ofensivo, que estão sob a administração do Poder Judiciário Estadual para o Poder Executivo, que deverão ser empregados exclusivamente na compra de material de EPI para os profissionais da área de saúde pública em Pernambuco na vigência do Estado de Calamidade Pública), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1037 /2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Fica suspensa a anotação e protesto de títulos de pessoas físicas e jurídicas durante o período em que estiverem vigentes as situações de Estado de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em Pernambuco.), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 1042 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da pandemia do coronavírus (covid-19)), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1043 /2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Estabelece, para as concessionárias dos serviços públicos de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, a obrigatoriedade de veiculação de informações sobre medidas de prevenção e combate a surtos, endemias, epidemias e pandemias, bem como sobre campanhas de vacinação, nos boletos disponibilizados aos consumidores para pagamento das tarifas.), distribuído ao Deputado Antônio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1044 /2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs do Estado de Pernambuco, nas modalidades adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romário Dias. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projetos de Decreto Legislativo nºs 68/2020 ao 144/2020, de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Casinhas, Canhotinho, Pedra, Itaíba, Chã de Alegria, Bom Jardim, Ferreiros, Águas Belas, Tamandaré, Gravatá, Vitória de Santo Antão, Bom Conselho, Cedro, Solidão, Brejo da Madre de Deus, São João, Afrânio, Nazaré da Mata, Carpina, Toritama, Joaquim do Monte, Caruaru, Arcoverde, Dormentes, Feira Nova, Granito, Salgadinho, Belo Jardim, Jaboatão dos Guararapes, Orobó, São Caetano, Ibirajuba, Sanharó, Riacho das Almas, Araçoiaba, Palmares, Frei Miguelinho, Jaqueira, Altinho, Caetés, Jucati, Araripna, Goiana, Tabira, Terra Nova, Quipapá, Capoeiras, Santa Maria do Cambucá, Exu, Bonito, Lagoa do Ouro, Paranatama, Brejão, Primavera, Xexéu, Jatobá, Calumbi, Jupí, Itacuruba, São José da Coroa Grande, Ipubi, Alagoinha, Moreilândia, Venturosa, Garanhuns, Santa Maria da Boa Vista, Santa Terezinha, Calçado, Pamamirim, Igarassu, Passira, Sirinhaém, Buique, Pombos, Agrestina e Glória de Goitá, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade pelos Deputados Antônio Coelho, João Paulo, Isaltino Nascimento, Romário Dias, Priscila Krause, Alberto Feitosa, Tony Gel, Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1011/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina que o Poder Público Estadual deverá implementar medidas de prevenção aos profissionais da saúde em relação à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi rejeitado pela maioria dos Deputados, quais sejam: Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, Romário Dias, Priscila Krause, Alberto Feitosa, Tony Gel e, por fim, voto contrário do Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1014/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentício na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do coronavírus (COVID-19).) e Projeto de Lei Ordinária nº 1042 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da pandemia do coronavírus (covid-19)) que tramitam em conjunto, sob a relatoria do Deputado Antônio Moraes, foram retirados da pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Suspende os prazos de validade de concursos públicos estaduais e municipais pelo período em que perdurar situação anormal caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo estadual ou municipal.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi retirado da pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1016/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar o aumento arbitrário de preços, notadamente em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de coação social.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi concedido pedido de vistas ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1018/2020, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a suspensão do cumprimento de obrigações financeiras referentes a empréstimos consignados contraídos por servidores públicos estaduais, no âmbito do Estado de Pernambuco, durante o período de 90 dias e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi rejeitado por unanimidade pelos Deputados Antônio Moraes, João Paulo, Isaltino Nascimento, Romário Dias, Priscila Krause, Alberto Feitosa, Tony Gel, registrada a abstenção de voto do Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1019/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado de Pernambuco em razão da doença COVID-19 causada pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).) e Projeto de Lei Ordinária nº 1021/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens em razão do coronavírus (COVID-19)) que tramitam em conjunto, sob a relatoria do Deputado Antônio Coelho, foram aprovados à unanimidade pelos Deputados Antônio Coelho, João Paulo, Isaltino Nascimento, Romário Dias, Priscila Krause, Alberto Feitosa, Tony Gel, Romero Sales Filho nos termos do substitutivo apresentado; Projeto de Lei Ordinária nº 1028/2020, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da Rede Privada de Ensino durante a suspensão das aulas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi rejeitado por unanimidade pelos Deputados Antônio Coelho, João Paulo, Isaltino Nascimento, Romário Dias, Priscila Krause, Alberto Feitosa, Tony Gel, Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1030/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui a suspensão do pagamento dos conselhos de classe em casos de pandemia e estado de calamidade pública.) foi retirado de pauta por solicitação do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1033/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Autoriza o poder executivo a conceder bolsa-auxílio para as famílias responsáveis por estudantes da rede pública de ensino que tenham as aulas suspensas por medidas de contenção de epidemias virais) foi retirado de pauta por solicitação do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina a disponibilização gratuita pelas operadoras de telefonia e internet móvel dos acessos a sites de comunicação, redes sociais e streaming, sem qualquer contabilização do pacote de dados dos clientes e dispõe sobre a suspensão dos serviços de telefonia e internet por inadimplência, durante o período de aplicação das medidas referentes à contenção do vírus COVID-19.) foi retirado de pauta por solicitação do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1036/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a validade por prazo indeterminado das receitas de medicamentos enquanto perdurar surtos de pandemia e dá outras providências.) foi retirado de pauta por solicitação do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1038 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Isenta os veículos de carga do pagamento de pedágios no estado de Pernambuco em períodos de pandemia.) foi retirado de pauta por solicitação do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 1041 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui o sistema bancário eletrônico 24 horas dos bancos localizados no estado de Pernambuco, em casos de pandemias) foi retirado de pauta por solicitação do autor. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que avisou que outra reunião pode ser convocada a qualquer momento, de forma remota, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 14 (catorze) do mês de abril do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Lucas Ramos, Teresa Leitão, membros suplentes. Também estavam presentes os Deputados Alessandra Vieira, Delegada Gleide Ângelo, Roberta Arraes, William Brígido, Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projetos de Decreto Legislativo nºs 81/2020, 92/2020 e 145/2020 ao 172/2020 de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Itaquitinga, Chã Grande, Lagoa do Carro, Iati, Mirandiba, Ilha de Itamaracá, Buenos Aires, Manari, Cachoeirinha, Sertânia Carnalba, Tuparetama, Palmeirina, Saloá, Brejinho, Quixaba, Santa Filomena, Camutanga, Petrolândia, São José do Egito, Orocó, Lagoa Grande, Timbaúba, Angelim, Floresta, Ouricuri, Itapetim, Serrita, Igaruary, Escada, distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Complementar nº9

1045/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a concessão de pensão especial complementar aos dependentes dos servidores que indica.), em regime de urgência, distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Complementar nº 1074/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 425, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1030/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui a suspensão do pagamento dos conselhos de classe em casos de pandemia e estado de calamidade pública.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1033/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Autoriza o poder executivo a conceder bolsa-auxílio para as famílias responsáveis por estudantes da rede pública de ensino que tenham as aulas suspensas por medidas de contenção de epidemias virais), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa:Determina a disponibilização gratuita pelas operadoras de telefonia e internet móvel dos acessos a sites de comunicação, redes sociais e streaming, sem qualquer contabilização do pacote de dados dos clientes e dispõe sobre a suspensão dos serviços de telefonia e internet por inadimplência, durante o período de aplicação das medidas referentes à contenção do vírus COVID-19.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1036 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a validade por prazo indeterminado das receitas de medicamentos enquanto perdurar surtos de pandemia e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1038 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Isenta os veículos de carga do pagamento de pedágios no estado de Pernambuco em períodos de pandemia.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1041 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui o sistema bancário eletrônico 24 horas dos bancos localizados no estado de Pernambuco, em casos de pandemias), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1046/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a utilização dos recursos que especifica nas ações necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1047/2020, de autoria da Deputada Deleogada Gleide Angelo(Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o pagamento de carne ou fatura de compra de produtos, serviços ou de cartão de crédito, para que seja realizado exclusivamente em seu estabelecimento.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Deleogada Gleide Angelo (Ementa: Suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco, pelo período em que perdurar a situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública” para fins de prevenção e de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1049/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Institui Programa de Segurança Alimentar para atendimento das populações mais vulneráveis, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia COVID-19, no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1050/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Proíbe que planos e operadoras de saúde no Estado de Pernambuco recusem prestação de serviços a pessoas contaminadas pelo covid-19 em razão de prazo de carência de contratos.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1051/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Cria o Programa Emergencial de Testagem para o COVID-19 em Modalidade “drive thru” e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1052/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Inclusão no grupo prioritário de atendimento nas unidades móveis de emergência em razão de calamidade pública, as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, doença grave, doença rara, autistas e idosos.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2020, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Estabelece multa para quem divulgar por meio eletrônico notícias falsas (fakenews) sobre o novo coronavírus (COVID 19) ou quaisquer outras epidemias e pandemias no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1054/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a providenciar hospedagem em hotéis, pousadas, e demais estabelecimentos de hospedaria aos profissionais de saúde que atuem em unidades de saúde hospitalares e ambulatoriais e unidades de atendimento móvel pré-hospitalar no enfrentamento ao covid-19 e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1055/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos para implementar medidas de incentivo à conversão produtiva emergencial de empresas para proteção econômica e sanitária à população pernambucana, durante o tempo que perdurar as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, conforme regulamentação do Decreto nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1056/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a estabelecer procedimentos para o pagamento de IPVA no período da pandemia do novo coronavírus.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos ;Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre o acesso dos idosos aos estabelecimentos Bancários no Estado de Pernambuco, no período do Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1058/2020, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Estabelece trânsito livre e suspende a cobrança de tarifa de estacionamento aos veículos de profissionais da área de saúde e outros de serviços públicos essenciais, durante o período de emergência pelo COVID-19, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1060/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a implantação de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) para dissipar o estresse dos profissionais de saúde e demais funcionários que estão atuando nas unidades de saúde públicas e privadas no combate a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1069/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Dispõe sobre a suspensão temporária dos atos destinados ao envio de certidões para protesto de débitos inscritos em dívida ativa tributária ou não, no Estado de Pernambuco, durante o prazo de 90 dias ou enquanto perdurar a pandemia do COVID-19), distribuído à Deputada Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 1070/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (Ementa: Estabelece multa para quem divulgar por Meio Eletrônico Notícias Falsas/ “Fake News” sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1071/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (Ementa: Ficam isentas do pagamento do consumo de energia elétrica as famílias enquadradas na tarifa social de baixa renda, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1073/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui diretrizes para o incentivo ao setor cultural do Estado de Pernambuco, durante a pandemia do novo Coronavírus - COVID-19 e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 1076/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, que institui, no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Sistema de Deliberação Remota (SDR), originada de projeto de Deliberação Remota (SDR), originada de projeto de resolução de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a fim de dispor sobre o regime de tramitação das proposições apresentadas durante a vigência do SDR), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Complementar nº 1045/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a concessão de pensão especial complementar aos dependentes dos servidores que indica.), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com os votos favoráveis dos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, Romário Dias, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Antônio Moraes; Projeto de Lei Complementar nº 1074/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 425, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com os votos favoráveis dos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, Romário Dias, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1014/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentício na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do coronavírus (COVID-19.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi concedido pedido de vistas, juntamente com o Projeto de Lei Ordinária nº 1042 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da pandemia do coronavírus (covid-19) que tramitam em conjunto; Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2020, de autoria da Deputada Deleogada Gleide Angelo (Ementa: Suspende os prazos de validade de concursos públicos estaduais e municipais pelo período em que perdurar situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública”, estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo estadual ou municipal.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com os votos favoráveis dos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, Romário Dias, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1016/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar o aumento arbitrário de preços, notadamente em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de coação social.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com os votos favoráveis dos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, Romário Dias, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Joaquim Lira ;Projeto de Lei Ordinária nº 1046/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a utilização dos recursos que especifica nas ações necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com os votos favoráveis dos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, Romário Dias, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Joaquim Lira; Emenda Aditiva nº 1/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Acrescenta parágrafo ao Art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 995/2020), ao Projeto de Lei Ordinária nº 995/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispensadores de álcool em gel nos estabelecimentos que especifica e dá outras providências.), tendo como relatora, por dependência, Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com os votos favoráveis dos Deputados Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, Romário Dias, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Joaquim Lira. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que avisou

que outra reunião pode ser convocada a qualquer momento, de forma remota, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 22 (vinte e dois) do mês de abril do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão, Simone Santana, membros suplentes. Também estavam presentes os Deputados Deleogada Gleide Ângelo, Roberta Arraes, Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projetos de Decretos Legislativos nºs 173/2020 a 183/2020 de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Abreu e Lima, Barreiros, Maraiá, Lajedo, Tupanatinga, Salgueiro, Trindade, Correntes, Tacaratu, São José do Belmonte, Inajá, Jataúba e Belém do São Francisco, distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Complementar nº 1075/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado de Pernambuco e disciplina as carreiras integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o inciso II do art. 3º da Lei nº 13.021, de 10 de maio de 2006, que “Cria, na estrutura administrativa da Polícia Civil, o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa” para ampliar o escopo de suas atribuições investigatórias.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Substitutivo nº 1/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2020.), distribuído por dependência ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1078/2020, de autoria do Deputado Deleogado Erick Lessa (Ementa: Concede a gratuidade no transporte público de passageiros a profissionais de saúde em todo o território do Estado de Pernambuco, enquanto perdurarem os efeitos do Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia do COVID-19.), distribuído à Deputada Priscila Krause ;Projeto de Lei Ordinária nº 1079/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de EPI nos estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e bancários, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1081/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a obrigação das companhias de seguros de vida a efetivamente indenizarem seus segurados por eventuais mortes ocasionadas pelo novo Coronavírus (COVID-19), no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos ;Projeto de Lei Ordinária nº 1082/2020, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Dispõe sobre a autorização da prática da Telemedicina no Estado de Pernambuco durante a Pandemia do COVID-19 e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia ;Projeto de Lei Ordinária nº 1083/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e bancários, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica e dá outras providências.), distribuído à Deputada Simone Santana ;Projeto de Lei Ordinária nº 1084/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga a adoção de procedimentos nos estabelecimentos que indica e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1087/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1088/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PEAFF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar e economia solidária, no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romário Dias. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projetos de Decretos Legislativos nºs 173/2020 a 183/2020 de autoria da Mesa Diretora, que reconhecem, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, respectivamente, nos municípios de Abreu e Lima, Barreiros, Maraiá, Lajedo, Tupanatinga, Salgueiro, Trindade, Correntes, Tacaratu, São José do Belmonte, Inajá, Jataúba e Belém do São Francisco, tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foram aprovados com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Isaltino Nascimento, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Joaquim Lira, Tony Gel ; Projeto de Lei Complementar nº 1075/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado de Pernambuco e disciplina as carreiras integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE.), foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 970/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Abre Crédito Especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2020, em favor do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPREV.), em regime de urgência, tendo como relator o relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Isaltino Nascimento, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o inciso II do art. 3º da Lei nº 13.021, de 10 de maio de 2006, que “Cria, na estrutura administrativa da Polícia Civil, o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa” para ampliar o escopo de suas atribuições investigatórias.), tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi retirado de pauta; Substitutivo nº 1/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2020.), tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1047/2020, de autoria da Deputada Deleogada Gleide Angelo(Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o pagamento de carne ou fatura de compra de produtos, serviços ou de cartão de crédito, para que seja realizado exclusivamente em seu estabelecimento.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Isaltino Nascimento, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Antônio Moraes, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Deleogada Gleide Angelo (Ementa: Suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco, pelo período em que perdurar a situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública” para fins de prevenção e de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Tony Gel, Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1049/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Institui Programa de Segurança Alimentar para atendimento das populações mais vulneráveis, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia COVID-19, no Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi rejeitado com os votos favoráveis à rejeição dos Deputados Gustavo Gouveia, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Tony Gel, Isaltino Nascimento e contrário do Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1050/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Proíbe que planos e operadoras de saúde no Estado de Pernambuco recusem prestação de serviços a pessoas contaminadas pelo covid-19 em razão de prazo de carência de contratos.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão , foi rejeitado com os votos favoráveis à rejeição dos Deputados Gustavo Gouveia, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Teresa Leitão, Isaltino Nascimento e contrário do Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre o acesso dos idosos aos estabelecimentos Bancários no Estado de Pernambuco, no período do Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Tony Gel e Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1087/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.)em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Tony Gel e Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 1076/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, que institui, no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Sistema de Deliberação Remota (SDR), originada de projeto de resolução de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a fim de dispor sobre o regime de tramitação das proposições apresentadas durante a vigência do SDR), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Priscila Krause, Romário Dias, João Paulo, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Tony Gel e Isaltino Nascimento. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que avisou que outra reunião pode ser convocada a qualquer momento, de forma remota, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 27 (vinte e sete) do mês de abril do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão, Simone Santana, membros suplentes. Também estavam presentes os Deputados Deleogada Gleide Ângelo, Doriel Barros e Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1108/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 425, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo

Estadual.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 988/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a comunicação, aos pais ou responsáveis, sobre as ausências injustificadas dos alunos dos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 989/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação e divulgação do valor calórico dos alimentos oferecidos em cardápios dos estabelecimentos que especifica, bem como a necessidade de advertência sobre a presença de glúten e de lactose, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 990/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina que estabelecimentos comerciais disponibilizem exemplar do código de defesa do consumidor na linguagem Braille e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 991 /2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Denomina Escola de Referência em Ensino Médio Barra de Sirinhaém José Hildo Hacker, a Escola Estadual Barra de Sirinhaém.), distribuído à Deputada Teresa Leitão ; Projeto de Lei Ordinária nº 992 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe que o consumidor tenha o direito de obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da quitação da inadimplência do consumidor anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos de energia elétrica, água, esgotamento sanitário e gás encanado.), distribuído à Deputada Prícila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 993/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o monitoramento no interior dos veículos de transportes escolares que exerçam suas atividades no Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 996/2020, de autoria do Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigação das Empresas prestadoras de serviços em informar previamente aos consumidores dados dos funcionários que executarão os serviços demandados em suas residências ou sedes.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 997/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas de transparência no setor de transportes no Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 999/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivo de segurança “botão de pânico” nos transportes coletivos públicos do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1089/2020, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.642, de 26 de abril de 2012, para modificar a composição do Conselho Gestor do Fundo Especial do Registro Civil do Estado de Pernambuco (FERC-PE), fixar regras sobre as suas deliberações e dispor sobre a destinação dos seus recursos.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2020, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir a apresentação de recursos administrativos por meio eletrônico, no âmbito do Procon-PE.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1091/2020, de autoria do Deputado Hnerique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivo que amplia a proteção ao consumidor e do profissional de entregas.), distribuído à Deputada Simone Santana ;Projeto de Lei Ordinária nº 1092/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.596, de 21 de março de 2012, que Obriga a afixação de cartaz ou placa informativa nos elevadores sobre o impedimento de acesso às entradas sociais, inclusive elevadores e escadas de acesso, de edifícios públicos e residenciais, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de incluir nova redação que reforça o combate a preconceito.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1093/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Estabelece vedação à Administração Pública direta e indireta do Estado de Pernambuco de celebrar contratos, parcerias ou convênios com empresas privadas, nas situações em que especifica, em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de comoção social.), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Lei Ordinária nº 1094/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Reconhece a atividade religiosa como serviço essencial para a população de Pernambuco em tempos de crises ocasionados por agravos endêmicos contagiosos na saúde ou catástrofes naturais.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; dProjeto de Lei Ordinária nº 1095/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Dispõe sobre a entrada de pessoas em comércio de todos os gêneros, na forma que menciona, durante período de pandemias.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 1096/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Dispõe sobre estabelecimento de uma Linha de Apoio aos Profissionais da Saúde – LAPS e seus familiares, no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da situação de calamidade pública oficialmente decretada em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19).), distribuído à Deputada Prícila Krause;Projeto de Lei Ordinária nº 1097/2020, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Determina que os estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado de Pernambuco garantam a existência de leitos para o tratamento de profissionais de saúde acometidos ou com suspeita de COVID-19 e dá outras providências), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 1098/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Ficam os estabelecimentos que produzem diariamente pães, no âmbito do estado de Pernambuco, comprometidos a doar o que não foi comercializado no dia, às pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade ou de risco alimentar ou nutricional.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1099/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as empresas de telefonia, internet e TV por assinatura a disponibilizar a rescisão contratual dos serviços por atendimento via internet.), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Lei Ordinária nº 1100/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras em espaços públicos, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia;Projeto de Lei Ordinária nº 1101/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Determina, durante o ano-calendário de 2020, a antecipação das comemorações alusivas aos feriados federais, estaduais e municipais para o domingo antecedente, no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão ;Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Obriga as Instituições Bancárias e congêneres a fornecer a portabilidade bancária por meio das plataformas digitais, no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído à Deputada Prícila Krause;Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Assegura ao servidor público com deficiência visual, o direito de receber contracheques e comprovantes de rendimentos no sistema braile, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1104/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de isentar do pagamento de multa de fidelização contratual os consumidores de serviços de telefonia fixa ou móvel, de internet ou de TV por assinatura ou assemelhados, durante a vigência de estado de calamidade pública no Estado.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Estabelece procedimento virtual para envio de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas com doenças infectocontagiosas, durante epidemias, epidemias ou pandemias, em hospitais públicos, privados ou de campanha sediados no Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão ;Projeto de Lei Ordinária nº 1106/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Prioriza a execução de emendas parlamentares destinadas à área de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1107/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Institui cachê a artistas profissionais que realizarem apresentações em sacadas ou live social, enquanto perdurar o período do Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho, Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos:Projeto de Lei Complementar nº 1075/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado de Pernambuco e disciplina as carreiras integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Complementar nº 1108/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 425, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 116/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta;Emenda Aditiva nº 1/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Adita inciso III, IV e V ao Art. 2º do projeto de Lei 116/2019, do Deputado Gustavo Gouveia.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Emenda Aditiva nº 2/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Adita complemento ao inciso II, do art. 4º do projeto de lei 116/2019 do Deputado Gustavo Gouveia.), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Emenda Aditiva nº 3/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Adita inciso XV ao art. 4º do projeto de Lei nº 116/2019, do Deputado Gustavo Gouveia), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1088/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PEAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar e economia solidária, no Estado de Pernambuco.), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta;Emenda Modificativa nº 1/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Modifica a redação do art. 1º do projeto de lei 1088/2020, de autoria do Poder Executivo, a fim de inserir os produtos provenientes da bacia Leiteira de Pernambuco.), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 522 /2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a cobrança de multa em caso de perda ou extravio de cartão de estacionamento.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 875/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir a entrada de alimentos em cinemas e teatros, sem restrições quanto ao local de aquisição.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi concedido pedido de vista ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 909/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de dispor sobre as datas de realização das provas de concursos públicos), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 925/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Dispõe sobre a apresentação prévia do Selo GNV do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e outros requisitos no abastecimento de Gás Natural Veicular – GNV pelos postos de abastecimento de combustível), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 927/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Determina regras para a reserva de unidades residenciais localizadas no terreo e primeiro andar das edificações dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco, aos beneficiários que forem idosos, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida), tendo como

relator o Deputado Romero Sales Filho, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o inciso II do art. 3º da Lei nº 13.021, de 10 de maio de 2006, que “Cria, na estrutura administrativa da Polícia Civil, o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa” para ampliar o escopo de suas atribuições investigatórias.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Tony Gel;Substitutivo nº 1/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2020.), distribuído, por dependência, ao Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1044 /2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs do Estado de Pernambuco, nas modalidades adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1052/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Inclusão no grupo prioritário de atendimento nas unidades móveis de emergência em razão de calamidade pública, as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, doença grave, doença rara, autistas e idosos.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1084/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, , foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga a adoção de procedimentos nos estabelecimentos que indica e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, , foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Antônio Moraes, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Tony Gel. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que avisou que outra reunião pode ser convocada para o dia 04 (quatro) de maio do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 4 (quatro) do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão e Simone Santana, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Delegada Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1001/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia do Motofretista.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 1002/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a isenção de pagamento da taxa de inscrição para pessoas com deficiência em eventos esportivos, realizados no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1003/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o recebimento de doações de vidros blindados para viaturas da polícia civil e militar.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1004/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de tratar da responsabilização de estabelecimentos hoteleiros e pousadas.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1005/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de criação e manutenção, pelos estabelecimentos empresariais que especifica, de espaço destinado à acomodação dos motofretistas e assemelhados.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1031/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de incluir atendimento prioritário às pessoas com espectro autista em estabelecimentos comerciais e instituições financeiras.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1032/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, Pet Shops e estabelecimentos congêntios e a produção em embalagens apropriadas para tal fim, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1035/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui a utilização dos créditos em minutos pagos e não utilizados nos estacionamento na forma que especifica e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1039/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Torna obrigatórias as inclusões do leite de cabra, das carnes de caprino e de ovino na dieta alimentar dos alunos da rede pública estadual.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1040/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Proibe a execução da apreensão de veículos em virtude de Blitz do IPVA no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1059/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta o art. 239 da Constituição do Estado, fixando os critérios de denominação de bens públicos estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de proibir uso de cores alusivas a partidos políticos.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1061/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as clínicas e hospitais veterinários a exibir tabela de preços.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a destinação para os órgãos de segurança pública do Estado de bens, direitos e valores oriundos de ilícitos penais de que trata a Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do Estado de Pernambuco, de disponibilizar informação sobre a prática da alienação parental.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1064/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Estabelece penalidades administrativas a quem divulgar informação falsa e dá outras providências.); distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1065/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Alterar na Lei nº 16.317, de 22 de março de 2018, originada do Projeto de Lei do Deputado Augusto César, a fim de que as farmácias disponibilizarem teste gratuito para aferir pressão e da outras providências.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1066 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a realização de análise para a detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1067/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendida, no Estado de Pernambuco.); distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1072/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir a obrigatoriedade de notificação prévia com prazo e informações adequados nos serviços que indica.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1077/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente na área que especifica.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1080/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Obriga as unidades escolares públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco, a disponibilizar assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1081/2020, de autoria do Deputado Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a obrigação das companhias de seguros de vida a efetivamente indenizarem seus segurados por eventuais mortes ocasionadas pelo novo Coronavírus (COVID-19), no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1085/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Determina tratamento igualitário a pessoas regularmente formados em cursos nas modalidades de educação a distância ou semipresencial em relação aos cursos presenciais.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1109/2020, de autoria do Deputado Deputado Adalto Santos (Ementa: Suspende o pagamento e a cobrança dos serviços públicos das empresas fornecedoras de água e energia elétrica, em relação às pessoas jurídicas que menciona, durante o período de pandemia de coronavírus, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 116/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Romário Dias, , foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Tony Gel;Emenda Aditiva nº 1/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Adita inciso III, IV e V ao Art. 2º do projeto de Lei 116/2019, do Deputado Gustavo Gouveia.), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi prejudicada em virtude do substitutivo pelo relator; Emenda Aditiva nº 2/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Adita complemento ao inciso II, do art. 4º do projeto de lei 116/2019 do Deputado Gustavo Gouveia.) tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi prejudicada em virtude da aprovação do substitutivo pelo relator;Emenda Aditiva nº 3/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Adita inciso XV ao art. 4º do projeto de Lei nº 116/2019, do Deputado Gustavo Gouveia), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi prejudicada em virtude da aprovação da aprovação do substitutivo pelo relator;Projeto de Lei Ordinária nº 1088/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PEAAF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar e economia solidária, no Estado de Pernambuco.), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel;Emenda Modificativa nº 1/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Modifica a redação do art. 1º do projeto de lei 1088/2020, de autoria do Poder Executivo, a fim de inserir os produtos provenientes da bacia Leiteira de Pernambuco.), tendo como relator, por dependência, Deputado Romário Dias, foi prejudicada em virtude da aprovação do substitutivo pelo relator; Projeto de Lei Ordinária nº 875/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir a entrada de alimentos em cinemas e teatros, sem restrições quanto ao local de aquisição.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 887/2020, de autoria

do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 13.032, de 14 de junho de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenção periódicas em edifícios de apartamentos e salas comerciais, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, a fim de ampliar a prevenção de acidentes e sinistros.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 911/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartaz nos veículos de transporte por aplicativos e outros meios similares do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 917/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Noveas, a fim de impedir práticas discriminatórias na concessão de crédito), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Antônio Moraes, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 969/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 13.463, de 9 de junho de 2008, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE.), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, redistribuído ao Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1044 /2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa:Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs do Estado de Pernambuco, nas modalidades adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1077/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente na área que especifica..) foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1089/2020, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.642, de 26 de abril de 2012, para modificar a composição do Conselho Gestor do Fundo Especial do Registro Civil do Estado de Pernambuco (FERC-PE), fixar regras sobre as suas deliberações e dispor sobre a destinação dos seus recursos.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Romero Sales Filho, Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 1091/2020, de autoria do Deputado Hnerique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que Institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Noveas, a fim de incluir dispositivo que amplia a proteção ao consumidor e do profissional de entregas.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, Simone Santana, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1092/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.596, de 21 de março de 2012, que Obriga a afixação de cartaz ou placa informativa nos elevadores sobre o impedimento de acesso às entradas sociais, inclusive elevadores e escadas de acesso, de edifícios públicos e residenciais, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de incluir nova redação que reforça o combate a preconceito.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, juntamente com o Projeto de Lei Ordinária nº 1100/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras em espaços públicos, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.), nos termos do substitutivo apresentado pelo relator; Projeto de Resolução nº 920/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República Popular da China), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel; Projeto de Resolução nº 921/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República da Colômbia), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel;Projeto de Resolução nº 937/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à Inglaterra), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel;Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico (Ementa: Altera integralmente a redação do Substitutivo nº 01/2020 aos Projetos de Lei Ordinária nº 1019/2020 e 1021/2020, de autoria dos Deputados João Paulo Costa e Romero Albuquerque, respectivamente.) ao Projeto de Lei Ordinária nº 1019/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado de Pernambuco em razão da doença COVID-19 causada pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-COV-2.) e ao Projeto de Lei Ordinária nº 1021/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens em razão do coronavírus (COVID-19), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Joaquim Lira, Antônio Moraes, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel. Por fim, o colegiado registrou voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ênio Cantarelli e do economista Roberto Lessa. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que avisou que outra reunião pode ser convocada para o dia 11 (onze) de maio do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 11 (onze) do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão e Simone Santana, membros suplentes. Também estavam presentes os Deputados Antônio Fernando, Guilherme Uchoa e William Brígido. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2020, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Modifica o art. 123-A da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de garantir a execução imediata das dotações decorrentes de emendas parlamentares individuais à lei orçamentária anual), foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1110/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.679, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a garantia de apresentações de artistas e grupos que executam a Expressão Cultural Pernambucana no Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Oscar Paes Barreto, a fim de elevar excepcionalmente o percentual de contratação de artistas e grupos que expressem a cultura pernambucana durante o ano de 2021), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1111/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Determina que os hospitais da rede privada divulguem para órgão de saúde estadual a ocupação dos leitos de enfermaria e UTI em período de emergência sanitária ou calamidade pública.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1112/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Cria o Programa “Empresa Amiga da Saúde” no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Institui o Selo Produto Local e sua conferência às empresas que façam parte de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de outros setores econômicos do estado de Pernambuco e dá outras providências.);distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1114/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1115/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Adia o feriado das festas juninas, para o dia 12 de dezembro de 2020, no âmbito do Estado de Pernambuco, devido à pandemia do novo coronavírus.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1116/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Determina medidas de proteção e enfrentamento ao COVID 19 em Pernambuco nos empreendimentos sociais que especifica.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas de transparência no setor de saúde e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1118/2020, de autoria do Deputado João Paulo(Ementa: Permite a abertura e o funcionamento de consultórios de enfermagem no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1119/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Torna obrigatória sinalização horizontal de advertência do limite de velocidade nas rodovias estaduais e dá outras providências.), distribuído à Deputada Alessandra Vieira; Projeto de Lei Ordinária nº 1120/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a manutenção das bolsas de estudo aos alunos da rede privada de ensino superior e pós-graduação durante o Estado de Calamidade Pública - Decreto Estadual Nº 48.833, de 20 de março de 2020 - em decorrência do novo Coronavírus - Covid-19.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1121/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre os locais adequados para realização de exames de pessoas com suspeita de COVID-19, na forma que menciona e dá outras providências), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1122/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a impossibilidade de cobrança de multas, juros e encargos do valor das mensalidades da rede privada de ensino superior e pós-graduação durante o Estado de Calamidade Pública - Decreto Estadual Nº 48.833, de 20 de março de 2020 - em decorrência do novo Coronavírus - Covid-19.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Determina o recebimento remoto de receitas médicas pelas farmácias e drograrias do Estado de Pernambuco em caráter emergencial enquanto perdurar a epidemia do Covid-19 e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1124/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Obriga a Administração Pública do Estado de Pernambuco a realizar, mediante pedido do usuário, exames laboratoriais para detecção do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19, nos comunicantes familiares dos profissionais da rede estadual de saúde diagnosticados com a doença, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1125/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos da Administração Direita, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade

de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de incluir, no conceito de pessoas com deficiência, as pessoas com doença renal crônica.), distribuído à Deputada Simone Santana. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 871/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.607, de 9 de julho de 2019, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência autoprovocada, atendidos pelos serviços públicos ou privados de saúde, de autoria da Deputada Simone Santana, para expandir os casos de notificação compulsória.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão e Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 890/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Noveas, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei, em especial, garantir maior transparência na oferta de produtos ao consumidor.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão e Simone Santana;Projeto de Lei Ordinária nº 922/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 11.628, de 22 de novembro de 1998, que institui a meia entrada para maiores de 65 (sessenta e cinco) anos em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer e entretenimento, originada de projeto de lei da Deputada Luciana Santos, a fim de reduzir a idade dos beneficiários para 60 (sessenta) anos e modificar os critérios aplicáveis às penalidades por seu descumprimento.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Romário Dias e Simone Santana ;Projeto de Lei Ordinária nº 934/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 12.598, de 7 de junho de 2004, que dispõe sobre a proibição de venda de cigarros para pessoas menores de idade em todos os estabelecimentos comerciais do estado de Pernambuco, originada de projeto de lei do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de proibir a venda e a distribuição gratuita de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, a pessoas com menos de 18 (dezoito) anos), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Romário Dias e Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 951/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a divulgação de Programa de Entrega Legal de Crianças em espetáculos artísticos-culturais e esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Antônio Coelho, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 953/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Dispõe a divulgação da “Ação de Bater Palmas para Reencontro de Crianças Perdidas”, no âmbito do Estado de Pernambuco) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1044 /2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa:Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs do Estado de Pernambuco, nas modalidades adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1093/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Estabelece vedação à Administração Pública direta e indireta do Estado de Pernambuco de celebrar contratos, parcerias ou convênios com empresas privadas, nas situações em que especifica, em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de comomoção social.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Romário Dias e Simone Santana. Em extrapauta, Projeto de Lei Ordinária nº 1126/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Denomina Dr. Ênio Cantarelli o Complexo Hospitalar Universitário Oswaldo Cruz, Pronto Socorro Cardiológico - Procape e o Centro integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM.), com tramitação em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1130/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos(Ementa: Denomina de Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco Professor Dr. Ênio Lustosa Cantarelli o Complexo Hospitalar da UPE, situado no município de Recife.), distribuídos à Deputada Simone Santana;Projeto de Lei Ordinária nº 1127/2020, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Denomina “Centro de Artesanato de Pernambuco Roberto Lessa” o Centro de Artesanato de Pernambuco, localizado na cidade do Recife.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Já na discussão, foi aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 1126/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Denomina Dr. Ênio Cantarelli o Complexo Hospitalar Universitário compreendido pelos: Hospital Universitário Oswaldo Cruz, Pronto Socorro Cardiológico - Procape e o Centro integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM.), cuja relatora era a Deputada Simone Santana, em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1130/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Denomina de Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco Professor Dr. Ênio Lustosa Cantarelli o Complexo Hospitalar da UPE, situado no município de Recife.), com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Romário Dias e Simone Santana; também na discussão foi aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 1127/2020, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Denomina “Centro de Artesanato de Pernambuco Roberto Lessa” o Centro de Artesanato de Pernambuco, localizado na cidade do Recife.), cujo relator é o Deputado Isaltino Nascimento, com os votos favoráveis dos Deputados Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Romário Dias e Simone Santana. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra, em caráter extraordinário para o dia 12 (doze) de maio do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO 2020

Às catorze horas e trinta minutos do dia 12 (doze) do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Gustavo Gouveia, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Coelho, Joaquim Lira, Antônio Moraes, Teresa Leitão, membros suplentes. Também estavam presentes o Procurador-Geral do Estado de Pernambuco, Dr. Ernani Médicos, e os Deputados Romero Albuquerque, Marco Aurélio meu Amigo e Alberto Feitosa. Então, passou-se à distribuição do seguinte projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1140/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza ao Poder Executivo Estadual determinar a apreensão veicular nas vias públicas, sempre que caracterizada infração aos atos normativos estaduais que estabeleçam restrições à circulação de veículos no Estado de Pernambuco.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Posteriormente, o presidente concedeu a palavra aos Deputados, a fim de que eles formulassem perguntas ao Dr. Ernani Médicos acerca do PLO nº 1140/2020. Usaram a palavra os Deputados: Antônio Moraes, Tony Gel, Priscila Krause, Waldemar Borges, Marco Aurélio Meu Amigo, Antônio Coelho, Alberto Feitosa e Isaltino Nascimento. Finalizados os questionamentos, o Procurador-Geral do Estado, Dr. Ernani Médicos, tentou elucidar todas as dúvidas. O presidente, então agradeceu a presença de todos. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra, em caráter extraordinário para o dia 14 (catorze) de maio do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO 2020

Às nove horas do dia 14 (catorze) do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, do Deputado Lucas Ramos e do Deputado Antônio Moraes, respectivamente, presidentes das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça, Finanças, Orçamento e Tributação e Administração Pública, reuniram-se os Deputados da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça: Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, Romero Sales Filho, Gustavo Gouveia, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão, membros suplentes; os Deputados membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação: Antônio Coelho, Antônio Moraes, Henrique Queiroz Filho, José Queiroz, João Paulo Costa, Sivaldo Albino, membros titulares, e Isaltino Nascimento e Tony Gel, membros suplentes; e os Deputados da Comissão de Administração Pública: Delegado Erick Lessa, João Paulo Costa, Joaquim Lira, José Queiroz, Romero Sales Filho, membros titulares, e Deputados Isaltino Nascimento, Romário Dias, Simone Santana, Teresa Leitão e Tony Gel, membros suplentes. Então, passou-se à discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1140/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza ao Poder Executivo Estadual determinar a apreensão veicular nas vias públicas, sempre que caracterizada infração aos atos normativos estaduais que estabeleçam restrições à circulação de veículos no Estado de Pernambuco.), com tramitação que segue o regime de urgência e o procedimento especial disciplinado no art. 4º-A da Resolução nº 1667, de 24 de março de 2020, que foi introduzido pela Resolução nº 1668, de 23 de abril de 2020; em discussão na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, o referido PLO foi aprovado pela unanimidade dos Deputados; na votação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, o PLO foi aprovado por maioria; por fim, na Comissão de Administração Pública, tendo como relator o Deputado Delegado Erick Lessa, o PLO foi aprovado por maioria; Na discussão das seguintes emendas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça: Emenda Aditiva nº 1/2020, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Acrescenta parágrafo primeiro ao artigo 1º do projeto de lei ordinária nº 1140/2020), Emenda Modificativa nº 2/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a ementa e modifica o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária 1140/2020.), Emenda Modificativa nº 3/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a redação do Art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1140/2020.), Emenda Modificativa nº 4/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Altera

a redação do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1140/2020.), Emenda nº 5/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio (Ementa: Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1140/2020.), todas com a relatoria do Deputado Isaltino Nascimento, foram rejeitadas à unanimidade e, portanto, não foram discutidas nas demais comissões de mérito. Não havendo mais nada a tratar, os Presidentes das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça, Finanças, Orçamento e Tributação e Administração Pública encerraram a reunião. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 18 (dezoito) do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Moraes, Teresa Leitão e Simone Santana, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Acresce o art. 105-B à Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre a segurança viária no âmbito do Estado e dos Municípios.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1128/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.639, de 24 de abril de 2012, que dispõe sobre a proibição da permanência de animais silvestres, selvagens ou exóticos em ambientes de clausura nas praças, parques ou espaços urbanos, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de incluir obrigação de recolhimento de dejetos animais.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 1129/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.148, de 2 de setembro de 2010, que destina parte da madeira apreendida, pela fiscalização ambiental no âmbito do Estado de Pernambuco, para construção de habitações populares, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de incluir medidas adicionais na utilização dos recursos madeireiros.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1131/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a criação da carteira de identificação da pessoa ostomizada no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1132/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento prioritário aos ostomizados e a inclusão do símbolo nacional da pessoa ostomizada nas placas ou avisos de atendimento prioritário no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1133/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Francisco Julião como Patrono da Agricultura e da Reforma Agrária de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1134/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Josué de Castro como Patrono da Assistência Social Pernambucana.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1135/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Fixa critérios para a denominação de bens públicos estaduais nos próximos três anos, para fins de homenagear as pessoas que tenham trabalhado diretamente no combate a COVID-19 no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de lojas e magazines em funcionamento no Estado de Pernambuco disponibilizarem as faturas de compras ou boletins digitais de seus clientes, em seus sítios eletrônicos durante o Estado de Calamidade Pública, decretado pelo Governo do Estado, em decorrência do novo Coronavírus - COVID-19.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1137/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalações de sistema de monitoramento coletivo de temperatura corporal nos estabelecimentos que indica, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1138/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a internação de pacientes infectados pela COVID-19 na rede privada de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, quando requerida por médico credenciado ao Sistema Único de Saúde, em caso de inexistência da vaga na rede pública de saúde.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1139/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Fernando Figueira como Patrono da Saúde Pernambucana.), distribuído ao Deputado Romário Dias. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 868/2020, de autoria do Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.463, de 9 de junho de 2008, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, e dá outras providências, a fim de adequá-la ao disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência)), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 870/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002, que instituiu a meia-entrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer e entretenimento, de autoria do Deputado Gilvan Costa, a fim de assegurar o direito à meia-entrada aos professores da rede privada de ensino.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Teresa Leitão, Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, juntamente com o Projeto de Lei Ordinária nº 966/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002, que instituiu a meia-entrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer e entretenimento, de autoria do Deputado Gilvan Costa, a fim de assegurar o direito à meia-entrada aos professores da rede privada de ensino, inclusive em situação de desemprego.), visto que tramitavam em conjunto por se tratar de matérias correlatas; Projeto de Lei Ordinária nº 951/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a divulgação do Programa de Entrega Legal de Crianças em espetáculos artísticos-culturais e esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Antônio Coelho, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Antônio Moraes, Lucas Ramos, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 952/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Estabelece penalidades administrativas aos torcedores infratores e aos clubes de futebol cuja torcida praticarem crime de racismo em estádios do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi concedido pedido de vistas; Projeto de Lei Ordinária nº 953/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Dispõe a divulgação da “Ação de Bater Palmas para Reencontro de Crianças Perdidas”, no âmbito do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Antônio Moraes, Isaltino Nascimento, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 957/2020, de autoria do Deputado Sivaldo Albino (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir “Junho Laranja”, mês dedicado à prevenção e luta pelos direitos dos queimados.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1001/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir “Junho Laranja”, mês dedicado à prevenção e luta pelos direitos dos queimados.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1005/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de criação e manutenção, pelos estabelecimentos empresariais que especifica, de espaço destinado à acomodação dos motociclistas e assemelhados.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1116/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Determina medidas de proteção e enfrentamento ao COVID 19 em Pernambuco nos empreendimentos sociais que especifica.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1121/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre os locais adequados para realização de exames de pessoas com suspeita de COVID-19, na forma que menciona e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Determina o recebimento remoto de receitas médicas pelas farmácias e drogarias do Estado de Pernambuco em caráter emergencial enquanto perdurar a epidemia do Covid-19 e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na sua ausência, foi distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia que o aprovou com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel; Projeto de Resolução nº 950/2020, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao General de Exército Freire Gomes), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou com os votos favoráveis dos Deputados Gustavo Gouveia, Romero Sales Filho, Isaltino Nascimento, Teresa Leitão, João Paulo, Priscila Krause, Antônio Moraes, Tony Gel. Em extrapauta, foram distribuídos os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1153/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo e do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS, e revoga a Lei nº 15.649, de 20 de novembro de 2015, que cria o Fundo de Enfrentamento à Violência - FEV, a fim de incluir a destinação de seus recursos ao financiamento de programas e ações de emissão gratuita de Carteira de Identidade para população de baixa renda.), ditribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1154/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Estabelece normas suplementares, de caráter excepcional, para disciplinar, no âmbito do Estado de Pernambuco, a antecipação da coleção de grau dos alunos regularmente matriculados no último período dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, nas instituições de ensino superior submetidas ao Sistema Estadual de Ensino), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Em seguida, foram submetidos à discussão extrapauta os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1111/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Determina que os hospitais da rede privada divulguem para órgão de saúde estadual a ocupação dos leitos de enfermaria e UTI em período de emergência sanitária ou calamidade pública.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1153/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide

Angelo e do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS, e revoga a Lei nº 15.649, de 20 de novembro de 2015, que cria o Fundo de Enfrentamento à Violência - FEV, a fim de incluir a destinação de seus recursos ao financiamento de programas e ações de emissão gratuita de Carteira de Identidade para população de baixa renda.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1154/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Estabelece normas suplementares, de caráter excepcional, para disciplinar, no âmbito do Estado de Pernambuco, a antecipação da coleção de grau dos alunos regularmente matriculados no último período dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, nas instituições de ensino superior submetidas ao Sistema Estadual de Ensino), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi concedido pedido de vistas. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra, em caráter extraordinário para o dia 25 (vinte e cinco) de maio do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 25 (vinte e cinco) do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Tony Gel (presidente em exercício), reuniram-se os Deputados: Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Teresa Leitão e Simone Santana, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 186/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Susta a ação do Poder Executivo, em face ao determinado no inciso VI, §2º, art. 5º do Decreto de nº 49.017 de 11 de maio de 2020), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Decreto Legislativo nº 187/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Catende), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Estabelece proibição de interrupção dos serviços de conexão à internet fixa durante o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1142/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Fica vedada a circulação de usuários e trabalhadores nos Sistemas de Transporte Público no âmbito do Estado de Pernambuco sem a utilização de Equipamentos de Proteção Individual nos períodos denominados de calamidade pública em razão de emergência de saúde pública), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1143/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre o credenciamento de pessoas jurídicas para prestar o serviço de expedição do Certificado de Registro de Veículos (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV), no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1145/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, a fim de incluir, no conceito de pessoa com deficiência os portadores de visão monocular.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1147/2020, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Dispõe sobre a obrigação do compartilhamento de dados sobre a propagação e efeitos do Coronavírus entre órgãos entidades da administração pública direta e indireta no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Modifica a Lei nº 15.668, de 11 de dezembro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de realização de manutenção semestral nos veículos de transporte escolar e nos veículos fretados para transporte universitário, a fim de garantir a segurança dos alunos das escolas municipais e dos estudantes universitários das faculdades públicas e privadas do Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Aluísio Lessa, a fim de incluir contato telefônico para reclamações.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1150/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Estabelece diretrizes para a Política de Combate ao Racismo Estrutural no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1151/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Estabelece diretrizes para a Política de Prevenção, Capacitação e Enfrentamento Permanente ao Racismo Institucional no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1152/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre o cancelamento de serviços, reservas e eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública motivado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em todo o Estado de Pernambuco durante o período de calamidade pública decretado em virtude do Novo Coronavírus), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1156/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a publicidade das atas de reuniões dos Conselhos pertencentes ao Poder Executivo estadual e dá providências correlatas.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1157/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Pernambuco para aperfeiçoar o regime de constituição da Reserva Legal.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1158/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Denomina de “Aureliano de Carvalho Barros” o Expresso Cidadão do Município de Salgueiro), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade para uso de instrumentos termográficos em órgãos públicos e privados do Estado de Pernambuco para aferição de temperatura corporal, enquanto perdurar a pandemia do SARS-CoV-2, Novo Coronavírus, bem como durante o período em que houver qualquer agravamento contágioso em que a elevação da temperatura corpórea seja considerada padrão de referência sintomatológico.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1160/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual de Combate ao Coronavírus.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1161/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a antecipar feriados estaduais durante a atual emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1163/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso no pagamento das mensalidades das instituições de ensino da rede privada enquanto durar o estado de calamidade pública estadual em relação à pandemia do Coronavírus – Covid-19.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a visita virtual, por meio de videochamadas, de familiares a paciente internados em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19)), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1165/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de prioridade de atendimento no serviço de entrega aos idosos.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Resolução nº 1144 /2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Instituto Ricardo Brennand para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 1162/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Cria o programa Mente Sã da Assembleia Legislativa de Pernambuco de auxílio psicológico à sociedade pernambucana durante situações em que especifica, em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de comoção social.), distribuído ao Deputado João Paulo. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Acresce o art. 105-B à Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre a segurança viária no âmbito do Estado e dos Municípios.), distribuído ao Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Decreto Legislativo nº 187/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Catende), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 876/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de incluir requisito para contratação), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi redistribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 889/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Estabelece prioridade de atendimento nas Delegacias da Polícia Civil do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 954/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Dispõe a afixação de cartazes informativos pelos hospitais, clínicas e laboratórios, públicos e privados, situados no Estado de Pernambuco, sobre o dever legal de comunicação às autoridades competentes nos casos que indica), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 956/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Modifica a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída à rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de incluir a priorização de alimentos não embutidos na merenda escolar), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 965/2020, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a utilização e inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular, nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi concedido pedido de vistas; Projeto de Lei Ordinária nº 972/2020, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em dependências de todos os órgãos jurisdicionais, carcerários e policiais, no âmbito do Estado de Pernambuco, exibindo o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 13.869/2019.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi concedido pedido de vista; Projeto de Lei Ordinária nº 978/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre o prazo para divulgação da lista de material didático pedagógico de uso individual do aluno, exigida pelas instituições privadas de ensino do Estado do Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos , foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 984/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Determina o fornecimento de alimentação especial, para os alunos com restrições alimentares, pelas instituições da rede privada de ensino do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão , foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 991 /2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Denomina Escola de Referência em Ensino Médio Barra de Sirinhaém José Hildo Hacker, a Escola Estadual Barra de Sirinhaém.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1044 /2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs do Estado de Pernambuco, nas modalidades adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1077/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente na área que especifica.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos

Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1111/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Determina que os hospitais da rede privada divulguem para órgão de saúde estadual a ocupação dos leitos de enfermária e UTI em período de emergência sanitária ou calamidade pública.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1121/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre os locais adequados para realização de exames de pessoas com suspeita de COVID-19, na forma que menciona e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1133/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Francisco Julião como Patrono da Agricultura e da Reforma Agrária de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi redistribuído ao Deputado João Paulo que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1134/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Josué de Castro como Patrono da Assistência Social Pernambucana.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de lojas e magazines em funcionamento no Estado de Pernambuco disponibilizarem as faturas de compras ou boletos digitais de seus clientes, em seus sítios eletrônicos durante o Estado de Calamidade Pública, decretado pelo Governo do Estado, em decorrência do novo Coronavírus - COVID-19.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1137/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de monitoramento coletivo de temperatura corporal nos estabelecimentos que indica, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi retirado de tramitação; Projeto de Lei Ordinária nº 1139/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Fernando Figueira como Patrono da Saúde Pernambucana.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde que atendam pessoas com câncer a informar, divulgar e orientar os portadores e familiares sobre os seus direitos sociais, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga a adoção de procedimentos nos estabelecimentos que indica e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Emenda Modificativa nº 2/2019, de autoria da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (Ementa: Altera a redação do inciso IV, §2º do art. 1º e do § 4º, do art. 1º, do Projeto de Lei Ordinária nº 506/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 506/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de declaração de acompanhamento para acompanhante de pessoa hospitalizada ou internada, em hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra para o dia 1º (primeiro) de junho do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 1º (primeiro) do mês de junho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Tony Gel (presidente em exercício), reuniram-se os Deputados: Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, membros suplentes. Também estavam presentes o Deputado Antônio Fernando, a Deputada Delegada Gleide Angelo e o Deputado Professor Paulo Dutra. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre o agendamento remoto para as doações de sangue no âmbito da Fundação HEMOPE, durante a vigência do estado da calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1167/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a disponibilização de produto antisséptico em banheiros de uso coletivo para higienização dos assentos sanitários.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1170/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (Ementa: Dispõe sobre a nulidade da nomeação ou contratação, para determinados cargos e empregos públicos, de pessoa condenada por crime sexual contra criança ou adolescente.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1171/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, que dispõe sobre a instituição da semana de conscientização e prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores, por bebês e crianças.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1172/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Determina com que as ações de caráter essencial como a distribuição de cestas básicas, kits de higiene, água potável, álcool em gel, álcool 70%, sanitizantes, máscaras, luvas e todo produto assemelhado em que o objetivo seja a assistência social as comunidades carentes e a população em situação de rua, durante o período de enfrentamento a pandemia do coronavírus e enquanto perdurarem os efeitos do sistema de rodízio de circulação de veículos nos termos que especifica.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1173/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Determina a utilização de barreira plástica entre os assentos dianteiros e traseiros de veículos de transporte que especifica e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1174/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Modifica a Lei nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública Estadual, altera a Lei nº 11.424, de 7 de janeiro de 1997 e dá outras providências, a fim de implantar dispositivo contendo exigência na realização em obras viárias.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1175/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Obriga todos os órgãos públicos estaduais a realizar testes diagnósticos em todo o quadro de servidores, quando do retorno às atividades suspensas em virtude do estado de calamidade pública decretado a cargo de qualquer agente infectocontagioso de alta transmissibilidade.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1176/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Obriga o Poder Executivo a incluir nos programas de incentivo ao lazer e cultura, a modalidade de manifestações culturais e de entretenimento com interação popular via meio digital - internet - e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Resolução nº 1168/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Teatro Santo Isabel para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Resolução nº 1169/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Liceu de Artes e Ofícios para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco), distribuído ao Deputado João Paulo. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 519/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui o Programa Futebol para todos no estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, NA ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 593/2019, de autoria do Deputado Delegado Erick Lesa (Ementa: Altera a Lei nº 11.297, de 26 de dezembro de 1995, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e dá outras providências, para incluir condicionamento a municípios ao recebimento de recursos.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 605/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, do Deputado Pedro Serafim Neto, a fim de instituir regras de cobrança de pedágio.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 666/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar bicicletas apreendidas em decorrência da prática de ilícito penal, para pessoas de baixo poder aquisitivo, nos casos em que especifica.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Altera a Lei nº 15.575, de 11 de setembro de 2015, que determina restrições na venda de materiais, equipamentos e produtos específicos para procedimentos odontológicos, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de estabelecer condições e novas restrições à venda de materiais, equipamentos e produtos específicos para procedimentos odontológicos.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi redistribuído ao Deputado Lucas Ramos que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 684/2019, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Veda a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino, públicas e privadas, incluindo aquelas voltadas ao Ensino Superior, e proíbe, expressamente, as chamadas festas “open bar”, nestas mesmas instituições, em todo o Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 701/2019, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Institui a reserva de vagas a estudantes de escolas públicas nos cursos técnicos ofertados por instituições públicas de educação profissional e tecnológica do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 731/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, dispondo sobre os animais comunitários e do regime jurídico dos animais domésticos no âmbito do estado de Pernambuco e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 734/2019, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que define normas de transparência na gestão dos recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Teresa Leitão, para tornar obrigatória a divulgação de informações sobre a paralisação de obras públicas.), tendo como relator o Deputado Diogo Moraes, na ausência, foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o retirou de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 744/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.878, de 11 de agosto de 2016, que estabelece normas para os embarques e desembarques de passageiros do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e do Sistema de Transporte Público Intermunicipal do Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria da Deputada Simone Santana, a fim de ampliar o seu alcance às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 799/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Dispõe sobre a reserva de vagas de estágio de nível superior em órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco para pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi redistribuído ao Deputado Romário Dias que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 803/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Assegura à criança e ao adolescente cujos pais ou responsáveis sejam pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos a prioridade de vaga em unidade da rede pública estadual de ensino mais próxima de sua residência.), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária

nº 965/2020, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a utilização e inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular, nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 972/2020, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em dependências de todos os órgãos jurisdicionais, carcerários e policiais, no âmbito do Estado de Pernambuco, exibindo o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 13.869/2019.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1111/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Determina que os hospitais da rede privada divulguem para órgão de saúde estadual a ocupação dos leitos de enfermária e UTI em período de emergência sanitária ou calamidade pública.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1135/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Fixa critérios para a denominação de bens públicos estaduais nos próximos três anos, para fins de homenagear as pessoas que tenham trabalhado diretamente no combate a COVID-19 no Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de lojas e magazines em funcionamento no Estado de Pernambuco disponibilizarem as faturas de compras ou boletos digitais de seus clientes, em seus sítios eletrônicos durante o Estado de Calamidade Pública, decretado pelo Governo do Estado, em decorrência do novo Coronavírus - COVID-19.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1154/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Estabelece normas suplementares, de caráter excepcional, para disciplinar, no âmbito do Estado de Pernambuco, a antecipação da coleção de grau dos alunos regularmente matriculados no último período dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, nas instituições de ensino superior submetidas ao Sistema Estadual de Ensino), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1158/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Denomina de “Aureliano de Carvalho Barros” o Expresso Cidadão do Município de Salgueiro), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1160/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual de Combate ao Coronavírus.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1144 /2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Instituto Ricardo Brennand para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Subemenda nº 2/2019 de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera a redação do Substitutivo nº 01/2017 ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1289/2017, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins.), ao Substitutivo nº 1/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1289/2017, de autoria do Deputado Cleiton Collins.), ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1289/2017, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Obriga os aeroportos do Estado de Pernambuco a fixarem placas contendo informações sobre os direitos do usuário em caso de atrasos e cancelamentos de voos), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirada de pauta; Subemenda nº 1/2020 de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Suprime os §§ 1º, 3º e 4º do artigo 3-A e o artigo 3-B do art. 1º do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 327/2019), ao Substitutivo nº 01/2019, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 327/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 327/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de tornar obrigatória a capacitação de profissionais de educação física.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovada à unanimidade dos Deputados; Subemenda nº 1/2020 de autoria da Comissão de Educação e Cultura (Ementa: ao Substitutivo nº 01/2020, de auto Modifica o art. 1º do Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 775/2019)ria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: ao Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 775/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 775/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual da Campanha Quebrando o Silêncio), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2020 de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 329/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 329/2019, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga as empresas que realizam entregas por meios próprios ou por terceiros a informarem, previamente, aos consumidores, os dados dos funcionários que realizarão a entrega dos produtos e alimentos solicitados.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga a adoção de procedimentos nos estabelecimentos que indica e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde que atendam pessoas com câncer a informar, divulgar e orientar os portadores e familiares sobre os seus direitos sociais, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1/2020, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 604/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 604/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Terezinha Nunes, a fim de proibir a criação de animais com a finalidade exclusiva de extração de peles.), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, na ausência, foi distribuído ao Deputado Romero Sales Filho que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1/2020, de autoria da Comissão de Educação e Cultura (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 758/2019.), ao Projeto de Resolução nº 758/2019, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Fica instituído o Ano Educador Paulo Freire em todo estado, coordenado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1/2019 de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 533/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 533/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa Altera a Lei nº 12.578, de 13 de maio de 2004, que estabelece normas suplementares à Legislação Federal no tocante ao uso e consumo de produtos fumígenos no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Carla Lapa, a fim de acrescentar cigarros eletrônicos ou equipamentos assemelhados.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foi discutido e, posteriormente, concedido vista ao Deputado Isaltino Nascimento do Projeto de Lei Ordinária nº 1153/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo e do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS, e revoga a Lei nº 15.649, de 20 de novembro de 2015, que cria o Fundo de Enfrentamento à Violência - FEV, a fim de incluir a destinação de seus recursos ao financiamento de programas e ações de emissão gratuita de Carteira de Identidade para população de baixa renda.). Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra para o dia 8 (oito) de junho do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 8 DE JUNHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 8 (oito) do mês de junho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana, Teresa Leitão, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1177/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparação dos danos causados pelas prestadoras de serviços públicos às calçadas e vias públicas.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1178/2020, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Suspensão das rescisões dos Contratos de Trabalho Temporários, regidos pela Lei nº 14.547/2011, enquanto durarem os efeitos do Decreto nº 48.809/2020.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 11.686 de 18 de outubro de 1999 que reconhece oficialmente no Estado de Pernambuco, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação desta como língua oficial na Rede Pública de ensino para surdos, de autoria da Deputada Teresa Duere, para incluir a vinculação de seu uso às comunicações oficiais de âmbito estadual em Pernambuco.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de dispensadores de álcool em gel nos transportes coletivos intermunicipais do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das teleaulas, vídeo aulas e aulas ao vivo via internet disponibilizadas na rede de ensino público e privado no Estado, promoverem a divulgação dos canais de denúncia de abuso e violência contra crianças e adolescentes e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Institui o Memorial Covid-19, em homenagem às vítimas da Covid-19 e aos profissionais envolvidos no enfrentamento à pandemia no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que Institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivos de segurança aos consumidores de plataformas de intermediação de negócios entre consumidores e entregadores.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 1186/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 13.314, de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública Estadual direta, indireta e Fundações, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de estabelecer classificações e ampliar conceituações sobre o assédio moral e dá outras providências.), distribuído ao Deputado José Queiroz; Projeto de Lei Ordinária nº 1187/2020, de autoria da Deputada Clarissa Tércio (Ementa: Dispõe sobre as isenções das multas e penalidades impostas em decorrência dos Decretos Estaduais do Governo do Estado de Pernambuco para o enfrentamento do coronavírus responsável pelo surto de 2020.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a acessibilidade na publicidade governamental de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1190/2020, de autoria do

Deputado Rogério Leão (Ementa: Dispõe sobre a criação de Barreiras Sanitárias nas rodovias estaduais, durante o período de Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Cria a Política Estadual de Combate e Rastreamento às Notícias Falsas (Fake News), no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1192/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a proibição no aumento dos preços de medicamentos e a suspensão de reajuste dos planos e seguros privados de assistência à saúde, no âmbito de Pernambuco, pelo prazo que especifica.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1193/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais adotarem medidas que evitem a proliferação do novo Coronavírus (COVID-19).), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1194/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a criação de uma ouvidoria nas unidades de ensino públicas e privadas do Estado de Pernambuco, nos termos que especifica.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Dispõe sobre normas para o correto descarte de máscaras de proteção individual e outros Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, como medida de redução da transmissão do novo Coronavírus – Covid-19, no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre a escolha pelo consumidor do dia do vencimento da fatura de serviço público.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga a adoção de Barreiras Físicas transparentes nos locais de trabalho, para os profissionais de recepção, portaria, caixas de pagamentos, setores de atendimento ao público e espaços assemelhados, dos empreendimentos públicos e privados, sejam eles de comércio, serviços financeiros, prestação de serviços, serviços do Estado e dos Municípios, e todo e qualquer atendimento ao público, visando impedir e reduzir a possibilidade de contágio ao COVID-19.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1198/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Obriga a inutilização de máscaras e luvas de proteção antes do descarte em todo Estado de Pernambuco, como medida de não propagação da contaminação do COVID-19 e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 1199/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Edema Macular Diabético.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1200/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre o ingresso gratuito de ex-atletas profissionais em competições esportivas, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1201/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de conferir nova redação ao art. 227.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1202/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Determina que, enquanto permanecer o Estado de Calamidade Pública, por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), os estabelecimentos que indica, disponibilizem gratuitamente aos seus clientes em atendimento presencial o aparelho oxímetro, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1203/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Garante às mulheres vítimas de Crimes de Violência Doméstica e Familiar e de Crimes Contra a Dignidade Sexual, o direito ao atendimento por policiais femininas no âmbito das Delegacias de Polícia Civil do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Resolução nº 1184/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Submete a indicação do Vale do Catimbau para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Resolução nº 1189/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Ginásio Pernambucano para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 651/2019, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar o fornecimento de alimentação especial para os alunos com comprovada restrição alimentar pelas instituições da rede privada de ensino do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados, juntamente com o Projeto de Lei Ordinária nº 984/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Determina o fornecimento de alimentação especial, para os alunos com restrições alimentares, pelas instituições da rede privada de ensino do Estado de Pernambuco.); Projeto de Lei Ordinária nº 885/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Institui a obrigatoriedade da disponibilização na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, de cartilha institucional ou guia de cuidadores, em formato PDF, com o objetivo de propiciar melhor qualidade de vida a Pessoa com o Mal de Alzheimer), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 905/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar hotéis, pousadas e estabelecimentos similares a informar os preços das diárias e demais taxas aplicáveis à estadia; dispõe sobre a responsabilidade de hotéis, pousadas e estabelecimentos similares quanto aos danos e furtos ocorridos às bagagens de seus hóspedes; e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados com o Projeto de Lei Ordinária nº 1004/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de tratar da responsabilização de estabelecimentos hoteleiros e pousadas.); Projeto de Lei Ordinária nº 908/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação e disponibilização de relatório de preços dos produtos anunciados em promoção, liquidação e queima de estoque e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 918/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Denomina de Rodovia Massillon Pessoa Cavalcanti a PE-109, no trecho que liga o município de Bonito ao trevo de Formigueiro, em São Joaquim do Monte, via Alto Bonito), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 943/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a divulgação de campanha de doação de sangue em espetáculos artísticos-culturais e esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo, e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 965/2020, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Dispõe sobre a utilização e inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular, nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 983/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização mensal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas na rede pública estadual de saúde dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi retirado de pauta em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas de transparência no setor de saúde e dá outras providências.); Projeto de Lei Ordinária nº 1031/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de incluir atendimento prioritário às pessoas com espectro autista em estabelecimentos comerciais e instituições financeiras.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Estabelece procedimento virtual para envio de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas com doenças infectocontagiosas, durante endemias, epidemias ou pandemias, em hospitais públicos, privados ou de campanha sediados no Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a visita virtual, por meio de videochamadas, de familiares a paciente internados em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19)), foi concedido pedido de vistas; Projeto de Lei Ordinária nº 1145/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, a fim de incluir, no conceito de pessoa com deficiência os portadores de visão monocular.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1153/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo e do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS, e revoga a Lei nº 15.649, de 20 de novembro de 2015, que cria o Fundo de Enfrentamento à Violência - FEV, a fim de incluir a destinação de seus recursos ao financiamento de programas e ações de emissão gratuita de Carteira de Identidade para população de baixa renda.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1157/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Pernambuco para aperfeiçoar o regime de constituição da Reserva Legal), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi concedido pedido de vistas à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1171/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, que dispõe sobre a instituição da semana de conscientização e prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores, por bebês e crianças.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1168/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Teatro Santo Isabel para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1169/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Liceu de Artes e Ofícios para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Posteriormente, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1204/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota o empresário e engenheiro Ricardo Brennand como Patrono do Empreendedorismo Pernambucano.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1205/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Declara ser contrário ao interesse público, no âmbito do Estado de Pernambuco, por seus Poderes e entes despersonalizados, estabelecer ou manter relações contratuais ou institucionais com pessoa física ou jurídica que produza, reproduza ou patrocine direta ou indiretamente, desinformação, notícia falsa, destorcida, descontextualizada, que veicule discurso de ódio ou ofensa direta ou indireta a direitos humanos.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1206/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Determina a proibição de fogueiras e fogos que produzam fumaça, notadamente, em áreas urbanas, próximas de unidades de saúde, no âmbito do estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romário Dias; 5) Projeto de Lei Ordinária nº 1208/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota Ariano Vilar Suassuna como Patrono da Cultura de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1209/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota Paulo Pessoa Cavalcanti de Petrúbi como Patrono do Agronegócio de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1210/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 12.280, de 11 de novembro de 2002, que dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Aluno, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Dep. Teresa Duere, a fim de estabelecer o direito a reserva de vagas nas instituições públicas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica do Estado de Pernambuco, a estudantes que tenham

cursado integralmente as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio em escolas públicas.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1212/2020, de autoria do Deputado Joao Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disparo de mensagens via SMS e/ou através de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, pelas operadoras de telefonia móvel, aos seus usuários, com informações atualizadas do Governo do Estado de Pernambuco, referentes às medidas de enfrentamento da propagação e combate ao Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1213/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a transparência nos contratos emergenciais firmados pela Administração Pública Estadual em razão da vigência do estado de calamidade pública em decorrência do coronavírus (COVID-19).), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1214/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota o Cantor Luiz Gonzaga do Nascimento como Patrono do Forró, Xote, Xaxado e Baião de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1215/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das administrações condominiais instalarem tela de proteção nos locais de áreas comuns, vulneráveis à quedas e acidentes.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1216/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia do Produtor de Leite do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1217/2020, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Estabelece a notificação compulsória, pelos laboratórios públicos e privados do Estado de Pernambuco, dos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e outras doenças infecciosas.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1218/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou Pessoa com Deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 (dezoito) anos com capacidade jurídica plena, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Alessandra Vieira. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra para o dia 15 (quinze) de junho do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 15 (quinze) do mês de junho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana, Alessandra Vieira, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1219/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 30, de 2 de janeiro de 2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco para autorizar o Poder Executivo a realizar repasse extra ao SASSEPE, ante à necessidade de seu financiamento complementar, em face da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus.), em regime de urgência, distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1207/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a suspensão das fogueiras, tradicionais no período junino, em situações de epidemia e pandemia por doenças respiratórias, na forma que especifica.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1211/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, para proibir que pessoas que cometeram maus-tratos ou abandonaram animais domésticos possam obter novamente sua guarda ou de outros animais.), distribuído à Deputada Priscila Krause. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1219/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 30, de 2 de janeiro de 2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco para autorizar o Poder Executivo a realizar repasse extra ao SASSEPE, ante à necessidade de seu financiamento complementar, em face da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus.), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 865/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Garante a prioridade de matrícula em creches e estabelecimentos similares das redes públicas estadual e municipal, aos(as) filhos(as) e demais dependentes legais de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no âmbito do Estado de Pernambuco), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 924/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.124, de 28 de agosto de 2017, que obriga as academias de ginásticas, musculação e afins, a dispor em local visível e adequado, kits de primeiros socorros, incluindo tensiômetro digital e da outras providências, de autoria do Deputado Professor Lupércio, a fim de incluir abrigos solares), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 939/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Proíbe a entrada, distribuição, comercialização e uso, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, de cosméticos e produtos de higiene pessoal que contenham, em sua composição, componentes químicos nocivos à vida marinha.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 947/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Garante, às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a prioridade de vagas nas escolas de tempo integral da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 955/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 13.254, de 21 de junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e dá outras providências, a fim de proibir o transportador de efetuar cobranças para remarcar passagem de ônibus vendida a menos de 10 (dez) minutos do horário de embarque), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 967/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Determina que o protocolo de combate ao feminicídio e a de enfrentamento da violência contra a mulher seja distribuído ou disponibilizado para todas as escolas públicas do Estado na forma que especifica.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 990/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina que estabelecimentos comerciais disponibilizem exemplar do código de defesa do consumidor na linguagem Braille e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 996/2020, de autoria do Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigação das Empresas prestadoras de serviços em informarem previamente aos consumidores dados dos funcionários que executarão os serviços demandados em suas residências ou sedes.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1002/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a isenção de pagamento da taxa de inscrição para pessoas com deficiência em eventos esportivos, realizados no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1059/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta o art. 239 da Constituição do Estado, fixando os critérios de denominação de bens públicos estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de proibir uso de cores alusivas a partidos políticos.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1061/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as clínicas e hospitais veterinários a exibir tabela de preços.), tendo como relator o Deputado Gustavo Gouveia, foi concedido pedido de vistas; Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do Estado de Pernambuco, de disponibilizar informação sobre a prática da alienação parental), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1132/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento prioritário aos ostomizados e a inclusão do símbolo nacional da pessoa ostomizada nas placas ou avisos de atendimento prioritário no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1152/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre o cancelamento de serviços, reservas e eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública motivado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1156/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a publicidade das atas de reuniões dos Conselhos pertencentes ao Poder Executivo estadual e dá providências correlatas.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1157/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Pernambuco para aperfeiçoar o regime de constituição da Reserva Legal), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi redistribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou por maioria dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1165/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de prioridade de atendimento no serviço de entrega aos idosos.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre o agendamento remoto para as doações de sangue no âmbito da Fundação HEMOPE, durante a vigência do estado da calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1167/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a disponibilização de produto antisséptico em banheiros de uso coletivo para higienização dos assentos sanitários.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 11.686 de 18 de outubro de 1999 que reconhece oficialmente no Estado de Pernambuco, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação desta como língua oficial na Rede Pública de ensino para surdos, de autoria da Deputada Teresa Duere, para incluir a vinculação de seu uso às comunicações oficiais de âmbito estadual em Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados, junto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a acessibilidade na publicidade governamental de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta no âmbito do Estado de Pernambuco.), visto que tramitaram em conjunto; Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das teleaulas, vídeo aulas e aulas ao vivo via internet disponibilizadas na rede de ensino público e privado no Estado, promoverem a divulgação dos canais de denúncia de abuso e violência contra crianças e adolescentes e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1205/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Declara ser contrário ao interesse público, no âmbito do Estado de Pernambuco, por seus Poderes e entes despersonalizados, estabelecer ou manter relações contratuais ou institucionais com pessoa física ou jurídica que produza, reproduza ou patrocine direta ou indiretamente, desinformação, notícia falsa, destorcida,

descontextualizada, que veicule discurso de ódio ou ofensa direta ou indireta a direitos humanos.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Substitutivo nº2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 890/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 890/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei, em especial, garantir maior transparência na oferta de produtos ao consumidor.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Saúde e Assistência Social (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1121/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1121/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre os locais adequados para realização de exames de pessoas com suspeita de COVID-19, na forma que menciona e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foram distribuídos os seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Acresce o inc. XIV ao art. 5º da Constituição do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 1220/2020, de autoria dos Deputados Antônio Fernando e Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a instalação de estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas nas proximidades de colégios e escolas, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo;Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Adota escultor Mestre Vitalino o Patrono da Arte do Barro em Pernambuco), distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 1222/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a proibição de crianças menores de 12 anos circularem desacompanhadas de um adulto em áreas comuns de centros comerciais, parques, clubes e afins, bem como em prédios residenciais.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1223/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Dispõe sobre medidas contra acidentes em condomínios, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1224/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga a afixação de cartaz ou placa informativa nos elevadores sobre o impedimento de crianças desacompanhadas nos elevadores de edifícios públicos e residenciais, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1225/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Julio Simões), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Lei Ordinária nº 1227/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga a Administração Pública do Estado de Pernambuco a realizar, mediante pedido do usuário, exames laboratoriais para detecção do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19, nos doadores de sangue e de medula óssea que apresentarem sintomas da doença, enquanto perdurar a pandemia.), distribuído à Deputada Priscila Krause;Projeto de Lei Ordinária nº 1228/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas para o Sistema Público de Saúde, nos locais que indica, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Lei Ordinária nº 1229/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a restrição para a realização de obras nas rodovias e estradas vicinais, em períodos coincidentes com férias ou feriados prolongados, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo;Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre normas de transparência sobre dados das empresas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Lei Ordinária nº 1233/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual Por Uma Educação Não Sexista.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento;Projeto de Lei Ordinária nº 1234/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 12.461, de 13 de novembro de 2003, que cria regras para permitir o acesso dos Agentes ou Vigilantes Sanitários responsáveis pela fiscalização de existência e erradicação de focos do aedes aegypti, em casas, apartamentos e prédios residenciais no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior, a fim de estabelecer sanções aos proprietários de imóveis que possibilitem a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo;Projeto de Lei Ordinária nº 1235/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.494, de 2 de julho de 2008, que cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SESANS com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e seus dependentes legais, que estejam em situação de vulnerabilidade social e econômica.), distribuído à Deputada Priscila Krause;Projeto de Lei Ordinária nº 1236/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Combate a *Fake News.*), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento;Projeto de Lei Ordinária nº 1237/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a inserção em página eletrônica do Poder Executivo de cartilha voltada ao tratamento, enfrentamento e convivência para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dá outras providências), distribuído à Deputada Simone Santana;Projeto de Lei Ordinária nº 1238/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente no Município de Tacaratu.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira;Projeto de Lei Ordinária nº 1239/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Sandro Cipriano como Patrono da Causa da Diversidade em Pernambuco), distribuído ao Deputado João Paulo;Projeto de Lei Ordinária nº 1240/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, a fim de incluir a proteção e valorização de mulheres que integram o fluxo organizado de resíduos sólidos, especialmente as catadoras e classificadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis), distribuído ao Deputado Joaquim Lira;Projeto de Resolução nº 1226/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Submete a indicação da Catedral de Sagrado Coração de Jesus Rei, em Petrolina, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Resolução nº 1231/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Submete a indicação da Academia Pernambucana de Letras para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído à Deputada Priscila Krause;Projeto de Resolução nº 1232/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Submete a indicação do Hospital Pedro II para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel. Por fim, foram discutidas as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1094/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Reconhece a atividade religiosa como serviço essencial para a população de Pernambuco em tempos de crises ocasionados por agravos endêmicos contagiosos na saúde ou catástrofes naturais.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta com o Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em todo o Estado de Pernambuco durante o período de calamidade pública decretado em virtude do Novo Coronavírus), visto que tramitam em conjunto;Projeto de Lei Ordinária nº 1239/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Sandro Cipriano como Patrono da Causa da Diversidade em Pernambuco), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados.Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra, em caráter extraordinário, para o dia 16 (dezesseis) de junho do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO 2020

Às quinze horas do dia 16 (dezesseis) do mês de junho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes e Teresa Leitão, membros suplentes. Também estavam presentes os Deputados João Paulo Costa, Guilherme Uchoa e os seguintes convidados: Sra. Fátima Bezerra (diretora da ABAV nacional), Sr. Marcos Teixeira (vice-presidente da ABAV nacional) e o sr. Marinho Abreu (advogado da ABAV PE). Então, passou-se à discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1152/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre o cancelamento de serviços, reservas e eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública motivado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), de relatoria da Deputada Priscila Krause. Após a discussão dos Deputados presentes e prestados os esclarecimentos devidos pelos representantes das entidades mencionadas, o projeto foi aperfeiçoado com as sugestões encaminhadas pelos setores envolvidos e colocado em discussão. Por fim, foi aprovado por maioria, com abstenção do Deputado Tony Gel.Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, momento em que convocou outra para o dia 25 (vinte e cinco) de junho do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 25 (vinte e cinco) do mês de junho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Romero Sales Filho, Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana., membros suplentes. Também estava presente a Deputada Delegada Gleide Angelo. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1244/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a suspensão dos pagamentos das dívidas dos municípios com o Estado de Pernambuco durante a pandemia da Covid-19, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1241/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui a gratuidade nos cursos regulares de graduação e nos cursos regulares acadêmicos de pós-graduação stricto sensu, presenciais ou à distância, oferecidos pela Universidade de Pernambuco - UPE), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1242/2020, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Obriga estabelecimentos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco a realizar

a identificação da raça ou cor do usuário em fichas ou formulários nos sistemas de informações e a divulgarem estes dados de forma desagregada em seus boletins epidemiológicos, notas técnicas, painéis de monitoramento de agravos e outros documentos oficiais que apresentem estatísticas.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1243/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a doação de equipamentos de proteção individual apreendidos pelo Poder Público, para instituições saúde que estejam trabalhando no combate ao novo coronavírus (Covid-19).), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1245/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar o prazo de validade dos laudos e perícias médicas.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1246/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, a fim de incluir exigências adicionais de transparência durante situações de calamidade pública.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1247/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual de Combate ao Sedentarismo.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1248/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Obriga estabelecimentos de saúde a procederem à testagem periódica nos profissionais que tratam diretamente com a Covid-19, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1250/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana de Conscientização sobre o Uso Racional da Água.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1251/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar restrição de ligações ao canal de atendimento do INSS.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1252/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota o Cacique Xicão Xukuru como Patrono dos povos indígenas de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1254/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Solano Trindade como Patrono da luta antirracista em Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1255/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Determina a instalação de pias portáteis em feiras livres, organizadas no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1256/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Assegura às gestantes, no âmbito do Estado de Pernambuco, a internação em hospitais e maternidades de baixo risco da rede privada de saúde, quando requerida por médico (a) credenciado (a) ao Sistema Único de Saúde (SUS), em caso de inexistência da vaga correspondente na rede pública, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1259/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota Frei Damião de Bozzano como Patrono dos Romeiros e Romarias de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1260/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota a jornalista Graça Araújo como Patrona do Jornalismo Pernambucano.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1261/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota Dom Helder Pessoa Câmara como Patrono dos Direitos Humanos de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1262/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1263/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Proíbe a execução de obra artística, custeada pelo Poder Público Estadual, que em sua execução promova o vilipêndio religioso.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1265/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Suspende por seis meses revisões e reajustes tarifários no âmbito da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco (ARPE), em razão da pandemia da Covid-19, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1266/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei Estadual nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, originada de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, a fim de incluir como receita do Fundo o produto da arrecadação do leilão de veículos automotores apreendidos, removidos, depositados ou abandonados em pátios de retenção públicos ou privados, nos termos da legislação vigente.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1268/2020, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica Panglossius Hipophthalmus no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o “Junho Branco”, dedicado à Luta Contra o Racismo às Pessoas Albinas.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1270/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência a fim de dispor sobre as vagas de estacionamento reservadas para as pessoas com deficiência.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1271/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a divulgação, pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado de Pernambuco, de informações sobre obras públicas cuja execução esteja em andamento.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1272/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.607, de 31 de outubro de 2008, que institui o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude, e dá providências correlatas, a fim de garantir a inclusão da pessoa com deficiência e o enfrentamento às drogas, ao racismo, à violência de gênero e ao abuso e exploração sexual da juventude em situação de vulnerabilidade socioeconômica.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1273/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir a proteção especializada aos direitos da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, com deficiência.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1274/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, a fim de incluir a proteção especial à mulher e à pessoa com deficiência idosa, e o enfrentamento à violência contra o idoso.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Resolução nº 1249/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Submete a indicação da Estação Ferroviária de Rajada, localizada no município de Petrolina, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Resolução nº 1257/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Submete a indicação dos Sítios Arqueológicos de Rajada e do Sítio Manteiga para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Resolução nº 1258/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Sr. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto.), distribuído à Deputada Priscila Krause;Projeto de Resolução nº 1264/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação da Festa de Nossa Senhora do Carmo, da cidade do Recife, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo;Projeto de Resolução nº 1267/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Submete a indicação da Estação Ferroviária Leste Brasileira de Petrolina para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 913/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior, a fim de incluir a reserva de Bolsas para mulher vítima de violência doméstica e familiar, pessoa com deficiência e pessoa com doença grave ou rara.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a destinação para os órgãos de segurança pública do Estado de bens, direitos e valores oriundos de ilícitos penais de que trata a Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998, e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1085/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Determina tratamento igualitário a pessoas regularmente formados em cursos nas modalidades de educação a distância ou semipresencial em relação aos cursos presenciais), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1110/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.679, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre a garantia de apresentações de artistas e grupos que executam a Expressão Cultural Pernambucana no Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Oscar Paes Barreto, a fim de elevar excepcionalmente o percentual de contratação de artistas e grupos que expressem a cultura pernambucana durante o ano de 2021), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1128/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.639, de 24 de abril de 2012, que dispõe sobre a proibição da permanência de animais silvestres, selvagens ou exóticos em ambientes de clausura nas praças, parques ou espaços urbanos, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de incluir obrigação de recolhimento de detritos animais.), tendo como relator o Deputado Gustavo Gouveia, na ausência foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1129/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.148, de 2 de setembro de 2010, que destina parte da madeira apreendida, pela fiscalização ambiental no âmbito do Estado de Pernambuco, para construção de habitações populares, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de incluir medidas adicionais na utilização dos recursos madeireiros.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1173/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Determina a utilização de barreira plástica entre os assentos dianteiros e traseiros de veículos de transporte que especifica e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1193/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais adotarem medidas que evitem a proliferação do novo Coronavírus (COVID-19).), que tramita em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Obriga a adoção de Barreiras Físicas transparentes nos locais de trabalho, para os profissionais de recepção, portaria, caixas de pagamentos, setores de atendimento ao público e espaços assemelhados, dos empreendimentos públicos e privados, sejam eles de comércio, serviços financeiros, prestação de serviços, serviços do Estado e dos Municípios, e todo e qualquer atendimento ao público, visando impedir e reduzir a possibilidade de contágio ao COVID-19.) foram retirados de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Dispõe sobre normas para o correto descarte de máscaras de proteção individual e outros Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s, como medida de redução da transmissão do novo Coronavírus – Covid-19, no âmbito do Estado de Pernambuco), que tramita em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1198/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Obriga a inutilização de máscaras e luvas de proteção antes do descarte em todo Estado de Pernambuco, como medida de não propagação da contaminação do COVID-19 e dá

outras providências.), foram redistribuído à Deputada Priscila Krause que os retirou de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1199/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Edema Macular Diabético.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;) Projeto de Lei Ordinária nº 1201/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de conferir nova redação ao art. 227.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1202/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Determina que, enquanto permanecer o Estado de Calamidade Pública, por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), os estabelecimentos que indica, disponibilizem gratuitamente aos seus clientes em atendimento presencial o aparelho oxímetro, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1204/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota o empresário e engenheiro Ricardo Brennard como Patrono do Empreendedorismo Pernambucano.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1214/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota Ariano Vilar Suassuna como Patrono da Cultura de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1209/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota Paulo Pessoa Cavalcanti de Petribú como Patrono do Agronegócio de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1211/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, para proibir que pessoas que cometeram maus-tratos ou abandonaram animais domésticos possam obter novamente sua guarda ou de outros animais.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1214/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota o Cantor Luiz Gonzaga do Nascimento como Patrono do Forró, Xote, Xaxado e Baião de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1216/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia do Produtor de Leite do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1217/2020, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Estabelece a notificação compulsória, pelos laboratórios públicos e privados do Estado de Pernambuco, dos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e outras doenças infecciosas.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi concedido pedido de vistas. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 7 (sete) do mês de julho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause e Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana, Teresa Leitão, membros suplentes. Também estavam presentes a Deputada Delegada Gleide Ângelo e o Deputado William Brígido . Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Barra de Guabiraba.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira;Projeto de Lei Ordinária nº 1279/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Institui a Política Estadual “NA HORA DE ABASTECER, ESCOLHA ETANOL”, no prazo que especifica, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1281/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Reconhece a prática de atividade física e do exercício físico como essenciais para a população de Pernambuco em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionais por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1282/2020, de autoria dos Deputados Antônio Moraes e Waldemar Borges (Ementa: Adota o poeta Valdir Teles como Patrono do Repente e da Cantoria de Viola de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1287/2020, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Adota o compositor Lourenço da Fonseca Barbosa (CAPIBA) como Patrono do Frevo.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1288/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Determina a prorrogação da validade de documentos públicos que necessitem de atendimento presencial para sua renovação e/ou prorrogação, em todo Estado de Pernambuco, durante o período em que estiver em vigor o plano de contingência do Novo Coronavírus (Covid-19).), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1293/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota o médico Dr. Ênio Lustosa Cantarelli como Patrono da Cardiologia Pernambucana.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 1295/2020, de autoria da Deputada Fábíola Cabral (Ementa: Fica determinado no âmbito do Estado de Pernambuco, que as concessionárias de transportes públicos urbanos, realizem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do coronavírus e dá outras providências.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1299/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Adota a escritora Clarice Lispector como Patrona da Literatura Pernambucana.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1301/2020, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Adota o compositor José de Souza Dantas Filho (ZÉ DANTAS) como Patrono dos Compositores Pernambucanos da Música Regional Nordestina.), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 1303/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.919, de 18 de junho de 2020, que determina a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 nos condomínios do Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de ampliar o plano de enfrentamento e proteção.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1307/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 por restaurantes, bares e estabelecimentos assemelhados no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1308/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Cria o Protocolo de Vacinação em Condomínios e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1310/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 16.317, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos e a comercialização de produtos por farmácias e drogarias no Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria do Deputado Augusto César, a fim de estabelecer novo serviço.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1311/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Veda a majoração injustificada do preço de produtos ou serviços, durante a vigência do Plano de Contingência do novo Coronavírus no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos;Projeto de Lei Ordinária nº 1312/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui o “Programa de Diretrizes de Atenção às Populações mais Vulneráveis”, no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1314/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Adota o ex-governador Miguel Arraes de Alencar como Patrono da Política do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos;Projeto de Lei Ordinária nº 1318/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica a Lei nº 13.361, de 13 de dezembro de 2007, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Pernambuco - TFAPE.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 6º da Lei nº 16.573, de 20 de maio de 2019, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, para atribuir à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação a gestão da Concessão Patrocinada para exploração da ponte de acesso e sistema viário do Paiva.), distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar, mediante licitação, o imóvel que indica.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargos, à Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD/DIPER, área de terra situada no Município de Escada.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira;Projeto de Lei Ordinária nº 1324/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Revoga dispositivo da Lei nº 16.743, de 13 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a implementação, pelo Poder Executivo, quando da adesão ao Plano Federal de Promoção do Equilíbrio Fiscal – PEF, de reformas e medidas concernentes à prestação do serviço de gás canalizado, de regras e mecanismos concernentes ao limite do crescimento anual das despesas correntes e altera a Lei nº 15.865, de 30 de junho de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 1320/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de atribuir privativamente à Mesa Diretora a elaboração de projeto de resolução criando ou extinguindo prêmios, reconhecimentos, homenagens, medalhas, títulos honoríficos e demais honrarias ou comendas, a serem concedidas pela Assembleia Legislativa; instituir a Comissão Parlamentar Permanente de Segurança Pública e Defesa Social; permitir o funcionamento de Comissões e Frentes Parlamentares durante a vigência do Sistema de Deliberação Remota (SDR); dispôr sobre o procedimento legislativo para reconhecimento do estado de calamidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; e dispôr sobre os projetos de resolução para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos:Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Acresce o inc. XIV ao art. 5º da Constituição do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1218/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou Pessoa com Deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 (dezoito) anos com capacidade jurídica plena, no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Alessandra Vieira, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados, juntamente com o Projeto de Lei Ordinária nº 1222/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a proibição de crianças menores de 12 anos circularem desacompanhadas de um adulto em áreas comuns de centros comerciais, parques, clubes e afins, bem como em prédios residenciais.) e com o Projeto de Lei Ordinária nº 1224/2020, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga a afixação de cartaz ou placa informativa nos elevadores sobre o impedimento de crianças desacompanhadas nos elevadores de edifícios públicos e residenciais, e dá outras providências.), visto que tramitam em

conjunto;Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Adota escultor Mestre Vitalino o Patrono da Arte do Barro em Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1233/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual Por Uma Educação Não Sexista.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1236/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Combate a *Fake News*.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1238/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente no Município de Tacaratu.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1241/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui a gratuidade nos cursos regulares de graduação e nos cursos regulares acadêmicos de pós-graduação stricto sensu, presenciais ou à distância, oferecidos pela Universidade de Pernambuco - UPE), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1247/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Combate ao Sedentarismo.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1250/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana de Conscientização sobre o Uso Racional da Água.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; rojeto de Lei Ordinária nº 1252/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota o Cacique Xicão Xukuru como Patrono dos povos indígenas de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1254/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Adota Solano Trindade como Patrono da luta antirracista em Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1259/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota Frei Damião de Bozzano como Patrono dos Romeiros e Romarias de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1260/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota a jornalista Graça Araújo como Patrono do Jornalismo Pernambucano.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1261/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota Dom Helder Pessoa Câmara como Patrono dos Direitos Humanos de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1262/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Albinismo.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1269/2020, de autoria da Deputada Dulcícleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência acerca do Al

anual das despesas correntes e altera a Lei nº 15.865, de 30 de junho de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.) , tendo como relator o relator Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado por maioria dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1320/2020, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de atribuir privativamente à Mesa Diretora a elaboração de projeto de resolução criando ou extinguindo prêmios, reconhecimentos, homenagens, medalhas, títulos honoríficos e demais honrarias ou comendas, a serem concedidas pela Assembleia Legislativa; instituir a Comissão Parlamentar Permanente de Segurança Pública e Defesa Social; permitir o funcionamento de Comissões e Frentes Parlamentares durante a vigência do Sistema de Deliberação Remota (SDR); dispor sobre o procedimento legislativo para reconhecimento do estado de calamidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; e dispor sobre os projetos de resolução para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, e dá outras providências.) , tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Subemenda nº 1/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Modifica a redação do Substitutivo 1/2020, da Comissão de Constituição,Legislação e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº12/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento), ao Substitutivo nº 1/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2020) , à Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Acresce o inc. XIV ao art. 5º da Constituição do Estado de Pernambuco.) , tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi rejeitada por maioria. Na mesma ocasião, os Deputados votaram por criar uma nova redação para a PEC 12, de autoria deste Colegiado. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 20 (vinte) de julho do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 20 (vinte) do mês de julho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Lucas Ramos, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause , Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Aessandra Vieira, Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana e Teresa Leitão, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1173/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Determina a utilização de barreira plástica entre os assentos dianteiros e traseiros de veículos de transporte que especifica e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Dispõe sobre normas para o correto descarte de máscaras de proteção individual e outros Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s, como medida de redução da transmissão do novo Coronavírus –Covid-19, no âmbito do Estado de Pernambuco), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados, assim como o Projeto de Lei Ordinária nº 1198/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Obriga a inutilização de máscaras e luvas de proteção antes do descarte em todo Estado de Pernambuco, como medida de não propagação da contaminação do COVID-19 e dá outras providências.), visto que tramitavam em conjunto;Projeto de Lei Ordinária nº 1243/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a doação de equipamentos de proteção individual apreendidos pelo Poder Público, para instituições saúde que estejam trabalhando no combate ao novo coronavírus (Covid-19)) , tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1255/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Determina a instalação de pias portáteis em feiras livres, organizadas no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.) , tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1279/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Institui a Política Estadual “NA HORA DE ABASTECER, ESCOLHA ETANOL”, no prazo que especifica, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.) , tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 1/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Adita ao Projeto de Lei Ordinária nº 1279/2020, o §1º ao art. 3º, reenumerando-se os demais) , tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1287/2020, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Adota o compositor Lourenço da Fonseca Barbosa (CAPIBA) como Patrono do Frevo.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1293/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Adota o médico Dr. Enio Lustosa Cantarelli como Patrono da Cardiologia Pernambucana.) , tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1299/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Adota a escritora Clarice Lispector como Patrona da Literatura Pernambucana.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1301/2020, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Adota o compositor José de Souza Dantas Filho (ZÉ DANTAS) como Patrono dos Compositores Pernambucanos da Música Regional Nordestina.) , tendo como relator o Deputado Waldemar Borges, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1303/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.919, de 18 de junho de 2020, que determina a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 nos condomínios do Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de ampliar o plano de enfrentamento e proteção.) , tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1314/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Adota o ex-governador Miguel Arraes de Alencar como Patrono da Política do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1318/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica a Lei nº 13.361, de 13 de dezembro de 2007, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Pernambuco - TFAPE.) , tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 6º da Lei nº 16.573, de 20 de maio de 2019, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, para atribuir à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação a gestão da Concessão Patrocinada para exploração da ponte de acesso e sistema viário do Paiva.) , tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1264/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação da Festa de Nossa Senhora do Carmo, da cidade do Recife, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Antes de finalizar, o Deputado Isaltino Nascimento registrou pesar pelo falecimento do Bispo da Diocese de Palmares, Dom Henrique Soares da Costa, vítima de covid-19. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 27 (vinte e sete) de julho do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 27 (vinte e sete) do mês de julho do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Isaltino Nascimento, João Paulo, Tony Gel, membros titulares, e o Deputado Antônio Moraes, membro suplente. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à discussão dos seguintes projetos:Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Estabelece procedimento virtual para envio de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas com doenças infectocontagiosas, durante epidemias, epidemias ou pandemias, em hospitais públicos, privados ou de campanha sediados no Estado de Pernambuco.) , tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi retirado de pauta assim como o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a visita virtual, por meio de videochamadas, de familiares a paciente internados em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19)), visto que tramitam em conjunto; Projeto de Lei Ordinária nº 1165/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de prioridade de atendimento no serviço de entrega aos idosos.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1173/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Determina a utilização de barreira plástica entre os assentos dianteiros e traseiros de veículos de transporte que especifica e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o rejeitou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1206/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Determina a proibição de fogueiras e fogos que produzam fumaça, notadamente, em áreas urbanas, próximas de unidades de saúde, no âmbito do estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Romário Dias, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o rejeitou à unanimidade dos Deputados, assim como o Projeto de Lei Ordinária nº 1207/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a suspensão das fogueiras, tradicionais no período junino, em situações de epidemia e pandemia por doenças respiratórias, na forma que especifica.), visto que tramitavam em conjunto; Emenda Modificativa nº 1/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1207/2020.) , tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi rejeitado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1217/2020, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Estabelece a notificação compulsória, pelos laboratórios públicos e privados do Estado de Pernambuco, dos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e outras doenças infecciosas.) , tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, na ausência, foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre normas de transparência sobre dados das empresas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.) , tendo como relator o Deputado Romário Dias, na ausência, foi distribuído ao Deputado Tony Gel que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1234/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 12.461, de 13 de novembro de 2003, que cria regras para permitir o acesso dos Agentes ou Vigilantes Sanitários responsáveis pela fiscalização de existência e erradicação de focos do aedes aegypti, em casas, apartamentos e prédios residenciais no Estado de Pernambuco e dá

outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior, a fim de estabelecer sanções aos proprietários de imóveis que possibilitem a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, no âmbito do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado João Paulo, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1237/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a inserção em página eletrônica do Poder Executivo de cartilha voltada ao tratamento, enfrentamento e convivência para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1246/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, a fim de incluir exigências adicionais de transparência durante situações de calamidade pública.) , tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência, foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1255/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Determina a instalação de pias portáteis em feiras livres, organizadas no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.) , tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência, foi distribuído ao Deputado João Paulo que o retirou de pauta; .Projeto de Lei Ordinária nº 1307/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 por restaurantes, bares e estabelecimentos assemelhados no âmbito do Estado de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 3 (três) de agosto do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 03 (três) do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Alberto Feitosa, Joaquim Lira, Teresa Leitão, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1280/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Prevenção à Pré-eclâmpsia.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1283/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente, para as pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública no Estado de Pernambuco, em todas as esferas de Poder Público Estadual, e dá outras providências.) , distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1284/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho(Ementa: Dispõe sobre a inclusão da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude, e da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, nos conteúdos exigidos em provas objetivas de conhecimentos específicos de editais de concursos públicos nas áreas de assistência social, jurídica, educação, saúde e segurança pública no Estado de Pernambuco.) , distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1285/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana de divulgação e valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.) , distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1286/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre informação de normas da ABNT atinentes a segurança de boxes de vidro.) , distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1289/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo no âmbito do Estado de Pernambuco.) , distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1290/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a proibição do ato de fotografar, filmar, publicar em rede social ou praticar outro meio capaz de capturar e/ou divulgar imagens que exponham pessoas acidentadas ou em situação vexatória.) , distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1291/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Combate à Intolerância Religiosa e ao Vilipêndio Religioso.) , distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1292/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Determina a afixação de cartaz informativo nas delegacias de polícia, alertando sobre o direito da mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou portador de deficiência de solicitar medidas protetivas de urgência.) , distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1294/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco, e dá outras providências; a fim determinar a inclusão nos editais a previsão de isenção de pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, transtorno do espectro autista ou com deficiência.) , distribuído ao Deputado Alberto Feitosa;Projeto de Lei Ordinária nº 1297/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Veda à Administração Pública Estadual fazer qualquer tipo de homenagem ou exaltação a pessoa, ato ou fato racista, altera a Lei nº 15.769, de 5 de abril de 2016, que proíbe, no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, a concessão de homenagens a pessoas que tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou corrupção e dá outras providências, de autoria do Deputado Beto Accioly, para incluir a proibição de homenagem a pessoa que tenha praticado violação de direitos humanos de cunho racista e dá outras providências), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1298/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005, que Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra os homossexuais na forma que menciona, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de estabelecer a obrigação de remessa dos dados consolidados das estatísticas à Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco e dá outras providências.) , distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1300/2020, de autoria da Deputada Delegada Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.572, de 16 de maio de 2019, que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado de Pernambuco - FET/PE e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER para a elaboração e a execução da política estadual de trabalho, emprego e renda no Estado de Pernambuco, a fim de incluir a destinação de recursos do FET/PE para a efetivação do direito ao trabalho das mulheres, das Pessoas com Deficiência, de pessoas idosas e de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.) , distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1302/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (Ementa: Dispõe sobre a proibição de cobranças e informações de fraudes ou débitos pendentes de contratos anteriores, nas unidades consumidoras, no âmbito do Estado de Pernambuco.) , distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1304/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 14.970, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a sinalização de Rodovias Estaduais e dá outras providências, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de incluir a denominação das rodovias e demais equipamentos viários no sítio eletrônico pertinente.) , distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 1305/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir tratamento discriminatório entre consumidor usuário de planos de saúde ou de seguros-saúde e o consumidor custeado com recursos próprios.) , distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Lei Ordinária nº 1306/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 12.045, de 17 de julho de 2001, que concede gratuidade nos transporte coletivos intermunicipais às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial e mental, originada de projeto de lei de autoria do Deputado João Paulo, e a Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013, que concede às pessoas com deficiência gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, a fim de atualizar, sistematizar e uniformizar as definições e gratuidades aplicáveis às pessoas com deficiências.) , distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1309/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, de material informativo e/ou educativo, com o objetivo de informar, orientar e ajudar ao Cidadão identificar os crimes por meio digital.) , distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1313/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a divulgação específica em uma plataforma digital dos dados referentes ao andamento e os gastos com obras públicas, no Estado de Pernambuco.) , distribuído à Deputada Teresa Leitão;Projeto de Resolução nº 1277/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Submete a indicação do Doce de Guabiraba para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco), distribuído ao Deputado Romário Dias;Projeto de Resolução nº 1278/2020, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Engenheira Agrônoma Elizabeth Szilassy.) , distribuído à Deputada Priscila Krause .Projeto de Resolução nº 1296/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor George Emílio Bastos Gonçalves.) , distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Resolução nº 1315/2020, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Direitos Humanos Herbert de Souza – ao ilustíssimo professor Humberto da Silva Miranda.) , distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Resolução nº 1316/2020, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, pessoa física, Mérito “Administrativo e Assistência Social Ministro Marcos Freire”, ao Tenente Coronel da Polícia Militar, Robério Luís de Barros Lima.) , distribuído ao Deputado Alberto Feitosa;Projeto de Resolução nº 1317/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, Mérito “Sanitário Josué de Castro”, a Luiz Henrique Mandetta.) , distribuído ao Deputado Tony Gel;Projeto de Resolução nº 1321/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Empresário Edson Mororó Moura ao Empresário Marcony Sobral Mendonça.) , distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos:Projeto de Lei Ordinária nº 939/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Proibe a entrada, distribuição, comercialização e uso, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, de cosméticos e produtos de higiene pessoal que contenham, em sua composição, componentes químicos nocivos à vida marinha,) , tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi rejeitado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 997/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas de transparência no setor de transportes no Estado de Pernambuco.) , tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1059/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta o art. 239 da Constituição do Estado, fixando os critérios de denominação de bens públicos estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de proibir uso de cores alusivas a partidos políticos.) , tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, na ausência,

foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o retirou de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1061/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as clínicas e hospitais veterinários a exibir tabela de preços.), tendo como relator o Deputado Gustavo Gouveia, na ausência, foi distribuído ao Deputado Joaquim Lira que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1066 /2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a realização de análise para a detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado por maioria dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Estabelece procedimento virtual para envio de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas com doenças infectocontagiosas, durante epidemias, epidemias ou pandemias, em hospitais públicos, privados ou de campanha sediados no Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1132/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento prioritário aos ostomizados e a inclusão do símbolo nacional da pessoa ostomizada nas placas ou avisos de atendimento prioritário no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1208/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Adota Ariano Vilar Saussuna como Patrono da Cultura de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1255/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Determina a instalação de pias portáteis em feiras livres, organizadas no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1307/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 por restaurantes, bares e estabelecimentos assemelhados no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi retirado de pauta;Projeto de Resolução nº 1184/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Submete a indicação do Vale do Catimbau para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1189/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Ginásio Pernambucano para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1226/2020, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Submete a indicação da Catedral de Sagrado Coração de Jesus Rei, em Petrolina, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1231/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Submete a indicação da Academia Pernambucana de Letras para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1232/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Submete a indicação do Hospital Pedro II para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1315/2020, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Direitos Humanos Herbert de Souza – ao ilustíssimo professor Humberto da Silva Miranda.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1316/2020, de autoria do Deputado Aglailson Víctor (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, pessoa física, Mérito “Administrativo e Assistência Social Ministro Marcos Freire”, ao Tenente Coronel da Polícia Militar, Robério Luis de Barros Lima,), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1317/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, Mérito “Sanitário Josué de Castro”, a Luiz Henrique Mandetta.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1321/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Empresário Edson Mororó Moura ao Empresário Marcony Sobral Mendonça.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 10 (dez) de agosto do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 10 (dez) do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Aluísio Lessa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Romero Sales Filho, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana, membros suplentes. Também estavam presentes o Deputado Antônio Fernando e o Deputado Guilherme Uchoa. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera dispositivos da Constituição do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Complementar nº 1327/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Consolida, na legislação tributário-previdenciária estadual, as normas relativas à contribuição para o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares estaduais, estabelecidas na Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento;Projeto de Lei Ordinária nº 1326/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 15.145, de 8 de novembro de 2013, que instituiu o Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FRF e autoriza a Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART a adotar medidas para regularização, liquidação e incorporação de operações ao FRF de fundos que indica.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1328/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.282, de 3 de janeiro de 2018, que reestrutura e redenomina o Conselho Estadual de Defesa Social, criado pela Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001, a fim de promover uma maior adequação às disposições da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP), em regime de urgência, distribuído à Deputada Simone Santana. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 865/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Garante a prioridade de matrícula em creches e estabelecimentos similares das redes públicas estadual e municipal, aos(as) filhos(as) e demais dependentes legais de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no âmbito do Estado de Pernambuco), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause , na ausência, foi distribuído à Deputada Simone Santana que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 925/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Dispõe sobre a apresentação prévia do Selo GNV do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e outros requisitos no abastecimento de Gás Natural Veicular – GNV pelos postos de abastecimento de combustível), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1059/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta o art. 239 da Constituição do Estado, fixando os critérios de denominação de bens públicos estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de proibir uso de cores alusivas a partidos políticos.), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi provado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1200/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre o ingresso gratuito de ex-atletas profissionais em competições esportivas, no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi redistribuído ao Deputado Aluísio Lessa que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1220/2020, de autoria dos Deputados Antônio Fernando e Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a instalação de estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas nas proximidades de colégios e escolas, e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi concedido pedido de vistas; Projeto de Lei Ordinária nº 1225/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Julio Simões.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1234/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 12.461, de 13 de novembro de 2003, que cria regras para permitir o acesso dos Agentes ou Vigilantes Sanitários responsáveis pela fiscalização de existência e erradicação de focos do aedes aegypti, em casas, apartamentos e prédios residenciais no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior, a fim de estabelecer sanções aos proprietários de imóveis que possibilitem a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi concedido pedido de vistas; Projeto de Lei Ordinária nº 1272/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.607, de 31 de outubro de 2008, que institui o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude, e dá providências correlatas, a fim de garantir a inclusão da pessoa com deficiência e o enfrentamento às drogas, ao racismo, à violência de gênero e ao abuso e exploração sexual da juventude em situação de vulnerabilidade socioeconômica.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1273/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir a proteção especializada aos direitos da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, com deficiência.), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1274/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, a fim de incluir a proteção especial à mulher e à pessoa com deficiência idosa, e o enfrentamento à violência contra o idoso.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1249/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Submete a indicação da Estação Ferroviária de Rajada, localizada no município de Petrolina, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1257/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Submete a indicação dos Sítios Arqueológicos de Rajada e do Sítio Manteiga para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1258/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Sr. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi redistribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1267/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Submete a indicação da Estação Ferroviária Leste Brasileira de Petrolina para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.) , tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, foi redistribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1277/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Submete a indicação do Doce de Guabiraba para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco) , tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi redistribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou

à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1278/2020, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Engenheira Agrônoma Elizabeth Szilassy), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1296/2020, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor George Emílio Bastos Gonçalves.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 943/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 943/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a divulgação de campanha de doação de sangue em espetáculos artísticos-culturais e esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo, e dá outras providências.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Subemenda n° 1/2020, de autoria da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (Ementa: Altera Ementa e art. 1º do Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 911/2020.), ao Substitutivo nº 1/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 911/2020.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 911/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de cartaz nos veículos de transporte por aplicativos e outros meios similares do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovada à unanimidade dos Deputados; Subemenda n° 1/2020, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico (Ementa: Modifica a redação do art. 2º do Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.167/2020), ao Substitutivo n° 1/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1167/2020.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1167/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a disponibilização de produto antisséptico em banheiros de uso coletivo para higienização dos assentos sanitários.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovada à unanimidade dos Deputados;Substitutivo n° 2/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 533/2019.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 533/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa Altera a Lei nº 12.578, de 13 de maio de 2004, que estabelece normas suplementares à Legislação Federal no tocante ao uso e consumo de produtos fumígenos no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Carla Lapa, a fim de acrescentar cigarros eletrônicos ou equipamentos assemelhados.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Por fim, os membros deste colegiado registraram pesar pelo falecimento de 101.000 (cento e um mil) mortos pela COVID-19, bem como pelo falecimento do ex-Governador Eduardo Campos que completaria 55 (cinquenta e cinco) anos se estivesse vivo. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 17 (dezessete) de agosto do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO 2020

Às nove horas e trinta minutos do dia 17 (dezessete) do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, em sessão remota, convocada nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Aluísio Lessa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Priscila Krause, Romário Dias, Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira, Simone Santana e Teresa Leitão, membros suplentes. Também estava presente o Deputado Antônio Fernando. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1399/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, que institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de estabelecer critérios de transferências de recursos de Fundos Especiais Estaduais aos Municípios.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1329/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a rescisão contratual em instituições de ensino privado sem incidência de multa, taxa e juros no Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1330/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui a Campanha Cidadã de incentivo à doação espontânea de alimentos e produtos de limpeza com prazo próximo da validade, pelos estabelecimentos comerciais, no âmbito do Estado de Pernambuco, da forma como específica.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1331/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de instituir obrigatoriedade de exibição de foto do medidor de energia na respectiva fatura.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 1332/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Estabelece a notificação compulsória, pelos laboratórios de análises clínicas do Estado de Pernambuco, dos casos em que se constate alteração da hemoglobina glicada de seus pacientes.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1333/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Institui sanções administrativas, no âmbito do Estado de Pernambuco, para pessoa física ou jurídica que praticar irregularidades na venda de produtos alimentícios destinados à merenda escolar.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1334/2020, de autoria do Deputado Sivaldo Albino (Ementa: Declara o sanfoneiro, cantor e compositor José Domingos de Moraes (Dominguinhos) Patrono dos Sanfoneiros de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1335/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Declara Anita Paes Barreto como Patrona da Psicologia em Pernambuco.), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 1336/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Determina a coleta de materiais para exames laboratoriais às pessoas idosas e deficientes do Estado de Pernambuco, na forma que especifica.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1338/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Proíbe o serviço de abastecimento de veículos ao consumidor fora do estabelecimento comercial autorizado, no Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1339/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Respeito ao Contribuinte.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1340/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Impede as empresas denunciadas por descumprirem o art. 7º da Constituição Federal e o art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de contratar junto ao Poder Público Estadual), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1341 /2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Determina medidas preventivas a serem adotadas pelas instituições de acolhimento e permanência de idosos, casas de repouso, asilos e congêneres no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1342/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a implantação de plataforma virtual que disponibilize conteúdo cultural gratuito e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1343/2020, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre fornecimento de alimentação a trabalhador), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1345/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a compra e venda de passagens de ônibus intermunicipais durante os períodos de epidemia a nível estadual ou pandemia de doenças contagiosas, no âmbito do Estado da Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 1346/2020, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 12.746, de 14 de janeiro de 2005, que estabelece limites financeiros para as despesas de publicidade realizadas pela administração Pública Estadual, a fim de proibir a publicidade em sites, blogs, portais ou qualquer outra plataforma, impressa ou digital, de veiculação de informações condenados por divulgação de notícias falsas.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1347/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade da emissão de atestado digital (e-atestado) e receita médica digital, em toda rede de saúde, pública e privada, do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1348/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar celulares, tablets e eletrônicos em decorrência da prática de ilícito fiscal, para utilização na Rede Estadual de Ensino nos casos em que especifica.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1349/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.918, de 18 de junho de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços que indica durante o período da pandemia acusada pelo COVID-19 e dá outras providências, de autoria dos Deputados Joaquim Lira e Simone Santana, a fim de permitir que a pessoa com Transtorno de Espectro Autista seja isenta dessa obrigatoriedade.), distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1350/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui o Estatuto da Pessoa com Diabetes no Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1351/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de pesagem de massa corporal das pessoas, como protocolo de segurança, antes da utilização dos brinquedos nos parques aquáticos.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1352/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara o cantor Dominguinhos como Patrono dos Sanfoneiros de Pernambuco.), foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1353/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir requisito adicional de informação ao consumidor), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1354/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara o cantor Reginaldo Rossi como Patrono do Brega.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1355 /2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Proíbe, no âmbito do Estado de Pernambuco, práticas discriminatórias que impeçam ou dificultem as doações de sangue por homossexuais.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1356/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas de transparência pública ativa nas farmácias da rede estadual saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1357/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece ampla publicidade em casos de fechamento ou deslocamento de terminal ou parada de ônibus intermunicipal e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1358/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara o Deputado Federal Osvaldo Coelho como Patrono dos Projetos de Irrigação no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 1359/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara o Escritor João Cabral de Melo Neto como Patrono da Poesia no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1360/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a eliminação controlada de PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1361/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Obriga os hospitais, maternidades e demais unidades públicas e privadas de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, a informarem aos pais e responsáveis legais dos recém-nascidos acerca das doenças detectadas pelo “Teste do Pezinho”.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1362/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Assegura o sigilo dos dados, que constam nos cadastros dos órgãos e secretarias do Estado de Pernambuco, das mulheres em situação de risco decorrentes de violência doméstica e familiar, bem como dos seus filhos e familiares.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1363/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre o Programa Estadual de Transparência da Qualidade do Ensino das Escolas Públicas da Rede Estadual e dá outras providências), distribuído ao Deputado

Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1364/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Declara Abelardo Germano da Hora como Patrono das Artes Plásticas de Pernambuco), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1365/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Declara o Pintor Cícero Dias como Patrono da Estética do Modernismo de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1366/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Declara Juvenal de Holanda Vasconcelos, Naná Vasconcelos, como Patrono da Percussão de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1367/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Declara Osman da Costa Lins como Patrono da Dramaturgia de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 1368/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da atuação de cirurgião-dentista habilitado em Odontologia hospitalar em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais públicos do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Simone Santana; Projeto de Lei Ordinária nº 1369/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa:Dispõe sobre criação de atividade de diversão pública na modalidade drive-in no Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1370/2020, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Declara a pintora Tereza Costa Rêgo como Patrona das Artes Plásticas em Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo;Projeto de Lei Ordinária nº 1406/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Resolução nº 1337/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Submete a indicação da Capela e do Cemitério de Monte Alegre, para concessão do Registro do Patrimônio de Pernambuco, nos termos do art. 278-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Resolução nº 1344/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Submete a indicação do Bolo Barra Branca para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira. Logo após, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera dispositivos da Constituição do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera os arts. 101 e 102 da Constituição do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi retirada de pauta; Projeto de Lei Complementar nº 1327/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Consolida, na legislação tributário-previdenciária estadual, as normas relativas à contribuição para o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares estaduais, estabelecidas na Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1280/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Prevenção à Pré-eclâmpsia.), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1285/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana de divulgação e valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1286/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre informação de normas da ABNT atinentes a segurança de boxes de vidro.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1289/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1298/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005, que Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra os homossexuais na forma que menciona, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de estabelecer a obrigação de remessa dos dados consolidados das estatísticas à Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1309/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, de material informativo e/ou educativo, com o objetivo de informar, orientar e ajudar ao Cidadão identificar os crimes por meio digital.), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1326/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 15.145, de 8 de novembro de 2013, que instituiu o Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FRF e autoriza a Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART a adotar medidas para regularização, liquidação e incorporação de operações ao FRF de fundos que indica.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1328/2020, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.282, de 3 de janeiro de 2018, que reestrutura e redenomina o Conselho Estadual de Defesa Social, criado pela Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001, a fim de promover uma maior adequação às disposições da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 63/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 63/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir o exame de produtos pelo consumidor.), tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Substitutivo nº 1/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 913/2020, de autoria da Deputada Gleide Ângelo.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 913/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior, a fim de incluir a reserva de Bolsas para mulher vítima de violência doméstica e familiar, pessoa com deficiência e pessoa com doença grave ou rara.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foram discutidas as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 170/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 12.753, de 21 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o comércio, o transporte, o armazenamento, o uso e aplicação, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como o monitoramento de seus resíduos em produtos vegetais e dá outras providências, regulando o armazenamento de agrotóxicos.), tendo como relator o Deputado Gustavo Gouveia, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo Nº 01/2020, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de tratamento intermunicipal, para adequá-la as necessidades reais do segmento supracitado.), tendo como relator, por dependência, Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 24 (vinte e quatro) de agosto do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II – Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), reuniram-se os Deputados, membros titulares DELEGADO ERICK LESSA (PP), e os membros suplentes CLOVIS PAIVA (PP) e JOÃO PAULO (PC do B) sob a presidência do Deputado Delegado Erick Lessa. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da reunião anterior, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 887/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, ao Deputado Clovis Paiva como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 904/2020, de autoria do Deputado Doriel Barros, ao Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 919/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa, ao Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 969/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Clovis Paiva como Relator. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira, juntamente com o seu substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e na ausência da Relatora, Deputada Priscila Krause, foi designado como Relator o Deputado Clovis Paiva, a quem o Sr. Presidente passou a palavra para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram e não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), reuniram-se os Deputados, membros titulares DELEGADO ERICK LESSA (PP) e FABRIZIO FERRAZ (PHS) e os membros suplentes JOÃO PAULO (PC do B), LUCAS RAMOS (PSB) e ROBERTA ARRAES (PP), além da presença dos Deputados ANTÔNIO FERNANDO (PSC) e TONY GEL (MDB), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da reunião anterior, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 997/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, à

Deputada Roberta Arraes como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, ao Deputado Lucas Ramos como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1005/2020, de autoria do Deputado João Paulo, ao Deputado Delegado Erick Lessa como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, conjuntamente com o seu Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Deputado Delegado Erick Lessa como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1022/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo ao Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1025/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, à Deputada Roberta Arraes como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 1033/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque ao Deputado Lucas Ramos como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1035/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque ao Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1040/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque ao Deputado Delegado Erick Lessa como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo ao Deputado Fabrizio Ferraz como Relator. Prosseguindo, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, juntamente com o seu substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e passou a palavra para o Relator, Deputado Delegado Erick Lessa, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, onde o Deputado João Paulo solicitou a palavra e discorreu que foi o Relator em outra Comissão, que um concurso público demanda muito esforço, tanto da administração pública como dos concursados e por isso é muito justo estender os prazos de validade dos mesmos nesses tempos de Pandemia, ainda citou que quando Prefeito também fez a extensão de validade de prazos de concursos, e que a retirada da referência aos concursos dos municípios do Projeto em apreciação foi conversada com a autora do Projeto, a Deputada Delegada Gleide Ângelo, que inclusive acatou a sugestão de fazer um indicativo aos Prefeitos, dito isto declarou seu voto a favor do Parecer do Relator, e não havendo mais inscritos para discussão, o Sr. Presidente colheu os votos dos demais Deputados em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes e fizeram uso da mesma, na sequência os Deputados Delegado Erick Lessa, Tony Gel, que registrou a manutenção do direito dos Prefeitos de decidirem sobre a matéria do Projeto aprovado, Roberta Arraes, que chamou a atenção para a necessidade de acompanhar as ações dos municípios, onde já existem alguns sob recomendação do Ministério Público de Pernambuco, Rogério Leão, que informou que as demandas relativas aos municípios devem ser encaminhadas para esta Comissão, onde serão tomadas as medidas necessárias, Antônio Fernando, que opinou que deveria ter sido mantido a abrangência aos municípios por se tratar de um problema de causa mundial , e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às quinze horas, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membros titulares DELEGADO ERICK LESSA (PP) e FABRIZIO FERRAZ (PHS) e os membros suplentes JOÃO PAULO (PC do B) e ROBERTA ARRAES (PP), além da presença dos Deputados ANTÔNIO FERNANDO (PSC), DORIEL BARROS (PT) e SIVALDO ALBINO (PSB), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da reunião anterior, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, juntamente com o seu substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e passou a palavra para o Relator, Deputado Delegado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e não havendo quem queira discutir, colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes e fizeram uso da mesma, na sequência os Deputados Delegado Erick Lessa, Rogério Leão, Roberta Arraes, João Paulo, Antônio Fernando e Sivaldo Albino, que discorreram sobre a necessidade de acompanhar as informações sobre as verbas Estaduais e Federais que tem chegado aos municípios, e a necessidade de fiscalizar as ações e destinações destas verbas, onde ficou registrado que seria feita uma consulta à Procuradoria da ALEPE, sobre a legalidade e procedimentos necessários , e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membros titulares DELEGADO ERICK LESSA (PP) e FABRIZIO FERRAZ (PHS) e os membros suplentes JOÃO PAULO (PC do B) e LUCAS RAMOS (PSB), além da presença do Deputado WILLIAM BRIGIDO (REPUBLICANOS), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da reunião anterior, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos, para o Deputado Delegado Erick Lessa como Relator. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos que tramitam conjuntamente que são: Projeto de Lei Ordinária nº 116/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, e o Projeto de Lei Ordinária nº 1088/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida passou a palavra para o Relator, Deputado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e não havendo quem queira discutir, colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 887/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, e na ausência do Relator, Deputado Clovis Paiva, foi designado como Relator o Deputado Delegado Erick Lessa, a quem o Sr. Presidente passou a palavra para emissão do seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e não havendo quem queira discutir, colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 887/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, e na ausência do Relator, Deputado Clovis Paiva, foi designado como Relator o Deputado Delegado Erick Lessa, a quem o Sr. Presidente passou a palavra para emissão do seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e não havendo quem queira discutir, colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente apresentou e distribuiu aos demais Deputados o Parecer da Procuradoria Geral da ALEPE, sobre o acompanhamento e fiscalização das ações realizadas pelas Prefeituras com os recursos provenientes do Estado, do Governo Federal e das Emendas Parlamentares para o combate à COVID-19, e após sua leitura do parecer, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes e fizeram uso da mesma, na sequência, o Deputado Delegado Erick Lessa, solicitou que a Comissão requisite à Secretaria da Fazenda do Estado e à Secretaria de Planejamento e Gestão informações sobre as verbas Estaduais e das Emendas Parlamentares efetivamente destinadas às Prefeituras, em seguida o Sr. Presidente registrou a aprovação da solicitação do Deputado Delegado Erick Lessa e determinou à assessoria deste Colegiado Técnico as providências para oficializar os encaminhamentos, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membro titular ALESSANDRA VIEIRA (PSDB) e os membros suplentes JOÃO PAULO (PC do B), LUCAS RAMOS (PSB) e ROBERTA ARRAES (PP), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da reunião do dia 06/05/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1129/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, para o Deputado João Paulo como Relator. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 868/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, e em seguida passou a palavra para a Relatora, Deputada Alessandra Vieira, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e não havendo quem queira discutir, colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente apresentou aos demais Deputados o encaminhamento do Requerimento da Comissão de Negócios Municipais com Pedido de Informações aprovado em Reunião anterior, ao Governo do Estado, sobre os recursos provenientes do Estado para o combate à COVID-19, e explanou que na Reunião da Comissão de Finanças mais cedo, que contou com a presença do Secretário Delfino Padilha, ele solicitou agilidade na resposta da Secretaria e o mesmo informou que dará prioridade à solicitação, e o Sr. Presidente informou que assim que

receber a resposta a mesma será encaminhada aos demais integrantes desta Comissão, em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram mas não fizeram uso da mesma, na sequência, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 15/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram e não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às catorze horas, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membro titular DELEGADO ERICK LESSA (PP) e os membros suplentes JOÃO PAULO (PC do B), LUCAS RAMOS (PSB) e ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico TONY GEL (MDB) e HENRIQUE QUEIROZ FILHO (PL), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 27/05/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1190/2020, de autoria do Deputado Rogério Leão, para a Deputada Roberta Arraes como Relatora. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Substitutivo nº 02/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira, e em seguida, na ausência do Relator, Deputado Clovis Paiva, foi designado o Deputado Delegado Erick Lessa como novo Relator, a quem passou a palavra para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e o Deputado Tony Gel pediu a palavra e discorreu sobre os muitos casos que acontecem e que causam transtorno e sofrimento para as famílias, inclusive pela falta de informação, e de que quando descobre no início da doença ainda é menos ruim, pois quando descobre em estágio mais avançado o sofrimento é muito grande, continuando, o Sr. Presidente colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente discorreu sobre um Projeto de sua autoria, que virou lei, que dá desconto a atividades artísticas e culturais para portadores de câncer, e que por desconhecimento da população, não estavam utilizando do direito adquirido, precisando o Procon fazer uma campanha para informar, inclusive nos shoppings, e finalizou parabenizando o autor da proposição apreciada e aprovada, Deputado Joaquim Lira, continuou com a palavra franqueada aos demais Deputados, e a Deputada Roberta Arraes sugeriu convidar o Presidente da AMUPE para debater sobre os recursos que estão indo para os Municípios para o combate à Pandemia, em função da importância dos Municípios, pois é onde vivemos. O Sr. Presidente informou que foi encaminhado o Requerimento da Comissão de Negócios Municipais com Pedido de Informações, ao Governo do Estado, sobre os recursos encaminhados aos Municípios e que acha melhor aguardar a resposta dos Secretários, na sequência, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 15/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos demais Deputados, e o Deputado Delegado Erick Lessa que questionou se já havia a resposta sobre o Pedido de Informações encaminhado ao Governo e o Sr. Presidente informou que Não foi recebida a resposta ainda, porém ainda estava dentro do prazo previsto. O Deputado João Paulo elogiou os trabalhos da Comissão e o pronunciamento do Deputado Delegado Erick Lessa. O Deputado Antônio Fernando elogiou o Presidente e alertou os Deputados que utilizam a BR-232 que ocorreram tentativas de assalto próximo a Sanharó e São Caetano, ao que o Sr. Presidente agradeceu o aviso e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às catorze horas, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membro titular DELEGADO ERICK LESSA (PP) e FABRIZIO FERRAZ (PHS) e os membros suplentes DULCICLEIDE AMORIM (PT) e JOÃO PAULO (PC do B), além do Deputado que não integra este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 03/06/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, para o Deputado Fabrizio Ferraz como Relator. Continuando o Sr. Presidente retirou de pauta a discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 865/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, pois o mesmo foi pedido vistas na Reunião da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 885/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, e em seguida, passou a palavra à Relatora, Deputada Dulcicleide Amorim, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos demais Deputados, e o Deputado Delegado Erick Lessa que questionou se já havia a resposta sobre o Pedido de Informações encaminhado ao Governo e o Sr. Presidente informou que Não foi recebida a resposta ainda, porém ainda estava dentro do prazo previsto. O Deputado João Paulo elogiou os trabalhos da Comissão e o pronunciamento do Deputado Delegado Erick Lessa. O Deputado Antônio Fernando elogiou o Presidente e alertou os Deputados que utilizam a BR-232 que ocorreram tentativas de assalto próximo a Sanharó e São Caetano, ao que o Sr. Presidente agradeceu o aviso e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 17/06/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, para o Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Complementar nº 1244/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, para o Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1308/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, ao Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, à Deputada Dulcicleide Amorim como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra à Relatora, Deputada Dulcicleide Amorim, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em seguida o Sr. Presidente discorreu sobre a segurança pública no Estado e sobre a Reunião que aconteceu no dia anterior, após a Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de alta relevância e que seria importante contar com a participação de todos os Deputados, em seguida o Deputado Fabrizio Ferraz acrescentou que a Reunião foi da Comissão Temporária sobre Segurança Pública, presidida pelo Deputado Delegado Erick Lessa, que contou com a presença de alguns Secretários, e se falou sobre a ação de grupos de extermínio no agreste e de outros problemas nas demais regiões do Estado, além de registrar a criação da Comissão Permanente de Segurança Pública que tramita na Casa de Joaquim Nabuco, e que será dedicada a tratar dessas questões. O Sr. Presidente comentou que tem interesse em participar e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às dez horas, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membro titular FABRIZIO FERRAZ (PHS) e os membros suplentes DULCICLEIDE AMORIM (PT), JOÃO PAULO (PC do B) e LUCAS RAMOS (PSB), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC) e TONY GEL (MDB), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 17/06/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, para o Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Complementar nº 1244/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, para o Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1308/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, ao Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, à Deputada Dulcicleide Amorim como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra à Relatora, Deputada Dulcicleide Amorim, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em seguida o Sr. Presidente discorreu sobre a segurança pública no Estado e sobre a Reunião que aconteceu no dia anterior, após a Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de alta relevância e que seria importante contar com a participação de todos os Deputados, em seguida o Deputado Fabrizio Ferraz acrescentou que a Reunião foi da Comissão Temporária sobre Segurança Pública, presidida pelo Deputado Delegado Erick Lessa, que contou com a presença de alguns Secretários, e se falou sobre a ação de grupos de extermínio no agreste e de outros problemas nas demais regiões do Estado, além de registrar a criação da Comissão Permanente de Segurança Pública que tramita na Casa de Joaquim Nabuco, e que será dedicada a tratar dessas questões. O Sr. Presidente comentou que tem interesse em participar e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 15/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos demais Deputados, e o Deputado João Paulo comentou sobre a importância da agenda dos Deputados sobre a segurança pública no Estado e sobre a Reunião que aconteceu no dia anterior, após a Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de alta relevância e que seria importante contar com a participação de todos os Deputados, em seguida o Deputado Fabrizio Ferraz acrescentou que a Reunião foi da Comissão Temporária sobre Segurança Pública, presidida pelo Deputado Delegado Erick Lessa, que contou com a presença de alguns Secretários, e se falou sobre a ação de grupos de extermínio no agreste e de outros problemas nas demais regiões do Estado, além de registrar a criação da Comissão Permanente de Segurança Pública que tramita na Casa de Joaquim Nabuco, e que será dedicada a tratar dessas questões. O Sr. Presidente comentou que tem interesse em participar e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às catorze horas e trinta minutos, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membros titulares ALESSANDRA VIEIRA (PSDB), DELEGADO ERICK LESSA (PP) e FABRIZIO FERRAZ (PHS) e os membros suplentes DULCICLEIDE AMORIM (PT), JOÃO PAULO (PC do B), LUCAS RAMOS (PSB) e

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 15/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram e não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 15/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram e não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, através do Sistema de Deliberação Remota, compareceram para esta Reunião Ordinária, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PL), os Deputados, membros titulares DELEGADO ERICK LESSA (PP) e FABRIZIO FERRAZ (PHS) e o membro suplente JOÃO PAULO (PC do B), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 22/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1129/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, e em seguida, a Relatoria foi redistribuída ao Deputado Delegado Erick Lessa, e passou a palavra ao Relator, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente informou aos demais integrantes da Comissão sobre o recebimento da resposta ao Pedido de Informações elaborado por este colegiado técnico ao Governo do Estado e a disponibilização por meios eletrônicos aos demais Deputados, através do contato com esta assessoria. Em seguida, franqueou a palavra aos Deputados presentes e o Deputado Fabrizio Ferraz já informou que entrará em contato para pegar a documentação, em seguida o Deputado Delegado Erick Lessa da mesma forma também informou que pegará as informações para poder analisar e atuar cobrando dos municípios as ações pactuadas com os repasses dos recursos para o combate aos efeitos da pandemia, o Deputado João Paulo elogiou a condução dos trabalhos da Comissão, e que sempre foi muito participativo, apesar de ser suplente, por reconhecer a importância da atuação desta Comissão. Em seguida o Sr. Presidente agradeceu as palavras e a participação dos Deputados, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 03/06/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, para o Deputado Fabrizio Ferraz como Relator. Continuando o Sr. Presidente retirou de pauta a discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 865/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, pois o mesmo foi pedido vistas na Reunião da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 885/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, e em seguida, passou a palavra à Relatora, Deputada Dulcicleide Amorim, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação nos termos do Substitutivo. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos demais Deputados, e o Deputado Delegado Erick Lessa que questionou se já havia a resposta sobre o Pedido de Informações encaminhado ao Governo e o Sr. Presidente informou que Não foi recebida a resposta ainda, porém ainda estava dentro do prazo previsto. O Deputado João Paulo elogiou os trabalhos da Comissão e o pronunciamento do Deputado Delegado Erick Lessa. O Deputado Antônio Fernando elogiou o Presidente e alertou os Deputados que utilizam a BR-232 que ocorreram tentativas de assalto próximo a Sanharó e São Caetano, ao que o Sr. Presidente agradeceu o aviso e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020.

Às dez horas do dia dez de março do ano de dois mil e vinte, no Plenarinho III, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, reuniram-se os Deputados Doriel Barros, Antônio Moraes e Isaltino Nascimento sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença do Secretário Dilson Peixoto, passando imediatamente a palavra ao mesmo, uma vez que ele tinha outros compromissos. Após a fala do Secretário o Deputado Doriel fez a distribuição das seguintes matérias: Projeto de Lei Ordinária nº 910/2020, relator Deputado Isaltino Nascimento e Projeto de Lei Ordinária nº 926/2020, relator Deputado Antônio Moraes. Dando sequência foi posto em discussão o substitutivo 01/2019 ao Projeto de Lei nº 208/2019, cujo relator Deputado Antônio Moraes apresentou parecer opinando pela aprovação. Posto em discussão e em votação. Aprovado por unanimidade dos presentes. Continuando, foi a vez do Deputado Isaltino Nascimento pedir vistas ao Projeto de Lei nº 213/2019. Pedido de vistas concedido. Na sequência foi discutido e votado o parecer ao Substitutivo 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 807/2019. Parecer aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado Isaltino Nascimento solicitou adiamento do Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 615/2019. Por fim, foi discutido e votado o parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 823/2019, cujo relator Deputado Isaltino Nascimento, opinou pela aprovação. Parecer aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Deputado Doriel Barros agradeceu a presença de todos e marcou outra reunião para dia e hora regimentais. E, para que tudo fique registrado, foi digitada esta Ata, que posteriormente será aprovada e publicada.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 17/06/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, para o Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Complementar nº 1244/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, para o Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1308/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, ao Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, à Deputada Dulcicleide Amorim como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra à Relatora, Deputada Dulcicleide Amorim, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em seguida o Sr. Presidente discorreu sobre a segurança pública no Estado e sobre a Reunião que aconteceu no dia anterior, após a Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de alta relevância e que seria importante contar com a participação de todos os Deputados, em seguida o Deputado Fabrizio Ferraz acrescentou que a Reunião foi da Comissão Temporária sobre Segurança Pública, presidida pelo Deputado Delegado Erick Lessa, que contou com a presença de alguns Secretários, e se falou sobre a ação de grupos de extermínio no agreste e de outros problemas nas demais regiões do Estado, além de registrar a criação da Comissão Permanente de Segurança Pública que tramita na Casa de Joaquim Nabuco, e que será dedicada a tratar dessas questões. O Sr. Presidente comentou que tem interesse em participar e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2020.

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente os Deputados Doriel Barros, Roberta Arraes, Henrique Queiroz Filho, Gustavo Gouveia, Antônio Fernando e Isaltino Nascimento sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou a reunião fazendo uma inversão de pauta. Colocou em discussão as seguintes matérias: Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2013/2019. Retirado de pauta a pedido do Deputado Isaltino Nascimento; Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei ordinária nº 615/2019, cujo relator Deputado Gustavo Gouveia opinou pela aprovação da proposta. Parecer posto em discussão e em votação foi aprovado por unanimidade dos presentes; Projeto de Lei Ordinária nº 750/2019, que recebeu parecer opinando pela aprovação emitido pelo Deputado Isaltino Nascimento. Posto em discussão não houve quem quisesse discutir. Em votação. Aprovado por unanimidade dos presentes; Neste momento assumiu a presidência da reunião o Deputado Gustavo Gouveia, pois o Deputado Doriel Barros estava como relator do Substitutivo nº 01/2020 aos Projetos de Lei Ordinária 635/2019, 662/2019 e 778/2019. O relator apresentou parecer recomendando a aprovação da proposta. Posto em discussão e em votação, Aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado Doriel Barros reassumiu a presidência e imediatamente fez a distribuição dos Projetos de Lei Ordinárias 982/2020, relator Deputado Isaltino Nascimento, 1039/2020,relatora Deputada Roberta Arraes, 1066/2020, relator Deputado Henrique Queiroz Filho e 1088/2020, relator Deputado Doriel Barros. Antes de encerrar o Deputado Doriel sugeriu que fosse verificada a possibilidade da realização de uma audiência para se discutir a situação da agricultura. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos. E, para que tudo fique registrado, foi digitada esta Ata, que posteriormente será aprovada e publicada.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 17/06/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, para o Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Complementar nº 1244/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, para o Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1308/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, ao Deputado Fabrizio Ferraz como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, à Deputada Dulcicleide Amorim como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, ao Deputado Lucas Ramos como Relator. Continuando o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 188/2020, de autoria da Mesa Diretora, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Fabrizio Ferraz, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1322/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra à Relatora, Deputada Dulcicleide Amorim, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em seguida o Sr. Presidente discorreu sobre a segurança pública no Estado e sobre a Reunião que aconteceu no dia anterior, após a Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de alta relevância e que seria importante contar com a participação de todos os Deputados, em seguida o Deputado Fabrizio Ferraz acrescentou que a Reunião foi da Comissão Temporária sobre Segurança Pública, presidida pelo Deputado Delegado Erick Lessa, que contou com a presença de alguns Secretários, e se falou sobre a ação de grupos de extermínio no agreste e de outros problemas nas demais regiões do Estado, além de registrar a criação da Comissão Permanente de Segurança Pública que tramita na Casa de Joaquim Nabuco, e que será dedicada a tratar dessas questões. O Sr. Presidente comentou que tem interesse em participar e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2020.

Às quinze horas e trinta minutos do dia seis de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente os Deputados Doriel Barros, Roberta Arraes, Henrique Queiroz Filho, Antônio Fernando e Isaltino Nascimento sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou a reunião colocando em votação a Ata da reunião anterior. Aprovada por todos. Na sequência o Sr. Presidente fez a distribuição do Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, cuja relatoria ficou com o Deputado Henrique Queiroz Filho. Neste momento assume a presidência o Deputado Henrique Queiroz Filho, que imediatamente coloca em discussão o Substitutivo nº 02/2020 aos Projetos de Lei nº 116/2019 e nº 1088/2020. O Deputado Doriel Barros, relator do substitutivo, emite parecer opinando pela aprovação do mesmo. Parecer posto em discussão e em votação. Aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos. E, para que tudo fique registrado, foi digitada esta Ata, que posteriormente será aprovada e publicada.

ROBERTA ARRAES (PP), além dos Deputados que não integram este colegiado técnico ANTÔNIO FERNANDO (PSC), JÓ CAVALCANTI – JUNTAS (PSOL), SIVALDO ALBINO (PSB) e WILLIAM BRIGIDO (Republicanos), sob a presidência do Deputado Rogério Leão. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da Reunião Ordinária do dia 15/07/2020, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o seguinte Projeto: Projeto de Lei Ordinária nº 1276/2020, de autoria do Poder Executivo, e em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Lucas Ramos, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão, e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos demais Deputados, e o Deputado João Paulo comentou sobre a importância da agenda dos Deputados sobre a segurança pública no Estado e sobre a Reunião que aconteceu no dia anterior, após a Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, de alta relevância e que seria importante contar com a participação de todos os Deputados, em seguida o Deputado Fabrizio Ferraz acrescentou que a Reunião foi da Comissão Temporária sobre Segurança Pública, presidida pelo Deputado Delegado Erick Lessa, que contou com a presença de alguns Secretários, e se falou sobre a ação de grupos de extermínio no agreste e de outros problemas nas demais regiões do Estado, além de registrar a criação da Comissão Permanente de Segurança Pública que tramita na Casa de Joaquim Nabuco, e que será dedicada a tratar dessas questões. O Sr. Presidente comentou que tem interesse em participar e, na sequência, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2020.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dez de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente os Deputados Doriel Barros, Henrique Queiroz Filho e Isaltino Nascimento sob a presidência do primeiro. A reunião contou também com as presenças do Secretário de Desenvolvimento Agrário, Dilson Peixoto, do Secretário de Agricultura Familiar, Gleibson Neves, do presidente do Conselho de desenvolvimento Sustentável, Germano Barros Ferreira, da Presidente da FETAPE, Sra. Cícera Nunes, do Coordenador do Centro Sabiá, Alexandre Pires, do representante do MST, Paulo Monsan, do Presidente da ADAGRO, Paulo Roberto, do Presidente da FETAPE, Gilvan

José Antunes e do representante do IPA, Reginaldo Sousa. Havendo número legal o Deputado Doriel Barros iniciou a reunião colocando em votação a Ata da reunião anterior. Aprovada por todos. Na sequência o Sr. Presidente fez a distribuição do Projeto de Lei Ordinária nº 1228/2020, cuja relatoria ficou com o Deputado Isaltino Nascimento. Neste momento assume a presidência o Deputado Henrique Queiroz Filho, que imediatamente coloca em discussão o Projeto de Lei Ordinária 666/2020. O Deputado Doriel Barros, relator do Projeto em tela, emite parecer opinando pela aprovação do mesmo. Parecer posto em discussão e em votação. Aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Retornando à presidência dos trabalhos o Deputado Doriel Barros dá início ao segundo item do Edital, ou seja, a discussão sobre os impactos da pandemia no campo, cenários e perspectivas. Usaram da palavra o Sr, Alexandre Pires, o Sr. Gilvan José Antunes, o Sr. Germano Ferreira, a Sra. Cícera Nunes, o Secretário Dilson Peixoto, o Deputado Isaltino Nascimento, o Sr. Paulo Monsan, o Sr. Paulo Roberto e o Sr. Reginaldo Souza. Por fim o Deputado Doriel Barros enfatizou a necessidade de trabalhar para que as prefeituras comprem os produtos da agricultura familiar e concordou com o Secretário Dilson Peixoto no que se refere à necessidade de incentivar os PAAs municipais. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos. E, para que tudo fique registrado, foi digitada esta Ata, que posteriormente será aprovada e publicada.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2020.

Às quinze horas e trinta minutos do dia catorze de julho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente os Deputados Doriel Barros, Antonio Fernando, Roberta Arraes e Isaltino Nascimento sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início à reunião indicando o Deputado Isaltino Nascimento para relator do Projeto de Lei Ordinária 1235/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Imediatamente o Deputado Isaltino apresentou parecer ao Projeto de Lei em tela recomendando sua aprovação. O parecer foi posto em discussão e em votação. Aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos. E, para que tudo fique registrado, foi digitada esta Ata, que posteriormente será aprovada e publicada.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2020.

Às onze horas e trinta minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência da deputada Fabíola Cabral. Presentes os deputados Sivaldo Albino, Antônio Fernando, Joaquim Lira e deputada a Teresa Leitão. Havendo quórum regimental a presidente distribuiu para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 457/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Resolução nº 492/2019, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 548/2019, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 558/2019, deputada Teresa Leitão; o Projeto de Lei Ordinária nº 569/2019, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 609/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 645/2019, deputada Teresa leitão; assumiu o a relatoria do Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019 e do Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019; o Projeto de Lei Ordinária nº 776/2019, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 779/2019, deputada Teresa Leitão; o Projeto de Lei Ordinária nº 796/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 815/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 816/2019, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 902/2020, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 908/2020, deputada Teresa Leitão; o Projeto de Lei Ordinária nº 910/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 932/2020, deputado Antônio Fernando; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 942/2020 e ao Projeto de Lei Ordinária nº 962/2020, deputada Teresa Leitão. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 01/2019 aos Projetos de Lei Ordinária nº 297/2019 e 409/2019, tendo como relator deputado Sivaldo Albino, que o aprovou por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 796/2019, sob relatoria do deputado Sivaldo Albino, aprovado por unanimidade. A presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2020.

Às onze horas e trinta minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do deputado William Brígido. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino, Antônio Fernando e deputada a Teresa Leitão. Havendo quórum regimental o presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 977/2020, de autoria da deputada Clarissa Tércio, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 980/2020, do deputado Marco Aurélio Meu Amigo, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020, do deputado Romero Sales Filho, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1041/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1066/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1067/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1082/2020, do deputado Antônio Fernando, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2020, do deputado Doriel Barros, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1099/2020, do deputado Joaquim Lira, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, do deputado Diogo Moraes, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, do deputado Lucas Ramos, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1114/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2020, do deputado Romero Sales Filho, deputado Sivaldo Albino; o Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, para o próprio presidente relatar; Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, do deputado João Paulo Costa, para deputado Professor Paulo Dutra; Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2020, da deputada Roberta Arraes, para deputado Antônio Fernando e o Projeto de Resolução nº 1162/2020, de autoria deputado Isaltino Nascimento, para deputado Sivaldo Albino. Em seguida relatou para discussão o Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020 de autoria do Deputado João Paulo Costa, que determina o recebimento remoto de receitas médicas pelas farmácias e drogarias do Estado de Pernambuco em caráter emergencial enquanto perdurar a epidemia da Covid-19, que foi aprovado por unanimidade. Concedeu a palavra ao deputado Antônio Fernando, que solicitou aprovação para trazer palestrantes para falar sobre a necessidade de investimentos no sentido de que o Estado e o Brasil avancem em tecnologia própria, deixando de depender de outros países. Em seguida concedeu a palavra à deputada Teresa Leitão, que endossou o pleito do deputado Antônio Fernando, solicitando agregar a recuperação econômica do Estado e do País incentivo à reversão Industrial, o que já ocorreu nesse momento de pandemia com montadoras contribuindo para fabricar respiradores. O presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2020.

Às quatorze horas do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do deputado William Brígido. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino, Antônio Fernando e deputada a Teresa Leitão. Havendo quórum regimental o presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 977/2020, de autoria da deputada Clarissa Tércio, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 980/2020, do deputado Marco Aurélio Meu Amigo, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020, do deputado Romero Sales Filho, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1041/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1066/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1067/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1082/2020, do deputado Antônio Fernando, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2020, do deputado Doriel Barros, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1099/2020, do deputado Joaquim Lira, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, do deputado Diogo Moraes, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, do deputado Lucas Ramos, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1114/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2020, do deputado Romero Sales Filho, deputado Sivaldo Albino; o Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, para o próprio presidente relatar; Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, do deputado João Paulo Costa, para deputado Professor Paulo Dutra; Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2020, da deputada Roberta Arraes, para deputado Antônio Fernando e o Projeto de Resolução nº 1162/2020, de autoria deputado Isaltino Nascimento, para deputado Sivaldo Albino. Em seguida relatou para discussão o Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020 de autoria do Deputado João Paulo Costa, que determina o recebimento remoto de receitas médicas pelas farmácias e drogarias do Estado de Pernambuco em caráter emergencial enquanto perdurar a epidemia da Covid-19, que foi aprovado por unanimidade. Concedeu a palavra ao deputado Antônio Fernando, que solicitou aprovação para trazer palestrantes para falar sobre a necessidade de investimentos no sentido de que o Estado e o Brasil avancem em tecnologia própria, deixando de depender de outros países. Em seguida concedeu a palavra à deputada Teresa Leitão, que endossou o pleito do deputado Antônio Fernando, solicitando agregar a recuperação econômica do Estado e do País incentivo à reversão Industrial, o que já ocorreu nesse momento de pandemia com montadoras contribuindo para fabricar respiradores. O presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2020.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia três de junho de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência da deputada Fabíola Cabral. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino e William Brígido. Havendo quórum regimental a presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, deputado professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1176/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, deputado Professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2020, deputado Sivaldo Albino e assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 02/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019 assumindo a relatoria aprovando por unanimidade, relatou o Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019, que foi aprovado por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, sob relatoria do deputado Professor Paulo Dutra, aprovado por unanimidade. A presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2020.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do deputado William Brígido. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino e William Brígido. Havendo quórum regimental a presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, deputado professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1176/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, deputado Professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2020, deputado Sivaldo Albino e assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 02/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019 assumindo a relatoria aprovando por unanimidade, relatou o Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019, que foi aprovado por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, sob relatoria do deputado Professor Paulo Dutra, aprovado por unanimidade. A presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2020.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do deputado William Brígido. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino e William Brígido. Havendo quórum regimental a presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, deputado professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1176/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, deputado Professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2020, deputado Sivaldo Albino e assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 02/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019 assumindo a relatoria aprovando por unanimidade, relatou o Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019, que foi aprovado por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, sob relatoria do deputado Professor Paulo Dutra, aprovado por unanimidade. A presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2020.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do deputado William Brígido. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino e William Brígido. Havendo quórum regimental a presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, deputado professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1176/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, deputado Professor Paulo Dutra; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020; o Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, deputado William Brígido; o Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2020, deputado Sivaldo Albino e assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2020. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 02/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019 assumindo a relatoria aprovando por unanimidade, relatou o Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019, que foi aprovado por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, sob relatoria do deputado Professor Paulo Dutra, aprovado por unanimidade. A presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino, Antônio Fernando e deputada Teresa Leitão. Havendo quórum regimental o presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 1205/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1212/2020, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1213/2020, deputado Antônio Fernando e o Projeto de Lei Ordinária nº 1237/2020, deputada Teresa Leitão. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 02/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 329/2019, sob relatoria do deputado Sivaldo Albino, que o aprovou por unanimidade; o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 908/2020, sob relatoria da deputada Teresa Leitão, que o aprovou por unanimidade; o Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2020, sob relatoria do deputado Professor Paulo Dutra, que o aprovou por unanimidade; o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2020, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2020, sob relatoria do deputado Professor Paulo Dutra, que o aprovou por unanimidade; o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2020, sob relatoria da deputada Teresa Leitão, que o aprovou por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1205/2020, sob relatoria do deputado Sivaldo Albino, que o aprovou por unanimidade. O presidente encerrou os trabalhos informando que a próxima reunião será convocada através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGOIA E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2020.

Às quatorze horas do dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte, reuniu-se em reunião extraordinária pelo Sistema de Deliberação Remota, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência da deputada Fabíola Cabral. Presentes os deputados, Sivaldo Albino e William Brígido, e a deputada Teresa Leitão. Havendo quórum regimental a presidente abriu a reunião colocando em discussão o substitutivo número 01/2020 da Comissão de Constituição Legislação e Justiça, aos projetos de lei ordinária números 1195/2020 e 1198/2020, de autoria do deputado Rogério Leão e da deputada Alessandra Vieira respectivamente, em tramitação conjunta e sob relatoria do deputado Sivaldo Albino, que o aprovou por unanimidade; e o projeto de lei ordinária número 1237/2020 de autoria da deputada Alessandra Vieira, sob relatoria da deputada Teresa Leitão, que o aprovou por unanimidade. A presidente encerrou os trabalhos informando que a próxima reunião será convocada através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2020.

Às onze horas e trinta minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do deputado William Brígido. Presentes os deputados Professor Paulo Dutra, Sivaldo Albino, Antônio Fernando e deputada a Teresa Leitão. Havendo quórum regimental o presidente abriu os trabalhos indicando para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 977/2020, de autoria da deputada Clarissa Tércio, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 980/2020, do deputado Marco Aurélio Meu Amigo, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020, do deputado Romero Sales Filho, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1041/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Professor Paulo Dutra; o Projeto de Lei Ordinária nº 1066/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1067/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1082/2020, do deputado Antônio Fernando, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2020, do deputado Doriel Barros, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1099/2020, do deputado Joaquim Lira, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2020, do deputado Diogo Moraes, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, do deputado Lucas Ramos, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1114/2020, do deputado Romero Albuquerque, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2020, do deputado Romero Sales Filho, deputado Sivaldo Albino; o Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, para o próprio presidente relatar; Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, do deputado João Paulo Costa, para deputado Professor Paulo Dutra; Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2020, da deputada Roberta Arraes, para deputado Antônio Fernando e o Projeto de Resolução nº 1162/2020, de autoria deputado Isaltino Nascimento, para deputado Sivaldo Albino. Em seguida relatou para discussão o Substitutivo nº 01/2020 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2020 de autoria do Deputado João Paulo Costa, que determina o recebimento remoto de receitas médicas pelas farmácias e drogarias do Estado de Pernambuco em caráter emergencial enquanto perdurar a epidemia da Covid-19, que foi aprovado por unanimidade. Concedeu a palavra ao deputado Antônio Fernando, que solicitou aprovação para trazer palestrantes para falar sobre a necessidade de investimentos no sentido de que o Estado e o Brasil avancem em tecnologia própria, deixando de depender de outros países. Em seguida concedeu a palavra à deputada Teresa Leitão, que endossou o pleito do deputado Antônio Fernando, solicitando agregar a recuperação econômica do Estado e do País incentivo à reversão Industrial, o que já ocorreu nesse momento de pandemia com montadoras contribuindo para fabricar respiradores. O presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

Às onze horas e trinta minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte, reuniu-se pelo Sistema de Deliberação Remota a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência da deputada Fabíola Cabral. Presentes os deputados Sivaldo Albino, Antônio Fernando, Joaquim Lira e deputada a Teresa Leitão. Havendo quórum regimental a presidente distribuiu para relatar o Projeto de Lei Ordinária nº 457/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Resolução nº 492/2019, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 548/2019, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 558/2019, deputada Teresa Leitão; o Projeto de Lei Ordinária nº 569/2019, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 609/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 645/2019, deputada Teresa leitão; assumiu o a relatoria do Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019 e do Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019; o Projeto de Lei Ordinária nº 776/2019, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 779/2019, deputada Teresa Leitão; o Projeto de Lei Ordinária nº 796/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 815/2019, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 816/2019, deputado Antônio Fernando; o Projeto de Lei Ordinária nº 902/2020, deputado Joaquim Lira; o Projeto de Lei Ordinária nº 908/2020, deputada Teresa Leitão; o Projeto de Lei Ordinária nº 910/2020, deputado Sivaldo Albino; o Projeto de Lei Ordinária nº 932/2020, deputado Antônio Fernando; assumiu a relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 942/2020 e ao Projeto de Lei Ordinária nº 962/2020, deputada Teresa Leitão. Apresentou para discussão o Substitutivo nº 01/2019 aos Projetos de Lei Ordinária nº 297/2019 e 409/2019, tendo como relator deputado Sivaldo Albino, que o aprovou por unanimidade e o Substitutivo nº 01/2020 ao Projeto de Lei Ordinária nº 796/2019, sob relatoria do deputado Sivaldo Albino, aprovado por unanimidade. A presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada pelo Sistema de Deliberação Remota, através de publicação de edital no Diário Oficial.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2020.

Ao décimo quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembeia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares, Sivaldo Albino, Fabrízio Ferraz e Simone Santana, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a primeira reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida foi iniciada a distribuição do Projeto de Lei Ordinária nº 968/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe sobre aplicação de multa administrativa aos agressores de vítimas de violência doméstica e familiar definidas na Lei federal nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, no Estado de Pernambuco. Distribuído para a relatoria da Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 981/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa estabelece condições de acesso de menores aos estádios de futebol e locais de apresentações de espetáculos culturais e assemelhados no Estado de Pernambuco; cria o Cadastro de Torcedores Infratores e dá providências. Distribuído para a relatoria do Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 984/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa determina o fornecimento de alimentação especial, para os alunos com restrições alimentares, pelas instituições da rede privada de ensino do Estado de Pernambuco. Distribuído para a relatoria do Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1042/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da pandemia do coronavírus (covid-19). Distribuído para a relatoria do Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1016/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar o aumento arbitrário de preços, notadamente em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de ocorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de comçoção social. Distribuído para a relatoria do Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1017/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa ficam prorrogadas as validades de alvarás, documentos e certidões de âmbito estadual cujo vencimento coincida com o período em que estiverem vigentes as situações de Estado de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em Pernambuco. Distribuído para a relatória da Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1019/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado de Pernambuco em razão da doença COVID-19 causada pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2). Tramitação conjunta com o Projeto de Lei Ordinária nº 1021/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens em razão do coronavírus (COVID-19). Ambos distribuídos para a relatoria do Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1020/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa veta, no Estado de Pernambuco, o corte do fornecimento de água tratada e energia elétrica, por inadimplência, durante o período de calamidade imposto pelo Governo do Estado de Pernambuco, em razão da pandemia do COVID-19. Distribuído para a relatoria do Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1025/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) em situações de endemia, epidemia e pandemia, na forma que menciona, e dá outras providências. Distribuído para a relatoria do Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 1047/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o pagamento de carne u fatura de compra de produtos, serviços ou de cartão de crédito, para que seja realizado exclusivamente em seu estabelecimento. Distribuído para a relatoria do Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco, pelo período em que perdurar a situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública” para fins de prevenção e de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19. Distribuído para a relatoria do Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1050/2020, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa, cuja ementa proíbe que planos e operadoras de saúde no Estado de Pernambuco recusem prestação de serviços a pessoas contaminadas pelo covid-19 em razão de carência de contratos. Distribuído para a relatoria da Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1052/2020, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, cuja ementa inclui no grupo prioritário de atendimento nas unidades móveis de emergência em razão de calamidade pública, as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, doença grave, doença rara, autistas e idosos. Distribuído para a relatoria do Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2020, de autoria do Deputado Tony Gel, cuja ementa estabelece multa para quem divulgar por meio eletrônico notícias falsas (fake news) sobre o novo coronavírus (COVID 19) ou quaisquer outras epidemias e pandemias no Estado de Pernambuco. Distribuído para a relatoria do Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 1054/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa autoriza o Poder Executivo a providenciar hospedagem em hotéis, pousadas, e demais estabelecimentos de hospedaria aos profissionais de saúde que atuem em unidades de saúde hospitalares e ambulatoriais e unidades de atendimento móvel pré-hospitalar no enfretamento ao covid-19 e dá outras providências. Distribuído para a relatoria do Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1055/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos para implementar medidas de incentivo à conversão produtiva emergencial de empresas para proteção econômica e sanitária à população pernambucana, durante o tempo que perdurar as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, conforme regulamentação do Decreto nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco. Distribuído para a relatoria da Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa dispõe sobre o acesso dos Idosos aos estabelecimentos Bancários no Estado de Pernambuco, no período do Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco. Distribuído para a relatoria do Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1058/2020, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz, cuja ementa estabelece trânsito livre e suspende a cobrança de tarifa de estacionamento aos veículos de profissionais da área de saúde e outros de serviços públicos essenciais, durante o período de emergência pelo COVID-19, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído para a relatória do Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1070/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa estabelece multa para quem divulgar por Meio Eletrônico Notícias Falsas/ “Fake News” sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado de Pernambuco. Distribuído para a relatoria do Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 1071/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa isenta do pagamento do consumo de energia elétrica as famílias enquadradas na tarifa social de baixa renda, e dá outras providências. Distribuído para a relatoria da Deputada Simone Santana. Em seguida foi dado continuidade à reunião com a discussão do Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária nº 1019/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado de Pernambuco em razão da doença COVID-19 causada pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) e ao Projeto de Lei Ordinária nº 1021/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque cuja ementa Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens em razão do coronavírus (COVID-19). Foi concedido vista ao Projeto ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1016/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar o aumento arbitrário de preços, notadamente em decorrência de guerra, calamidade pública, pandemia ou outra grave circunstância de comçoção social, incluindo emenda modificativa, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. O relator, Deputado Sivaldo Albino, aprovou por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2020

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: Clóvis Paiva, João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares, Fabrízio Ferraz, Sivaldo Albino, e Simone Santana, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a terceira reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da vigésima terceira reunião ordinária e prosseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Iniciou com o Projeto de Lei Ordinária nº **989/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação e divulgação do valor calórico dos alimentos oferecidos em cardápios dos estabelecimentos que especifica, bem como a necessidade de advertência sobre a presença de glúten e de lactose, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências. Distribuído ao **Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 990/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa determina que estabelecimentos comerciais disponibilizem exemplar do código de defesa do consumidor na linguagem Braille e dá outras providências. **Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 992/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe que o consumidor tenha o direito de obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da quitação da inadimplência do consumidor anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos de energia elétrica, água, esgotamento sanitário e gás encanado. **Distribuído ao Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 997/2020**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa estabelece normas de transparência no setor de transportes no Estado de Pernambuco. **Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana. **Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 999/2020**, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivo de segurança “botão de pânico” nos transportes coletivos públicos do Estado de Pernambuco. **Distribuído ao Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 1004/2020**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana. **Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei nº 1035/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa institui a utilização dos créditos em minutos pagos e não utilizados nos estacionamento na forma que especifica e dá outras providências. **Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei nº 1061/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as clínicas e hospitais veterinários a exibir tabela de preços. **Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei nº 1064/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa estabelece penalidades administrativas a quem divulgar informação falsa e dá outras providências. **Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei nº 1066/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a realização de análise para a detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano. **Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei nº 1072/2020**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir a obrigatoriedade de notificação prévia com prazo e informações adequados nos serviços que indica. **Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2020**, de autoria do Deputado Doriel Barros, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir a apresentação de recursos administrativos por meio eletrônico, no âmbito do Procon-PE. **Distribuído ao Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 1091/2020**, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivo que amplia a proteção ao consumidor e do profissional de entregas. **Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1095/2020**, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa dispõe sobre a entrada de pessoas em comércios de todos os gêneros, na forma que menciona, durante período de pandemias. **Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1099/2020**, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as empresas de telefonia, internet e TV por assinatura a disponibilizar a rescisão contratual dos serviços por atendimento via internet. **Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária 1100/2020**, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras em espaços públicos, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências. **Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa obriga as Instituições Bancárias e congêneres a fornecer a portabilidade bancária por meio das plataformas digitais, no âmbito do Estado de Pernambuco. **Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1104/2020**, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de isentar do pagamento de multa de fidelização de telefonia fixa ou móvel, de internet ou de TV por assinatura ou assemelhados, durante a vigência de estado de calamidade pública no Estado. **Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Em seguida**, o presidente deu continuidade à reunião com a discussão do **Projeto de Lei Ordinária nº 1047/2020**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o pagamento de carne ou fatura de compra de produtos, serviços ou de cartão de crédito, para que seja realizado exclusivamente em seu estabelecimento. O parecer foi dado pelo **Deputado Fabrízio Ferraz e aprovado por unanimidade. O Substitutivo nº 01/2020**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projetos de Lei Ordinária nº 1048/2020**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco, pelo período em que perdurar a situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública” para fins de prevenção e de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19, foi retirado de pauta. O **Substitutivo nº 01/2020**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos **Projetos de Lei Ordinária nº 1057/2020**, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa institui o Selo Produto Local e sua conferência às empresas que façam parte de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de outros setores econômicos do estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído para o Deputado **João Paulo e aprovado por unanimidade**. Com a palavra, a Deputada Simone Santana falou parabenizou o Deputado Wanderson Florêncio pela iniciativa do Projeto de Lei nº 1057/2020. O Deputado Fabrízio Ferraz, com a palavra, também ressaltou a importância e relevância do referido projeto de lei. Por fim, o Deputado João Paulo reiterou a importância do projeto de lei de sua relatoria e destacou a importância da realização das reuniões remotas, que estão sendo bastante dinâmicas e possibilitam a maior participação dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2020

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: Clóvis Paiva, João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares, Fabrízio Ferraz, Sivaldo Albino, e Simone Santana, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a terceira reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da vigésima terceira reunião ordinária e prosseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Iniciou com o Projeto de Lei Ordinária nº 989/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação e divulgação do valor calórico dos alimentos oferecidos em cardápios dos estabelecimentos que especifica, bem como a necessidade de advertência sobre a presença de glúten e de lactose, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências. Distribuído ao **Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 990/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa determina que estabelecimentos comerciais disponibilizem exemplar do código de defesa do consumidor na linguagem Braille e dá outras providências. **Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 992/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe que o consumidor tenha o direito de obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da quitação da inadimplência do consumidor anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos de energia elétrica, água, esgotamento sanitário e gás encanado. **Distribuído ao Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 997/2020**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa estabelece normas de transparência no setor de transportes no Estado de Pernambuco. **Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 998/2020**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana. **Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 999/2020**, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivo de segurança “botão de pânico” nos transportes coletivos públicos do Estado de Pernambuco. **Distribuído ao Deputado Fabrízio Ferraz. Projeto de Lei Ordinária nº 1004/2020**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as clínicas e hospitais veterinários a exibir tabela de preços. **Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei nº 1064/2020**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa estabelece penalidades administrativas a quem divulgar

informação falsa e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo, Projeto de Lei nº 1066/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a realização de análise para a detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva, Projeto de Lei nº 1072/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir a obrigatoriedade de notificação prévia com prazo e informações adequados nos serviços que indica. Distribuído ao Deputado João Paulo, Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2020, de autoria do Deputado Doriel Barros, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir a apresentação de recursos administrativos por meio eletrônico, no âmbito do Procon-PE. Distribuído ao Deputado Fabrízio Ferraz, Projeto de Lei Ordinária nº 1091/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivo que amplia a proteção ao consumidor e do profissional de entregas. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho, Projeto de Lei Ordinária nº 1095/2020, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa dispõe sobre a entrada de pessoas em comércios de todos os gêneros, na forma que menciona, durante período de pandemias. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho, Projeto de Lei Ordinária nº 1099/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as empresas de telefonia, internet e TV por assinatura a disponibilizar a rescisão contratual dos serviços por atendimento via internet. Distribuído ao Deputado João Paulo, Projeto de Lei Ordinária 1100/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras em espaços públicos, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências. Distribuído à Deputada Simone Santana, Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa obriga as Instituições Bancárias e congêneres a fornecer a portabilidade bancária por meio das plataformas digitais, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana, Projeto de Lei Ordinária nº 1104/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de isentar do pagamento de multa de fidelização contratual os consumidores de serviços de telefonia fixa ou móvel, de internet ou de TV por assinatura ou assemelhados, durante a vigência de estado de calamidade pública no Estado. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho, Em seguida, o presidente deu continuidade à reunião com a discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1047/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o pagamento de carne ou fatura de compra de produtos, serviços ou de cartão de crédito, para que seja realizado exclusivamente em seu estabelecimento. O parecer foi dado pelo Deputado Fabrízio Ferraz e aprovado por unanimidade. O Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projetos de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco, pelo período em que perdurar a situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública” para fins de prevenção e de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19, foi retirado de pauta. O Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária nº 1057/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa dispõe sobre o acesso dos idosos aos estabelecimentos Bancários no Estado de Pernambuco, no período do Decreto Nº 48.809, de 14 de março de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco foi relatado pelo Deputado João Paulo e aprovado por unanimidade. Com a palavra, a Deputada Simone Santana falou parabenizou o Deputado Wanderson Florêncio pela iniciativa do Projeto de Lei nº 1057/2020. O Deputado Fabrízio Ferraz, com a palavra, também ressaltou a importância e relevância do referido projeto de lei. Por fim, o Deputado João Paulo reiterou a importância do projeto de lei de sua relatoria e destacou a importância da realização das reuniões remotas, que estão sendo bastante dinâmicas e possibilitam a maior participação dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2020

Ao sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares, Fabrízio Ferraz, Sivaldo Albino, e Simone Santana, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a quarta reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da vigésima quinta reunião ordinária e prosseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Iniciou com o Projeto de Lei Ordinária nº 1030/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa institui a suspensão do pagamento dos conselhos de classe em casos de pandemia e estado de calamidade pública. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino, Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa determina a disponibilização gratuita pelas operadoras de telefonia e internet móvel dos acessos a sites de comunicação, redes sociais e streaming, sem qualquer contabilização do pacote de dados dos clientes e dispõe sobre a suspensão dos serviços de telefonia e internet por inadimplência, durante o período de aplicação das medidas referentes à contenção do vírus COVID-19. Distribuído para o Deputado Fabrízio Ferraz, Projeto de Lei Ordinária nº 1038/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa isenta os veículos de carga do pagamento de pedágios no estado de Pernambuco em períodos de pandemia. Distribuído para o Deputado João Paulo Lima, Projeto de Lei Ordinária nº 1041/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa institui o sistema bancário eletrônico 24 horas dos bancos localizados no estado de Pernambuco, em casos de pandemias. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino, Projeto de Lei Ordinária nº 1109/2020, de autoria do Deputado Adalto Santos, cuja ementa suspende o pagamento e a cobrança dos serviços públicos das empresas fornecedoras de água e energia elétrica, em relação às pessoas jurídicas que menciona, durante o período de pandemia de coronavírus, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído para o Deputado Fabrízio Ferraz, Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2020, de autoria do Deputado Lucas Ramos, cuja ementa institui o Selo Produto Local e sua conferência às empresas que façam parte de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de outros setores econômicos do estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído para o Deputado João Paulo, Projeto de Lei Ordinária nº 1115/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa adia o feriado das festas juninas, para o dia 12 de dezembro de 2020, no âmbito do Estado de Pernambuco, devido à pandemia do novo coronavírus. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino, Projeto de Lei Ordinária nº 1116/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa determina medidas de proteção e enfrentamento ao COVID 19 em Pernambuco nos empreendimentos sociais que especifica. Distribuído para a Deputada Simone Santana, Em seguida, o presidente deu continuidade à reunião com a discussão do Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 63/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir o exame de produtos lacrados pelo consumidor. Na ausência do relator, o Deputado Romário Dias, foi redistribuído ao Deputado Romero Sales Filho que aprovou o substitutivo por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao ao Projeto de Lei Ordinária nº 522/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a cobrança de multa em caso de perda ou extravio de cartão de estacionamento, foi relatado pelo Deputado Fabrízio Ferraz e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 635/2019, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de vedar a realização de castração química de cães e gatos e a comercialização de produtos químicos ou farmacológicos utilizados nos procedimentos de esterilização química desses animais, ao Projeto de Lei Ordinária nº 662/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de proibir práticas abusivas de maus tratos e abandono aos animais domésticos e ao Projeto de Lei Ordinária nº 778/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a proibição da exigência de caução ou de qualquer garantia similar para internação de animais em hospitais, clínicas veterinárias e congêneres, quando há urgência de tratamento. O substitutivo foi relatado pelo Deputado João Paulo e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 651/2019, de autoria do Deputado Aglailson Víctor, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar o fornecimento de alimentação especial para os alunos com comprovada restrição alimentar pelas instituições da rede privada de ensino do Estado de Pernambuco. Relatado pela Deputada Simone Santana e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao ao Projeto de Lei Ordinária nº 796/2010, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, nas escolas públicas e privadas, do Estatuto da Juventude, criado através da Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os deveres, os princípios e as políticas públicas de juventude. Relatado pela Deputada Simone Santana e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1048/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco, pelo período em que perdurar a situação anormal caracterizada como “Estado de Calamidade Pública” para fins de prevenção e de enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19. O substitutivo foi relatado pelo Deputado Sivaldo Albino e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1084/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei. O Deputado João Paulo relatou o substitutivo, que foi aprovado por unanimidade. Em extrapala, foi discutida a Subemenda Substitutiva nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Substitutivo nº 02/2020, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo ao Projeto de Lei Ordinária nº 1019/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no

âmbito do Estado de Pernambuco em razão da doença COVID-19 causada pelo novo CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) e ao Projeto de Lei Ordinária nº 1021/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens em razão do coronavírus (COVID-19). O relator, o Deputado Sivaldo Albino, aprovou a subemenda por unanimidade. Com a palavra, o Presidente falou sobre a participação na próxima reunião ordinária deste colegiado dos Secretários Estaduais de Planejamento e Gestão e de Desenvolvimento Econômico. Para que possam trazer esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo do Estado e sobre os seus impactos econômicos. Com a palavra, o Deputado João Paulo fez referência à discussão na reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação sobre uma possível discussão conjunta com as Comissões de Administração Pública e Saúde e Assistência Social e os Secretários da Saúde e da Fazenda, na qual a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo poderia ser integrada. Em seguida, foi deliberado pelo colegiado o convite aos Secretários de Planejamento e Gestão e Desenvolvimento Econômico para a reunião seguinte. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 06DE MAIODE 2020

Ao décimo terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: Romário Dias, João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares, Alessandra Vieira, Fabrízio Ferraz, e Sivaldo Albino, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a quarta reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Também estavam presentes os Deputados Antônio Fernando e Antônio Moraes e a Deputada Roberta Araes. Em seguida o presidente anunciou a presença do Secretário de Planejamento e Gestão, Alexandre Rebêlo e do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Bruno Schwambach, do Prefeito de Toritama, Edilson Tavares e do Presidente da Acic, Luverson Ferreira para a participação no debate sobre as medidas adotadas pelo Governo do Estado, os impactos econômicos da pandemia e o retorno econômico pós-Covid. Com a palavra, o Secretário Alexandre Rebêlo trouxe um panorama geral da situação atual em relação à pandemia. O Secretário apresentou os dados de crescimento da pandemia em Pernambuco, com o grande número de casos confirmados e o número de óbitos. O grande esforço do Governo tem sido em abertura de leitos com a interiorização desses leitos. Entretanto os maiores desafios são a aquisição de respiradores e a formação das equipes de plantão que ficam prejudicadas com o adocetamento dos profissionais de saúde. A projeção é que a curva comece a cair no fim do mês de maio e início do mês de junho, porém essa curva é móvel de acordo com o comportamento da população em relação isolamento. O Estado tem observado os casos dos outros estados do país e do resto do mundo. O presidente questionou sobre o recebimento dos respiradores já adquiridos pelo Estado. O Secretário Rebêlo discorreu sobre os processos de compra e dificuldades no recebimento dos respiradores devido à grande busca do item em todo o país e no mundo. Com a palavra o Secretário Bruno Schwambach abordou a questão do efeito que o isolamento provoca na economia. O Estado firmou uma parceria com a Consultoria Deloitte, sem custos para o Estado, que tem feito estudos em todo o país e no mundo, para que o Estado possa mitigar os efeitos econômicos causados pela pandemia. O grande esforço é na elaboração de um plano de convivência com o coronavírus que está sendo customizado o a partir das experiências no mundo e da realidade no Estado, em parceria com todas as entidades, pois ainda não há um protocolo definido do ponto de vista tanto na saúde, quanto econômico do que dá certo. Hoje ainda o isolamento social é a melhor alternativa, pois a curva da doença ainda não começou a descer. O planejamento de retomada que está sendo feito é para a criação dos protocolos assim que a economia começar a reabrir. O efeito econômico já está criado, esta será a maior recessão dos últimos 300 anos, não adianta reabrir a economia hoje, pois as pessoas estão recessas em sair, nós teremos que nos readaptar a esta nova realidade. O Deputado Antônio Moraes, presente na reunião, questionou sobre a possibilidade de agilizar os licenciamentos do CPRH, para que assim que a economia for retomada, pode facilitar a situação principalmente da construção civil e ainda falou sobre a politização da receita de medicamentos para tratar a Covid-19. Com a palavra, o Deputado João Paulo questionou sobre qual a perspectiva da eficácia do rodízio de carros na Região Metropolitana do Recife e sobre a queda da arrecadação em Pernambuco, no sentido da garantia da folha de pagamento e do custeio da Saúde que tem crescido no estado. A Deputada Roberta Araes falou sobre sua preocupação com a retomada da construção civil e citou o perigo da sua região, o Sertão do Araripe, que ainda está com a taxa de isolamento muito baixa. A deputada também questionou sobre a melhor forma de execução das emendas ao orçamento, já que com a dificuldade na aquisição de respiradores, seja melhor a alteração no objetivo para ajudar o setor da saúde no Estado. Com a palavra, o Secretário Rebêlo trouxe esclarecimentos sobre a CPRH e se colocou para observar o andamento dos processos para que tudo esteja pronto para a retomada da economia. Tratou sobre a questão da liberdade dos médicos em receitar a medicação necessária para cada paciente, seguindo as orientações do CREMEPE.O Secretário Rebêlo trouxe dados sobre o isolamento e tratou sobre o rodízio de carros como uma tentativa de aumentar este isolamento e que o pagamento da folha e com gastos com a saúde ainda é uma grande preocupação do Governo. O recurso que será encaminhado pelo Governo Federal irá ajudar bastante, porém não resolve o problema. Com a palavra o Secretário Schwambach falou sobre o rodízio de carros e que há um esquema de abastecimento e que deverá haver apenas uma programação da população e do abastecimento. Com a palavra o Deputado Antonio Fernando, também presente na reunião, também tratou sobre a alteração no destino das emendas parlamentares, diante das dificuldades na aquisição de respiradores e sobre a necessidade de se aumentar os leitos no interior. O Deputado Fabrízio Ferraz solicitou que os Secretários falassem sobre o Decreto do Governo Federal que trata sobre a inclusão de atividades como essenciais, qual o posicionamento do Governo de Pernambuco. Com a palavra, o Prefeito Edilson Tavares também falou sobre a questão da curva de contágio e sobre o papel do Município no auxílio ao Estado para receber e tratar pacientes com a Covid-19. Com a palavra, Luverson Ferreira trouxe dados sobre a construção civil, em favor da retomada, defendeu que o Governo trate o estado de acordo com suas especificidades e perguntou aos secretários sobre a testagem da população. A Deputada Alessandra Vieira tratou sobre as alterações dos destinos das emendas parlamentares ao orçamento. Em resposta, o Secretário Rebêlo falou sobre o decreto do Governo Federal, dizendo que o Estado não irá aderir no momento, mesmo o Estado sabendo da necessidade da retomada da economia, à luz da ciência entende que ainda não é o momento, de acordo cos os dados da curva. Entende que localmente as situações são bastante diversas e que este é um problema difícil de se tratar. Acredita que, como foi falado pelo Prefeito de Toritama, é importante a parceria com as Prefeituras de construção da rede de apoio ao tratamento à Covid. Com a palavra, o Secretário Schwambach falou sobre a importância da testagem da população para o plano de convivência com o coronavírus para acompanhar a imunidade da população como um todo. Os Secretários agradeceram à oportunidade na participação da reunião. Com a palavra, o presidente falou sobre a importância da presença da Comissão nas discussões do Comitê Estadual e agradeceu a presença dos Secretários e dos convidados. Em seguida, deu continuidade à reunião. O Presidente aprovou a ata da reunião ordinária anterior e proseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Iniciou com o Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de lojas e magazines em funcionamento no Estado de Pernambuco disponibilizarem as faturas de compras ou boletins digitais de seus clientes, em seus sítios eletrônicos durante o Estado de Calamidade Pública, decretado pelo Governo do Estado, em decorrência do novo Coronavírus - COVID-19. Distribuído para o Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1138/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa dispõe sobre a internação de pacientes infectados pela COVID-19 na rede privada de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, quando requerida por médico credenciado ao Sistema Único de Saúde, em caso de inexistência da vaga na rede pública de saúde. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Em seguida, o presidente deu continuidade à reunião com a discussão do Substitutivo Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 875/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de permitir a entrada de alimentos em cinemas e teatros, sem restrições quanto ao local de aquisição. O Relator, o Deputado João Paulo o aprovou por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 911/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartaz nos veículos de transporte por aplicativos e outros meios similares do Estado de Pernambuco. Relatado também pelo Deputado João Paulo que o aprovou por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 917/2020, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros. (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de impedir práticas discriminatórias na concessão de crédito. Na ausência do relator, o Deputado Clóvis Paiva, foi redistribuído para o Deputado Sivaldo Albino que relatou e o aprovou por unanimidade. Substitutivo nº 02/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública ao Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, que obriga a adoção de procedimentos nos estabelecimentos que indica e dá outras providências, foi relatado pelo Deputado Sivaldo Albino e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1091/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que Institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivo que amplia a proteção ao consumidor e do profissional de entregas. Foi relatado pelo Deputado Romero Sales Filho e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1095/2020, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementadispõe sobre a entrada de pessoas em comércios de todos os gêneros, na forma que menciona, durante período de pandemias e ao Projeto de Lei Ordinária nº 1100/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras em espaços públicos, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências. O relator, o Deputado Romero Sales Filho, o aprovou por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2020

Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: Clóvis Paiva e João Paulo, membros titulares, Alessandra Vieira, Simone Santana, e Sivaldo Albino, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a quarta reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado e aos convidados,

membros do Movimento Pró-Pernambuco. Em seguida, o presidente iniciou a distribuição dos Projetos. Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2020, de autoria da Deputada Roberta Araes, cuja ementa estabelece proibição de interrupção dos serviços de conexão à internet fixa durante o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1143/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa dispõe sobre o credenciamento de pessoas jurídicas para prestar o serviço de expedição do Certificado de Registro de Veículos (CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa modifica a Lei nº 15.668, de 11 de dezembro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de realização de manutenção semestral nos veículos de transporte escolar e nos veículos fretados para transporte universitário, a fim de garantir a segurança dos alunos das escolas municipais e dos estudantes universitários das faculdades públicas e privadas do Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Aluísio Lessa, a fim de incluir contato telefônico para reclamações. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1152/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre o cancelamento de serviços, reservas e eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública motivado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1165/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de prioridade de atendimento no serviço de entrega aos idosos. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1167/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a disponibilização de produto antisséptico em banheiros de uso coletivo para higienização dos assentos sanitários. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1173/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, cuja ementa determina a utilização de barreira plástica entre os assentos dianteiros e traseiros de veículos de transporte que especifica e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1174/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa modifica a Lei nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública Estadual, altera a Lei nº 11.424, de 7 de janeiro de 1997 e dá outras providências, a fim de implantar dispositivo contendo exigência na realização em obras viárias. Distribuído à Deputada Simone Santana. Em seguida, o presidente deu continuidade à discussão dos Projetos em pauta. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 868/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 13.463, de 9 de junho de 2008, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, e dá outras providências, a fim de adequá-la ao disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Deputada Simone Santana relatou o Substitutivo e o aprovou por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 951/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre a divulgação de Programa de Entrega Legal de Crianças em espetáculos artísticos-culturais e esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Relatado pelo Deputado João Paulo e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 953/2020, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa dispõe a divulgação da “Ação de Bater Palmas para Reencontro de Crianças Perdidas”, no âmbito do Estado de Pernambuco. Na ausência do relator, o Deputado Clóvis Paiva, foi redistribuído para o Deputado Sivaldo Albino que o aprovou por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1116/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa determina medidas de proteção e enfrentamento ao COVID 19 em Pernambuco nos empreendimentos sociais que especifica. Relatado pelo Deputado Sivaldo Albino e aprovado por unanimidade. Encerrada a fase das distribuições e discussões, o Presidente, o Deputado Delegado Erick Lessa, cumprimentou os Secretários Estaduais da Fazenda, Décio Padilha e da Casa Civil, José Neto, bem como os membros do Movimento Pró-Pernambuco e anunciou a presença dos Deputados Antonio Fernando, Tony Gel, Joaquim Lira e William Brígido. Bem como a participação dos representantes do Movimento Pró-Pernambuco, Raymundo Almeida e Paulo Carneiro da Apece, Luverson Ferreira da ACIC, Gildo Vileça da Ademi-PE, Lorraine Rosa da Abrasce, Rodrigo Barros da Intercom, Renato Cunha do Sindaçucar, Avelar Loureiro do Sinduscon e Drayton Nejam do LIDE-PE. Em seguida passou a palavra ao Secretário José Neto, que cumprimentou a todos e agradeceu o convite e a oportunidade de participar desse debate na Comissão, sabendo da importância da participação de todos os atores da sociedade para a superação desse momento tão difícil que estamos vivendo. Com a palavra, o Senhor Paulo Carneiro, membro do Movimento Pró-Pernambuco (MPP) e Presidente da Associação Pernambucana de Shopping Centers (Apece) fez uma apresentação do MPP, entidade representante de diversas associações e sindicatos de setores econômicos que tem como objetivo contribuir junto com o Poder Público para minimizar os graves efeitos socioeconômicos causado pela pandemia da Covid-19. Para ele é imperiosa a volta das empresas às suas atividades, garantindo a saúde das pessoas e preservando as bases da estrutura econômica e social do Estado. Com a palavra, o Senhor Avelar Loureiro, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil em Pernambuco (Sinduscon- -PE) também fez uma apresentação sobre os objetivos do MPP. O Poder Público deve começar a planejar a reabertura das atividades, formulando um calendário com marcos determinados, para que as empresas possam se programar. Segundo ele, quanto menos complexo o protocolo a ser apresentado pelo Governo do Estado, mais aderência haverá, gerando menos estresse político e social. O momento é crítico, pois os incentivos trabalhistas e sociais do Governo Federal estão no fim. Para ele, enquanto a liberação das atividades, no horizonte mais imediato, cabe ao Executivo, a recuperação econômica, num prazo mais longo, deverá ter uma participação importante do Legislativo. Com a palavra, o Senhor Luverson Ferreira, presidente da Associação Comercial e Industrial de Caruaru (Acic) e representante do interior cumprimentou todos e falou sobre a situação atual da pandemia e sobre a testagem para a Covid-19 no estado. Sua reivindicação foi para a existência de regras diferenciadas entre as regiões do Estado, devido às proporções do território Pernambucano e as suas características populacionais. Após a apresentação do Movimento, o presidente passou a palavra ao Secretário Décio Padilha que trouxe dados sobre a situação da saúde e economia em Pernambuco. Falou também sobre a brevidade em que o cronograma e os protocolos de reabertura econômica seriam divulgados pelo Governador do Estado. O Secretário José Neto, com a palavra, falou sobre a integração dos Secretários Estaduais das mais diversas áreas e com os setores produtivos na construção dos protocolos de reabertura. Segundo o Secretário os planos já estão praticamente prontos, sendo diariamente ajustados para uma breve divulgação. A reabertura será breve, gradual e responsável, pois é importante a retomada econômica, mas o mais importante é preservar vidas. Segundo ele, a reabertura gradual discutida tem mais preocupação com etapas do que com a definição de datas. Com a palavra, o Deputado João Paulo cumprimentou os presentes e se disse muito satisfeito com a reunião. Também falou sobre o cuidado que o Governo está tendo para que a retomada seja responsável e para que não haja um retrocesso na saúde. Falou também sobre as mudanças e adaptações das empresas para esse momento com o aumento de vendas online. Também trouxe a questão das divergências políticas entre os governos locais e a União acerca da Covid-19. Com a palavra, o Deputado Antonio Fernando cumprimentou todos e trouxe a sua preocupação acerca da regionalização das medidas de reabertura no estado e em relação ao Polo Gesseiro, que está abalado e necessitará de apoio do Estado. Trouxe também as dificuldades econômicas enfrentadas por toda a Região do Araripe. Com a palavra o Deputado Tony Gel, cumprimentou todos e trouxe também a questão da regionalização das medidas de reabertura econômica e as reivindicações da construção civil em retomar suas atividades no interior do estado. Parabenzou a reunião e as apresentações dos Secretários e dos representantes do MPP. Em seguida, o presidente passou a palavra ao porta-voz do MPP, o senhor Paulo Carneiro, para fazer suas considerações finais, que agradeceu a oportunidade em participar da reunião e a apresentação feita pelos Secretários. Também falou sobre a importância do comércio na arrecadação do estado. Com a palavra, o Secretário Décio Padilha concluiu falando sobre os critérios técnicos e científicos observados pelo Governo Estadual para essa retomada econômica e adoção do “novo normal” pela sociedade. Com a palavra, o Secretário José Neto concluiu se colocando à disposição e dizendo que a parceria com os setores econômicos é fundamental. Também falou sobre a existência do “novo normal” que deverá ser respeitado e agradeceu novamente a oportunidade. Com a palavra, o presidente agradeceu a todos os participantes e colocou a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo à disposição de todos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2020

Ao décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares e Simone Santana, membro suplente. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a quarta reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da vigésima quinta reunião ordinária e proseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Iniciou com o Projeto de Lei Ordinária nº 1177/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de reparação dos danos causados pelas prestadoras de serviços públicos às calçadas e vias públicas. Distribuído ao Deputado João Paulo Lima. Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2020, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de dispensadores de álcool em gel nos transportes coletivos intermunicipais do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que Institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir dispositivos de segurança aos consumidores de plataformas de intermediação de negócios entre consumidores e entregadores. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1187/2020, de autoria da Deputada Clarissa Tercio, cuja ementa dispõe sobre as isenções das multas e penalidades impostas em decorrência dos Decretos Estaduais do Governo do Estado de Pernambuco para o enfrentamento do coronavírus responsável pelo surto de 2020. Distribuído ao Deputado João Paulo Lima. Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2020, de autoria do Deputado Cleiton Collins, cuja ementa cria a Política Estadual de Combate e Rastreamento às Notícias Falsas (Fake News, no âmbito do Estado de Pernambuco). Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1192/2020, de autoria do Deputado Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a proibição no aumento dos preços de medicamentos e a suspensão de reajuste dos planos e seguros privados de assistência à saúde, no âmbito de Pernambuco, pelo prazo que especifica. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1193/2020, de autoria do Deputado Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais adotarem medidas que evitem a proliferação do novo Coronavírus (COVID-19). Distribuído ao Deputado João Paulo Lima. Projeto de Lei Ordinária nº 1194/2020, de autoria do Deputado Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a criação de uma ouvidoria nas unidades de ensino públicas e privadas do Estado de Pernambuco, nos termos que especifica. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre a escolha pelo consumidor do dia do vencimento da fatura de serviço público. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1197/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa obriga a adoção de Barreiras Físicas transparentes nos locais de trabalho, para os profissionais de recepção, portaria, caixas de pagamentos, setores de atendimento ao público e espaços assemelhados, dos

empreendimentos públicos e privados, sejam eles de comércio, serviços financeiros, prestação de serviços, serviços do Estado e dos Municípios, e todo e qualquer atendimento ao público, visando impedir e reduzir a possibilidade de contágio ao COVID-19. Distribuído ao Deputado João Paulo Lima. Projeto de Lei Ordinária nº 1202/2020, de autoria da Deputada Roberta Arraes, cuja ementa determina que, enquanto permanecer o Estado de Calamidade Pública, por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), os estabelecimentos que indica, disponibilizem gratuitamente aos seus clientes em atendimento presencial o aparelho oxímetro, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1206/2020, de autoria do Deputado William Brígido, cuja ementa determina a proibição de fogueiras e fogos que produzam fumaça, notadamente, em áreas urbanas, próximas de unidades de saúde, no âmbito do estado de Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1215/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade das administrações condominiais instalarem tela de proteção nos locais de áreas comuns, vulneráveis a quedas e acidentes. Distribuído ao Deputado João Paulo Lima. Projeto de Lei Ordinária nº 1217/2020, de autoria do Deputado Aglailson Victor, cuja ementa estabelece a notificação compulsória, pelos laboratórios públicos e privados do Estado de Pernambuco, dos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e outras doenças infecciosas. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1218/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou Pessoa com Deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 (dezoito) anos com capacidade jurídica plena, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado João Paulo Lima. Em seguida, o Presidente deu continuidade à reunião com a discussão dos projetos. Projeto de Lei Ordinária nº 681/2019, de autoria da Deputada Roberta Arraes, cuja ementa altera a Lei nº 15.575, de 11 de setembro de 2015, que determina restrições na venda de materiais, equipamentos e produtos específicos para procedimentos odontológicos, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de estabelecer condições e novas restrições à venda de materiais, equipamentos e produtos específicos para procedimentos odontológicos. Relatado pelo Deputado João Paulo e aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 954/2020, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa dispõe sobre a afixação de cartazes informativos pelos hospitais, clínicas e laboratórios, públicos e privados, situados no Estado de Pernambuco, sobre o dever legal de comunicação às autoridades competentes nos casos que indica. Relatado pelo Deputado João Paulo e aprovado por unanimidade. Subemenda nº 01/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública ao Substitutivo nº 01/2019, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 327/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de tornar obrigatória a capacitação de profissionais de educação física. Relatado pelo Deputado João Paulo e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 02/2020, da Comissão de Administração Pública ao Projeto de Lei Ordinária nº 329/2019 de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa obriga as empresas que realizam entregas por meios próprios ou por terceiros a informarem, previamente, aos consumidores, os dados dos funcionários que realizarão a entrega dos produtos e alimentos solicitados. O Relator designado foi o Deputado Fabrício Ferraz, mas na ausência, foi redistribuído para o Deputado Romero Sales Filho que o aprovou por unanimidade. Emenda nº 02/2019, de autoria da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular ao Projeto de Lei Ordinária nº 506/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de declaração de acompanhamento para acompanhante de pessoa hospitalizada ou internada, em hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco. Relatado pelo Deputado Romero Sales Filho e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 02/2020, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira, juntamente com a Subemenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, cuja ementa Dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde que atendam pessoas com câncer a informar, divulgar e orientar os portadores e familiares sobre os seus direitos sociais, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. A princípio seria relatado pelo Deputado Clóvis Paiva. Mas na ausência, foi redistribuído para o Deputado Romero Sales Filho e aprovado por unanimidade. O Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 684/2020, de autoria do Deputado Diogo Moraes, cuja ementa veda a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino, públicas e privadas, incluindo aquelas voltadas ao Ensino Superior, e proíbe, expressamente, as chamadas festas "open bar", nestas mesmas instituições, em todo o Estado de Pernambuco foi retirado de pauta. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1136/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de lojas e magazines em funcionamento no Estado de Pernambuco disponibilizarem as faturas de compras ou boletins digitais de seus clientes, em seus sítios eletrônicos durante o Estado de Calamidade Pública, decretado pelo Governo do Estado, em decorrência do novo Coronavírus – COVID-19. Foi relatado pelo Deputado João Paulo Lima que parabenizou o Deputado João Paulo Costa pela proposição e em seguida o substitutivo foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o presidente, Deputado Delegado Erick Lessa também parabenizou o Deputado João Paulo Costa pela proposição e agradeceu a todos pela reunião. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2020

Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo, membro titular e Simone Santana e Sivaldo Albino, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a quarta reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou as atas da vigésima sétima e vigésima oitava reunião ordinária e prosseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Projeto de Lei Ordinária nº 1.220/2020, de autoria do Deputado Antônio Fernando, cuja ementa dispõe sobre a instalação de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas nas proximidades de colégios e escolas, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.222/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a proibição de crianças menores de 12 anos circularem desacompanhadas de um adulto em áreas comuns de centros comerciais, parques, clubes e afins, bem como em prédios residenciais. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.223/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim, cuja ementa dispõe sobre medidas contra acidentes em condomínios, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1.224/2020, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa obriga a afixação de cartaz ou placa informativa nos elevadores sobre o impedimento de crianças desacompanhadas nos elevadores de edifícios públicos e residenciais, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.229/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre a restrição para a realização de obras nas rodovias e estradas vicinais, em períodos coincidentes com férias ou feriados prolongados, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.230/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre normas de transparência sobre dados das empresas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1.234/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 12.461, de 13 de novembro de 2003, que cria regras para permitir o acesso dos Agentes ou Vigilantes Sanitários responsáveis pela fiscalização de existência e erradicação de focos do aedes aegypti, em casas, apartamentos e prédios residenciais no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior, a fim de estabelecer sanções aos proprietários de imóveis que possibilitem a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.235/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 13.494, de 2 de julho de 2008, que cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SESANS com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e seus dependentes legais, que estejam em situação de vulnerabilidade social e econômica. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.237/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa dispõe sobre a inserção em página eletrônica do Poder Executivo de cartilha voltada ao tratamento, enfrentamento e convivência para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1.240/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, a fim de incluir a proteção e valorização de mulheres que integram o fluxo organizado de resíduos sólidos, especialmente as catadoras e classificadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.242/2020, de autoria da Deputada Juntas, cuja ementa obriga estabelecimentos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco a realizar a identificação da raça ou cor do usuário em fichas ou formulários nos sistemas de informações e a divulgarem estes dados de forma desagregada em seus boletins epidemiológicos, notas técnicas, painéis de monitoramento de agravos e outros documentos oficiais que apresentem estatísticas. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.243/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa dispõe sobre a doação de equipamentos de proteção individual apreendidos pelo Poder Público, para instituições de saúde que estejam trabalhando no combate ao novo coronavírus (Covid-19). Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1.248/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa obriga estabelecimentos de saúde a procederem à testagem periódica nos profissionais que tratam diretamente com a Covid-19, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.251/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar restrição de ligações ao canal de atendimento do INSS. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.255/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa determina a instalação de pias portáteis em feiras livres, organizadas no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1.256/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa assegura às gestantes, no âmbito do Estado de Pernambuco, a internação em hospitais e maternidades de baixo risco da rede privada de saúde, quando requerida por médico (a) credenciado (a) ao Sistema Único de Saúde (SUS), em caso de inexistência da vaga correspondente na rede pública, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, causador da Covid-19. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.263/2020, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim, cuja ementa proíbe a execução de obra artística, custeada pelo Poder Público Estadual, que em sua execução promova o vilipêndio religioso. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.268/2020, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz, cuja ementa dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica Pangassius Hipophthalmus no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 1.273/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir a proteção especializada aos direitos da mulher, do idoso, da criança e

do adolescente, com deficiência. Distribuído à Deputada Simone Santana. Em seguida, o presidente deu continuidade aos trabalhos com a discussão dos Projetos de Lei em pauta. Projeto de Lei Ordinária nº 955/2019, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja a ementa altera a Lei nº 13.254, de 21 de junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e dá outras providências, a fim de proibir o transportador de efetuar cobranças para remarcar passagem de ônibus vendida a menos de 10 (dez) minutos do horário de embarque. A relatoria seria do Deputado Clóvis Paiva, que na ausência, foi redistribuído para o Deputado Sivaldo Albino e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 905/2020 de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar hotéis, pousadas e estabelecimentos similares a informar os preços das diárias e demais taxas aplicáveis à estadia; dispõe sobre a responsabilidade de hotéis, pousadas e estabelecimentos similares quanto aos danos e furtos ocorridos às bagagens de seus hóspedes; e dá outras providências e ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.004/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de tratar da responsabilização de estabelecimentos hoteleiros e pousadas. Na ausência do relator, o Deputado Clóvis Paiva, foi redistribuído para o Deputado Sivaldo Albino e aprovado por unanimidade. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 943/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia que dispõe sobre a divulgação de campanha de doação de sangue em espetáculos artísticos-culturais e esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo, e dá outras providências. Na ausência do Deputado Clóvis Paiva, o relator, foi redistribuído para o Deputado Sivaldo Albino, que o aprovou por unanimidade. Em seguida, o presidente comentou sobre a necessidade de se regionalizar as medidas socioeconômicas de enfrentamento ao novo coronavírus. Os deputados João Paulo e Sivaldo Albino reiteraram a importância do debate e foi deliberada a realização de uma reunião conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Negócios Municipais e Saúde e Assistência Social para tratar sobre a regionalização das medidas de combate ao coronavírus em Pernambuco. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 04ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2020

Ao décimo quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo, membro titular e Simone Santana, membro suplente. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a primeira reunião extraordinária de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da vigésima nona reunião ordinária e prosseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Projeto de Lei Ordinária nº 1.303/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, que altera a Lei nº 16.919, de 18 de junho de 2020, que determina a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 nos condomínios do Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de ampliar o plano de enfrentamento e proteção. Foi distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.319/2020, de autoria do Poder Executivo, que altera o art. 6º da Lei nº 16.573, de 20 de maio de 2019, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, para atribuir à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação a gestão da Concessão Patrocinada para exploração da ponte de acesso e sistema viário do Paiva. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.323/2020, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargos, à Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD/DIPER, área de terra situada no Município de Escada. Distribuído à Deputada Simone Santana. Em seguida, o presidente distribuiu os projetos da extrapauta. Projeto de Lei Ordinária nº 1279/2020, de autoria do Deputado Antonio Moraes, que institui a Política Estadual "NA HORA DE ABASTECER, ESCOLHA ETANOL", no prazo que especifica, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1281/2020, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo, que reconhece a prática de atividade física e do exercício físico como essenciais para a população de Pernambuco em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionais por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1295/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa determina no âmbito do Estado de Pernambuco, que as concessionárias de transportes públicos urbanos, realizem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do coronavírus e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1307/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, que dispõe sobre a adoção de medidas de proteção e enfrentamento ao COVID-19 por restaurantes, bares e estabelecimentos assemelhados no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1310/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins que altera a Lei nº 16.317, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos e a comercialização de produtos por farmácias e drogarias no Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria do Deputado Augusto César, a fim de estabelecer novo serviço. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1311/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa veda a majoração injustificada do preço de produtos ou serviços, durante a vigência do Plano de Contingência do novo Coronavírus no Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado João Paulo. Em seguida, o Presidente deu continuidade à reunião com a discussão do Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.218/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, que está tramitando em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1.222/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins e com o Projeto de Lei Ordinária nº 1.224/2020, de autoria da Deputada Simone Santana, cuja ementa proíbe, no âmbito do Estado de Pernambuco, o uso de elevadores e restringe, nos termos em que especifica, a livre circulação em áreas comuns, de crianças desacompanhadas de pessoa maior de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências. Com a palavra, o deputado Antonio Fernando questionou a idade adotada pelo Substitutivo e tanto o relator, quanto o presidente e a Deputada Simone Santana, uma das autoras dos projetos originais, defenderam a idade de 12 anos como marco da infância, logo justificando sua adoção como parâmetro pelo substitutivo. O relator, o Deputado João Paulo deu o parecer e parabenizou os autores pela proposição que foi aprovada à unanimidade dos deputados. Em seguida, o presidente prosseguiu com a discussão extrapauta do Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2020, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargos, à Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD/DIPER, área de terra situada no Município de Escada. A Deputada Simone Santana, relatora do projeto o aprovou à unanimidade dos deputados presentes. Em seguida, com a palavra, o Deputado João Paulo falou sobre a reunião que ocorreu no mesmo dia, pela manhã, sobre a questão da segurança em Pernambuco com a participação de representantes do Governo do Estado. Comentou sobre a importância da participação de todos os deputados no debate e da continuidade das discussões sobre o tema. Com a palavra, a Deputada Roberta Arraes também falou sobre a importância de se debater o tema em todas as comissões, assim como as medidas para enfrentamento ao novo coronavírus regionalmente, como foi discutido na reunião anterior. Com a palavra, o presidente esclareceu que durante a sessão extraordinária as comissões ficam atreladas apenas às discussões das matérias publicadas em edital de autoconvocação. Retornando com as discussões no âmbito das comissões, no mês de agosto. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 22 DE JULHO DE 2020

Ao vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo e Romero Sales Filho, membros titulares e Alessandra Vieira e Sivaldo Albino, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a segunda reunião extraordinária de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da reunião anterior e prosseguiu com a discussão dos Projetos de Lei. Projeto de Lei Ordinária nº 1.319/2020, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 6º da Lei nº 16.573, de 20 de maio de 2019, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, para atribuir à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação a gestão da Concessão Patrocinada para exploração da ponte de acesso e sistema viário do Paiva. O Deputado João Paulo, relator do projeto, o aprovou à unanimidade dos deputados presentes. Projeto de Lei Ordinária nº 1.235/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo que altera a Lei nº 13.494, de 2 de julho de 2008, que cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SESANS com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e seus dependentes legais, que estejam em situação de vulnerabilidade social e econômica. Com a ausência da relatora, a Deputada Simone Santana, foi redistribuído ao Deputado Romero Sales Filho, que o aprovou à unanimidade dos deputados presentes. Projeto de Lei Ordinária nº 1.240/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, a fim de incluir a proteção e valorização de mulheres que integram o fluxo organizado de resíduos sólidos, especialmente as catadoras e classificadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Com a ausência da relatora, Deputada Simone Santana, foi redistribuído ao Deputado Romero Sales Filho, que aprovou o projeto à unanimidade dos deputados presentes. Projeto de Lei Ordinária nº 1.242/2020, de autoria da Deputada Juntas, que obriga estabelecimentos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco a realizar a identificação da raça ou cor do usuário em fichas ou formulários nos sistemas de informações e a divulgarem estes dados de forma desagregada em seus boletins epidemiológicos, notas técnicas, painéis de monitoramento de agravos e outros documentos oficiais que apresentem estatísticas. O Deputado João Paulo, relator do projeto, o aprovou à unanimidade dos deputados presentes. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.083/2020, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, tramitando em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 1.193/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins e com o Projeto de Lei Ordinária nº 1.197/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiros Filho cuja ementa altera a Lei nº 16.918/2020, 18 de junho de 2020, originada de projetos de autoria dos Deputados Joaquim Lira e Simone Santana, que dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços que indica durante o período da pandemia causada pelo Covid-19 e dá outras providências, a fim de acrescentar a previsão de adoção de

medidas que evitem a proliferação do novo Coronavírus (COVID-19) pelos estabelecimentos fornecedores de produtos e serviços localizados no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Com a ausência da relatora, a Deputada Simone Santana, foi redistribuído ao Deputado João Paulo, que relatou o projeto e o aprovou à unanimidade dos deputados presentes. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.167/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães que torna obrigatória a higienização frequente dos banheiros de uso coletivo localizados em estabelecimentos privados no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências foi retirado de pauta pelo Deputado João Paulo, relator do projeto. Em seguida, com a palavra, o presidente relatou a situação sensível de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama referente às vendas dos sulaqueiros que estão acontecendo sem organização em ruas adjacentes ao parque 18 de Maio, podendo causar, desse modo, uma proliferação maior do que a efetiva atividade do Polo de Confecções seguindo protocolos de higiene adequados. Na sequência o presidente deliberou sobre reunião com o Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico Bruno Schwambach para tratar sobre o planejamento da retomada das feiras a ser realizada às onze horas e trinta minutos da próxima sexta-feira, dia vinte e quatro de julho. Em seguida, com a palavra, a Deputada Alessandra Vieira relatou a importância de juntar forças com o Governo Estadual para um maior apoio à região. Na sequência com a palavra, o Deputado João Paulo parabenizou o presidente pela condução dos trabalhos e se dispôs a ajudar no que se refere às discussões sobre o Polo de Confecções. Assim como o Deputado Sivaldo Albino, que parabenizou a iniciativa e confirmou sua participação no debate. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 06ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 24 DE JULHO DE 2020

Ao vigésimo quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de julho de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os deputados: João Paulo, membro titular e Sivaldo Albino, membro suplente. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a sexta reunião extraordinária de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou a ata da reunião anterior e prosseguiu com a discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1.243/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, que dispõe sobre a doação de equipamentos de proteção individual apreendidos pelo Poder Público, para instituições saúde que estejam trabalhando no combate ao novo coronavírus (Covid-19). O deputado Sivaldo Albino, relator do projeto, o aprovou à unanimidade dos deputados presentes. Em seguida, com a palavra, o presidente informou que posteriormente seria debatido o planejamento da retomada das feiras do Polo de Confecções do Agreste. O Deputado Tony Gel Estava também presente à reunião que teve a participação do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Bruno Schwambach e da Secretária Executiva de Políticas de Desenvolvimento Econômico do Estado, Maira Fischer. Anunciou também a presença do Prefeito de Toritama, Edilson Tavres, do Secretário de Desenvolvimento Econômico de Caruaru, André Teixeira e do Secretário de Desenvolvimento Econômico de Santa Cruz do Capibaribe, Isaac Aragão. Além dos representantes do setor: Luverson Ferreira e Pedro Miranda da ACIC, José Carlos Silva do Sindicato dos Comerciantes de Vendas Ambulantes, Luiz Neto da ACIT, Camilo Brito do Parque das Feiras, Pedro Moura da Associação dos Sulaqueiros, Fátima Amaral da Associação União dos Sulaqueiros, Lenilson Torres da FUNDAC e José Gomes "Meninho" do Moda Center. Com a palavra, o Deputado Tony Gel cumprimentou a todos e relatou a realidade das feiras em Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe e falou sobre o trabalho desempenhado pela Alepe em meio a pandemia e durante o recesso de forma remota. Também parabenizou o Presidente da Comissão, Deputado Delegado Erick Lessa pela iniciativa. Com a palavra, o Presidente agradeceu e passou a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Bruno Schwabacher, que fez um panorama geral sobre o plano de convivência o Covid-19 adotado pelo Estado, que observou o isolamento social como medida mais eficaz. Foi montado um plano de flexibilização de reabertura gradual, que obedeça os protocolos contendo 3 eixos. O primeiro do distanciamento social, o segundo eixo de higiene e o terceiro de comunicação e monitoramento. Ainda sim, cada seguimento tem seus protocolos específicos. Por fim, o Secretário agradeceu e se dispôs a novos encontros futuros. Com a palavra, o Prefeito de Toritama Edilson Tavares agradeceu e cumprimentou todos. Parabenizou o Governo do Estado por ter sido exemplo no combate ao corona vírus e explicou a dificuldade em convencer a população a ficar em casa, grande parte da população prefere a reabertura do comércio com fiscalização ao invés do isolamento total. Em seguida fez um pedido caloroso para a reabertura das feiras, pois 95% da população do município trabalha com confecção. O Deputado Delegado Erick Lessa agradeceu e passou a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Econômico de Caruaru, André Teixeira, que falou sobre as alternativas de vendas, como o delivery, adotadas pelo município, com as precauções e segurança. Agradeceu a todos os envolvidos que estão com o mesmo foco na reabertura com segurança e seguindo protocolos. O presidente, em seguida passou a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Econômico de Santa Cruz do Capibaribe, Isaac Aragão, que afirmou que há uma falta de controle nas vendas em delivery, pois ainda gera aglomerações nos arredores do polo e pede ao Governo a reabertura segura, pois são inúmeras as pessoas que tem sua renda 100% vinda da feira. O Presidente agradeceu ao Secretário e deu as boas vindas a Maira Fischer parabenizando-a pela sua capacidade de diálogo com todos os setores. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra ao Presidente da ACIC, Luverson Ferreira, que agradeceu a todos pelo engajamento e pelo debate. Segundo ele, mesmo após duas semanas de reabertura do comércio, ainda há 279 leitos de UTI vagos, um dos menores valores. Afirmou também que sua defesa é baseada em dados fornecidos pela Seplog, e que a reabertura deve ser feita sempre com segurança e diálogo. Por fim, defendeu que toda semana sejam abertos setores com distribuição de máscaras e acesso a higienização. E ainda que a abertura seja concomitante nas três cidades. Na sequência, o Presidente passou a palavra para o Adjar Soares da CDL Caruaru. Ele agradeceu ao Presidente e aos demais presentes, e falou sobre a reabertura das demais feiras além da sulanca, pois irá interferir na cultura, inclusive dos artesãos do Alto do Moura. Concordando com o Deputado Tony Gel, o Adjar se dispôs a contribuir em tudo que for possível para que o polo de confecções do Agreste volte a funcionar. Com a palavra, o Presidente parabeniza a fala do Adjar e posteriormente passou a palavra a Luiz Neto da ACIT, que defendeu a abertura gradativa dos shoppings, pois os consumidores que não sejam ligados a confecção necessitam consumir outros produtos. O Presidente passou em seguida a palavra para o Camilo Brito, representando o Parque das Feiras. Brito concordou com a fala do Deputado Tony Gel e entende que mesmo fechada, a feira acontece no entorno do pátio sem as devidas prevenções e questionou a diferença entre shopping Center, o Parque das Feiras e Fábrica da Moda, pois o parque das feiras permanece fechado e a Fábrica da Moda está aberta. Finalizou pedindo a permissão para a reabertura gradual e simultânea nos três pólos e agradeceu ao presidente pela reunião. Com a palavra, José Gomes "Meninho", representando o Moda Center, sugeriu um protocolo com data para que a população tenha uma noção de quando poderá voltar, pois sem data prevista os vendedores iram vender de forma perigosa, correndo risco de aumento de infecções pelo coronavírus. Concluiu falando que um protocolo será a solução para uma abertura segura. Em seguida, Pedro Moura, representando a Associação dos Sulaqueiros, relatou que 80% dos sulaqueiros estão sem vender e pedindo uma data de reabertura para melhor planejamento dos comerciantes. Com a palavra, Fátima Amaral, representante da Associação União dos Sulaqueiros, falou sobre a necessidade de um protocolo de reabertura, condenando a situação atual de vendas na rua, que traz mais riscos para os sulaqueiros e clientes. Sua preocupação inclui também os carroceiros, que estão sem poder trabalhar. Em seguida, o presidente Delegado Erick Lessa passou a palavra para Pedro Miranda da ACIC, que defendeu que o polo aberto parcialmente não é a medida mais eficaz para se conter a propagação do contágio, já que a feira está funcionando e o feirante microempresário está sendo prejudicado. Em seguida agradeceu pelo convite e parabenizou a iniciativa da reunião. Com a palavra, o Presidente defendeu a retomada das feiras no início de agosto, pois com as pessoas trabalhando sem nenhum protocolo difícil o combate ao Covid-19. No momento em que os números estão estabilizados e com perspectiva de queda a reabertura é favorável. Em seguida o presidente passou a palavra para o Deputado João Paulo que aconselhou a todos a serem bastante prudentes, pois todas as decisões tomadas devem ser no sentido de preservação da vida e da segurança, sugerindo uma reunião com os prefeitos de cada cidade para que pudessem refletir sobre as proposições. Em seguida, agradeceu pela reunião e falou sobre a ausência de um governo federal mais atuante. Com a palavra, o presidente informou que os Prefeitos dos municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe foram convidados, que também reconhece a importância da presença de todos, porém entendendo as impossibilidades de cada um, ressaltou a presença dos secretários dos referidos municípios. Com a palavra, o Deputado Tony Gel defende que o governo deveria dividir a responsabilidade com os municípios e que seria mais benéfico a reabertura do polo, do que continuar com as vendas clandestinas e sem fiscalização. Segundo o Deputado, a retomada no dia 3 de Agosto seria uma boa data devido ao movimento reduzido. Com a palavra, o secretário Bruno Schwambach falou sobre a intenção em reabrir tudo, porém seguindo uma metodologia, baseada em dados, com acompanhamento e planejamento visando de salvar vidas. Todavia o acréscimo em 19% nas síndromes respiratórias agudas graves (SRAG) acende uma luz amarela. Informou que levará tudo que foi discutido ao comitê estadual e agradeceu a reunião. O presidente, em seguida, parabenizou todas as contribuições e agradeceu a todos os participantes da reunião. Também salientou a importância da divisão de responsabilidades entre o Estado e os Municípios, para que para que os protocolos sejam devidamente cumpridos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2020

Ao décimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sob a presidência do Deputado Delegado Erick Lessa, reuniram-se os Deputados: João Paulo, membro titular e Simone Santana, membro suplente. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a quarta reunião de deliberação remota da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Em seguida, o Presidente aprovou as atas da reunião anterior e prosseguiu com a distribuição dos Projetos de Lei. Projeto de Lei Ordinária nº 1.283/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa dispõe sobre a implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente, para as pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública no Estado de Pernambuco, em todas as esferas de Poder Público Estadual, e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.286/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre informação de normas da ABNT atinentes a segurança de boxes de vidro. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.289/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa institui o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.290/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa Dispõe sobre a proibição do ato de fotografar, filmar, publicar em rede social ou praticar outro meio capaz de capturar e/ou divulgar imagens que exponham pessoas acidentadas ou em situações vexatórias. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.294/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº

14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco, e dá outras providências; a fim de determinar a inclusão nos editais a previsão de isenção de pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, transtorno do espectro autista ou com deficiência. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.300/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 16.572, de 16 de maio de 2019, que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado de Pernambuco - FET/PE e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER para a elaboração e a execução da política estadual de trabalho, emprego e renda no Estado de Pernambuco, a fim de incluir a destinação de recursos do FET/PE para a efetivação do direito ao trabalho das mulheres, das Pessoas com Deficiência, de pessoas idosas e de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.302/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe sobre a proibição de cobranças e informações de fraudes ou débitos pendentes de contratos anteriores, nas unidades consumidoras, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.305/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir tratamento discriminatório entre consumidor usuário de planos de saúde ou de seguros-saúde e o consumidor custeado com recursos próprios. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.306/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 12.045, de 17 de julho de 2001, que concede gratuidade nos transporte coletivos intermunicipais às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial e mental, originada de projeto de lei de autoria do Deputado João Paulo, e a Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013, que concede às pessoas com deficiência gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPPP/RMR, a fim de atualizar, sistematizar e uniformizar as definições e gratuidades aplicáveis às pessoas com deficiências. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.321/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Empresário Edson Mororó Moura ao Empresário Marcony Sobral Mendonça. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.326/2020, de autoria do Governador do Estado, cuja ementa altera a Lei nº 15.145, de 8 de novembro de 2013, que instituiu o Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FRF e autoriza a Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART a adotar medidas para regularização, liquidação e incorporação de operações ao FRF de fundos que indica. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.329/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a rescisão contratual em instituições de ensino privado sem incidência de multa, taxa e juros no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.331/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de instituir obrigatoriedade de exibição de foto do medidor de energia na respectiva fatura. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.332/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa estabelece a notificação compulsória, pelos laboratórios de análises clínicas do Estado de Pernambuco, dos casos em que se constate alteração da hemoglobina glicada de seus pacientes. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.333/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, cuja ementa institui sanções administrativas, no âmbito do Estado de Pernambuco, para pessoa física ou jurídica que praticar irregularidades na venda de produtos alimentícios destinados à merenda escolar. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.338/2020, de autoria do Deputado Antônio Moraes, cuja ementa proíbe o serviço de abastecimento de veículos ao consumidor fora do estabelecimento comercial autorizado, no Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.340/2020, de autoria do Deputado William Brígido, cuja ementa impede as empresas denunciadas por descumprirem o art. 7º da Constituição Federal e o art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de contratar junto ao Poder Público Estadual. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.341/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa determina medidas preventivas a serem adotadas pelas instituições de acolhimento e permanência de idosos, casas de repouso, asilos e congêneres no Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.342/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa dispõe sobre a implantação de plataforma virtual que disponibilize conteúdo cultural gratuito e dá outras providências. Distribuído ao Deputado João Paulo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.343/2020, de autoria do Deputado William Brígido, cuja ementa dispõe sobre fornecimento de alimentação a trabalhador. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.345/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, cuja ementa Ddispõe sobre a compra e venda de passagens de ônibus intermunicipais durante os períodos de epidemia a nível estadual ou pandemia de doenças contagiosas, no âmbito do Estado da Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.347/2020, de autoria do Deputado Antonio Moraes, cuja ementa estabelece a obrigatoriedade da emissão de atestado digital (e-atestado) e receita médica digital, em toda rede de saúde, pública e privada, do Estado de Pernambuco. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.349/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa Altera a Lei nº 16.918, de 18 de junho de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços que indica durante o período da pandemia acusada pelo COVID-19 e dá outras providências, de autoria dos Deputados Joaquim Lira e Simone Santana, a fim de permitir que a pessoa com Transtorno de Espectro Artista seja isenta dessa obrigatoriedade. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.351/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de pesagem de massa corporal das pessoas, como protocolo de segurança, antes da utilização dos brinquedos nos parques aquáticos. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.353/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir requisito adicional de informação ao consumidor. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.355/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa proíbe, no âmbito do Estado de Pernambuco, práticas discriminatórias que impeçam ou dificultem as doações de sangue por homossexuais. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.357/2020, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa estabelece ampla publicidade em casos de fechamento ou deslocamento de terminal ou parada de ônibus intermunicipal e dá outras providências. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.360/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa dispõe sobre a eliminação controlada de PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá outras providências. Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.361/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa obriga os hospitais, maternidades e demais unidades públicas e privadas de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, a informarem aos pais e responsáveis legais dos recém-nascidos acerca das doenças detectadas pelo "Teste do Pezinho". Distribuído à Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 1.369/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, cuja ementa Ddispõe sobre criação de atividade de diversão pública na modalidade drive-in no Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.374/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado de Pernambuco a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.375/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa concede isenção do pagamento de tarifa no transporte público estadual para os candidatos do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) nos dias de realização da prova. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.377/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe sobre a prioridade de contratação de mão de obra pernambucana, com reserva de 15% das vagas para as mulheres, pelas empresas da construção civil prestadoras de serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.379/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa proíbe a prática da fidelização nos contratos de consumo no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.380/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe sobre a obrigação das empresas prestadoras de serviços de TV a cabo, telefonia móvel e fixa, instituições financeiras, administradoras de cartão de crédito, provedores de internet, ou quaisquer outras que comercializem serviços de natureza contínua e periódica, a disponibilizar serviço de atendimento telefônico gratuito, através do prefixo 0800, bem como dispõe sobre o tempo máximo de atendimento que não deverá ultrapassar 30 minutos, incluído o tempo de eventual espera, sob pena de multa. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.381/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe sobre a exibição, antes das sessões de cinema no Estado, de filme publicitário educativo de advertência antidrogas. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.382/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe que as instituições de rede privada de ensino em Pernambuco, que estejam desenvolvendo atividades curriculares e extracurriculares não presenciais, ficam obrigadas a capacitar os seus professores com cursos sobre tecnologias digitais para ensino remoto. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.383/2020, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de espaço infantil, destinado aos cuidados dos bebês de estudantes, na Rede de Ensino Superior Privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.385/2020, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa dispõe sobre a regulamentação da apresentação de espetáculos na modalidade "drive-in" enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. Distribuído ao Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 1.391/2020, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, cuja ementa obriga que, as contratações de empresas da área de segurança e vigilância nas áreas que especifica, em percentual de no mínimo 20%, sejam de profissionais do sexo feminino e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.392/2020, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, cuja ementa institui o Projeto Adote uma Escola Estadual e dá outras providências. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.396/2020, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de instituir obrigatoriedade de exibição de foto do medidor de energia na respectiva fatura. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 1.398/2020, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, cuja ementa altera a Lei nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública Estadual, altera a Lei nº 11.424, de 7 de janeiro de 1997, e dá outras providências, a fim de dispor sobre tratamento especial às entidades do terceiro setor. Distribuído ao Deputado Clóvis Paiva. Em seguida, o presidente deu continuidade aos trabalhos com a discussão dos Projetos de Lei em pauta. Substitutivo nº 01/2020, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.061/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as clínicas e hospitais veterinários a exibir tabela de preços. Na ausência do relator, o Deputado Romero Sales Filho, foi redistribuído à Deputada Simone Santana e aprovado à unanimidade dos Deputados presentes. Substitutivo nº 01/2020, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.066/2020, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, que dispõe sobre a realização de análise para a detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano. Na ausência do relator, o Deputado Clóvis Paiva, foi redistribuído ao Deputado João Paulo que o aprovou à unanimidade dos Deputados presentes. Em seguida, o presidente comentou sobre a o debate da retomada das atividades das feiras no Polo de Confecções do Agreste que ocorreu no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no dia 24 de julho de 2020, que resultou na volta das atividades no mês de agosto seguindo todas as medidas de segurança sanitária contra o coronavírus. Em seguida, o Deputado Delegado Erick Lessa comentou sobre a necessidade de inserção das feiras de gado no debate com o Poder Executivo para a retomada de suas atividades também de forma segura. Com a palavra, o Deputado Antônio Fernando reiterou a fala do Presidente sobre a importância dessas feiras para a economia do interior do estado e principalmente em relação às fiscalizações do Poder Público que precisam ser realizadas para manter a qualidade da carne comercializada nas feiras que com a sua suspensão formal, estão ocorrendo de forma clandestina. O presidente falou sobre a importância do trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê Estadual de Combate ao Coronavírus, mas fez um apelo sobre a necessidade de se discutir a retomada dessas atividades no plano de convivência com o novo coronavírus no estado. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.